



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Av. Araújo Pinho, 39 - Bairro Canela - CEP 40110-150 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 36 AD REFERENDUM, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Aprovar *Ad Referendum* do CONSEPE o *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Física* na modalidade de Educação a Distância do campus Santo Amaro.

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA, no uso de suas atribuições, considerando a solicitação do Departamento de Ensino Superior da Pro-Reitoria de Ensino – PROEN, conforme consta no Processo nº 23280.000460/2021-77, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar *Ad Referendum* do CONSEPE o *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Computação* na modalidade Educação a Distância do campus Santo Amaro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

LUZIA MATOS MOTA

Presidente do CONSEPE

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA MATOS MOTA, Reitora**, em 16/03/2022, às 15:26, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2230261** e o código CRC **F8865EFC**.

Digite aqui o conteúdo do(s) anexo(s)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

SALVADOR

2021



Reitor(a)

Luzia Matos Mota

Pró Reitoria de Ensino

Jancarlos Menezes Lapa

Coordenação Universidade Aberta do Brasil

Coordenadora Institucional: Elisângela dos Reis Oliveira

Coordenadora Adjunta: Jaqueline Souza de Oliveira

Coordenador do Curso de Licenciatura em Computação

Flávio Pereira da Silva

HISTÓRICO DE VERSÕES

Versão	Revisores	Ano	Observação
1.0	Lúcio Mauro Souza Borges e Romilson Lopes Sampaio	2015	Projeto de Implantação de Curso.
2.0	Núcleo Docente Estruturante Colegiado de Curso	2022	Adequação à Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 2, DE 1º de Julho de 2015 e à Resolução da Câmara Superior de Educação Nº 5, de 16 de Novembro de 2016.

LISTA DE QUADROS

TABELA 1 DADOS GERAIS DO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO A DISTÂNCIA.....	9
TABELA 2 DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES POR NÚCLEOS E ÁREAS DE FORMAÇÃO	29
TABELA 3 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	32
TABELA 4 FLUXOGRAMA DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO.....	35
TABELA 5 DISCIPLINAS OPTATIVAS DO CURSO LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	36
TABELA 6 DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS DE ESTÁGIO CURRICULAR.....	48
TABELA 7 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	58
TABELA 8 COORDENADOR DO CURSO.....	92
TABELA 9 DOCENTES QUE ATUAM NO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	92

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 CURSOS OFERTADOS PELO IFBA-UAB EM 2017	16
FIGURA 2 CURSOS OFERTADOS PELO IFBA-UAB EM 2018	17
FIGURA 3 TODAS AS OFERTAS IFBA-UAB	18
FIGURA 4 VÍDEO PRODUZIDO PELO NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE MÍDIAS E TECNOLOGIAS	53
FIGURA 5 MOODLE DOS CURSOS DA UAB-IFBA	55

SUMÁRIO

<i>DADOS GERAIS</i>	9
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 O INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA)	11
1.2 EAD NO IFBA.....	13
1.3 CONTEXTO LOCAL E A LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	19
2 JUSTIFICATIVA	20
3 CONCEPÇÃO DO CURSO	22
3.1 OBJETIVOS DO CURSO	22
3.1.1 GERAL.....	22
3.1.2 ESPECÍFICOS	22
3.2 PERFIL DO EGRESSO	23
3.2.1 COMPETÊNCIAS	23
3.3 REQUISITOS DE ACESSO	26
4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	27
4.1 ESTRUTURA CURRICULAR.....	28
4.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO	31
4.3 CONTEÚDOS CURRICULARES	37
4.3.1 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	37
4.3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	38
4.3.3 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	38
4.3.4 TEMAS RELACIONADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	39
4.3.5 LIBRAS.....	40
4.4 A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR – PCC	40
4.5 METODOLOGIA	40
o 4.5.1. INTERDISCIPLINARIDADE.....	41
o 42	
o 4.5.2 ENCONTROS PRESENCIAIS	42
o 4.5.3 MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA.....	43
o 4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	44
o 4.7 ESTÁGIO SUPERVISIONADO	46
o 4.8 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC).....	49
5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	49
o 5.1 POLÍTICAS DE ENSINO	49
o 5.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO	51
o 5.4 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	51
6. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TICS	52
6.1 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	54
6.2 ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO – EAD	57

o	58	
o	6.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	58
o	6.4 EQUIPE DE TUTORIA	59
•	7 ACESSIBILIDADE.....	59
o	7.1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA.....	63
o	7.2 ACESSIBILIDADE ATITUDINAL	63
o	7.3 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL.....	64
o	7.4 ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL, DIGITAL E TECNOLÓGICA	65
o	7.5 ACESSIBILIDADE NOS TRANSPORTES.....	65
o	7.6. ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA	67
•	8 SERVIÇO DE APOIO AO DISCENTE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA....	68
o	8.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFBA	72
▪	8.1.1 Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE).....	73
▪	8.1.2 Programas Universais.....	74
▪	8.1.3 Programas Complementares.....	76
o	8.2 NÚCLEO DE APOIO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE) 77	
o	8.3 PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA.....	77
o	77	
9.	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	77
o	9.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	78
o	9.2 GESTÃO DE CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO	81
10.	GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO	87
o	10.1 COLEGIADO DO CURSO	87
o	10.2 COORDENADOR DO CURSO.....	88
o	90	
o	90	
o	10.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	90
11.	INFRA-ESTRUTURA.....	91
o	11.1 CORPO DOCENTE	91
o	11.2 FUNÇÕES E SUJEITOS DA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA.....	93
o	97	
o	11.4 INSTALAÇÕES DOS CAMPI (BÁSICAS E ESPECÍFICAS)	97
o	11.5 REQUISITOS GERAIS DO POLO.....	98
o	11.6 BIBLIOTECA	98
•	12 CERTIFICAÇÃO	99
	REFERÊNCIAS.....	100
	ANEXO 1 - EMENTÁRIO	107
	ANEXO 2 – REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -TCC ..	143
	ANEXO 2.1 - CARTA DE ACEITE DO ORIENTADOR.....	154
	ANEXO 2.2 - ATA DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO.....	155
	ANEXO 2.3 - FICHA DE AVALIAÇÃO DO TCC	156
	ANEXO 2.4 - TERMO DE DESISTÊNCIA DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO REQUERIDA PELO DOCENTE	157

<i>ANEXO 2.5 - TERMO DE DESISTÊNCIA DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO REQUERIDA PELO ACADÊMICO</i>	<i>158</i>
<i>ANEXO 2.6 - CARTA CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA</i>	<i>160</i>
<i>ANEXO 3 – REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....</i>	<i>161</i>
<i>ANEXO 4 – REGIMENTO ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) 162</i>	
<i>ANEXO 4.1 - Barema para aproveitamento de atividades extracurriculares.....</i>	<i>167</i>

DADOS GERAIS

Tabela 1 Dados gerais do curso de Licenciatura em Computação a Distância

NOME DO CURSO	Licenciatura em Computação
HABILITAÇÃO	Licenciado em Computação
DESCRIÇÃO DO CURSO	O curso habilitará os estudantes na Licenciatura em Computação. O estudante Licenciado em Computação estará apto a lecionar a disciplina Computação ou Informática na Educação Básica, Técnica e Tecnológica em todos os seus níveis e modalidades.
DATA DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO	2015
REGIME ACADÊMICO	Periodização semestral.
NÚMERO DE VAGAS	295
MODALIDADE	Curso a distância semipresencial com encontros periódicos em polos de apoio presencial.
NÚMERO DE TURMAS	Oferta por disponibilização orçamentária
REGIME DE MATRÍCULA	Semestral
DIMENSÃO DAS TURMAS	Aulas teóricas: até 50 alunos por polo; Aulas práticas: até 25 alunos por polo.
REGIME DO CURSO	Regime de créditos.
DURAÇÃO MÍNIMA DO CURSO	Quatro anos
DURAÇÃO MÁXIMA PARA INTEGRALIZAÇÃO	Oito anos
TOTAL DE CRÉDITOS	218 créditos.
CARGA HORÁRIA	Carga Horária de Créditos Teóricos: 1830 Carga Horária de Créditos Práticos: 405 Carga Horária de Créditos de Prática como Componente Curricular: 405 Carga Horária de Estágio: 420 Carga Horária de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC): 210 Carga Horária Total: 3270
FORMA DE INGRESSO	Processo Seletivo Simplificado

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais ferramentas que nos levaram ao atual estágio de evolução tecnológica está associada diretamente aos computadores e sistemas de gestão de informação. As novas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação estão provocando mudanças velozes e radicais nos mais variados campos de conhecimento.

Estas mudanças têm reflexo direto sobre a educação, sobre as formas de educar e sobre os aspectos formativos dos educadores. Atualmente, as tecnologias computacionais interativas e a conectividade em rede, fomentam e apoiam a criação de novas modalidades de ensino e de trabalho e, portanto, a de profissionais com formação para atuar nestas áreas.

É sob esta égide de mudanças tecnológicas que é preciso delinear de maneira clara e objetiva, o novo perfil para os profissionais de educação que irão atuar no campo do ensino de computação. Tais profissionais devem possuir competências diferenciadas, que associem em um único viés, tanto a formação técnica, como a formação humanística.

Atualmente o mercado de trabalho na área educacional de computação é ocupado por profissionais com formação diversificada e, geralmente, sem a formação acadêmica na área de educação. Existe, portanto, uma demanda por profissionais qualificados que atuem como elemento transformador nos diferentes níveis e modalidades da educação, principalmente na Educação Básica.

Assim, em um esforço para atender tais demandas de formação e a necessidade crescente de profissionais que atuem no ensino de computação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) oferta o Curso Superior de Licenciatura em Computação na modalidade a distância. Este curso de formação de professores expressa o compromisso social e político do IFBA com a ampliação da oferta de formação de professores no estado da Bahia, em especial nos municípios do interior baiano, em consonância com a missão institucional. Ressalta-se que um curso a distância modifica a realidade local não somente dos municípios nos quais estão localizados os polos, como também em seus distritos e municípios circunvizinhos.

A ampliação da oferta de licenciados, em um espaço marcado pela carência desses profissionais, vai ao encontro das políticas públicas de formação de professores, em especial ao Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece como uma de suas metas garantir que, até o ano de 2024, “todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação

específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (BRASIL, 2014, p. 48) .

1.1 O INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA)

O IFBA é uma autarquia pública federal, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Mediante transformação do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA), foi criado como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei nº. 11.892/2008.

O Instituto Federal da Bahia tem como missão promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país. Tem como visão ser uma instituição de ampla referência e de qualidade de ensino no país, estimulando o desenvolvimento do sujeito crítico, ampliando o número de vagas e cursos, modernizando as estruturas físicas e administrativas, bem como ampliando a sua atuação na pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação tecnológica (IFBA, 2020).

Em contrapartida à tradicional concepção da formação profissional, destinada aos desafortunados e demasiadamente vinculada aos valores do mercado, o Projeto Político Institucional (PPI) do IFBA compreende a educação como referencial permanente de formação geral, que encerra como objetivo fundamental o desenvolvimento integral do ser humano, construído por valores éticos, sociais e políticos, de maneira a preservar a sua dignidade e a desenvolver ações junto à sociedade com base nos mesmos valores (IFBA, 2013).

O Instituto Federal da Bahia adota como concepção pedagógica a Pedagogia Histórico-Crítica, sendo esta também assumida como uma das referências para a construção do curso de Licenciatura em Computação na modalidade a distância. Deste modo, a educação está focada na importância do trabalho para a construção social e na análise crítica da realidade para que os sujeitos possam, efetivamente, intervir na realidade. Na mesma perspectiva, compreende-se que a educação é um processo mediador que relaciona a base cognitiva com a estrutura material da

sociedade, evitando o erro de transformar em mercadoria e de considerar a educação profissional e tecnológica como adestramento ou treinamento (IFBA, 2013).

Embora a atual estrutura do IFBA tenha sido estabelecida pela Lei nº. 11.892/2008, a sua origem remonta a Escola de Aprendizizes e Artífices da Bahia, criada em 1909, na capital baiana, por meio do Decreto de nº. 7.566/1909. Em 1937, a fim de atender a demanda de mão de obra decorrente da crescente industrialização do país, as antigas Escolas de Artífices Aprendizizes foram transformadas em Liceus Industriais, dando início a um amplo plano de edificações. Em 1942, o Liceu de Salvador passou a se chamar Escola Técnica de Salvador, por força do Decreto-Lei nº. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que instituiu as bases de organização para o estabelecimento do ensino industrial.

Na década de 1960, por meio da lei n.º 4.759/1965, as escolas técnicas foram federalizadas. Nesse mesmo contexto, desenvolveu-se no estado um movimento que buscava apresentar às empresas baianas a importância da Escola Técnica da Bahia para a capacitação dos trabalhadores, resultando na criação de cursos para atender às necessidades de empresas e indústrias que se instalaram na região naquele período. A partir da década seguinte, a Escola Técnica tornou-se uma referência na qualificação de jovens para o mundo do trabalho, tanto na formação técnica de nível médio (2º grau) quanto superior (3º grau), formando profissionais para atuarem, principalmente, no Polo Petroquímico de Camaçari que, na época, era o maior polo industrial do hemisfério sul.

Em 1993, por meio da Lei n.º 8.711, a Escola Técnica Federal da Bahia foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-BA), que incorporou o Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC), criado em 1976. A criação do CEFET-BA estimulou a implantação de cursos de pós-graduação e a articulação do ensino com a pesquisa e a extensão. Com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Centros Federais, as Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas passaram a compor a Rede Federal de Ensino Profissional, transformando o CEFET-BA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

Desde a época do CEFET-BA, a instituição iniciou um processo de expansão para outras regiões do estado. Nos anos de 1990, foram criadas Unidades Descentralizadas (Uned) do CEFET-BA nos municípios de Barreiras, Valença, Vitória da Conquista e Eunápolis. Porém, foi a partir de 2008 que o Instituto Federal da Bahia ampliou sua área de atuação, com a implantação

de diversos outros *campi* no interior e na região metropolitana, sendo quatro novos na primeira fase, sete na segunda e cinco na terceira.

Atualmente, o IFBA conta com 22 (vinte e dois) campi (Salvador, Barreiras, Brumado, Camaçari, Eunápolis, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Porto Seguro, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Simões Filho, Ubaitaba, Valença e Vitória da Conquista); 01 (um) Núcleo Avançado (Salinas da Margarida); 02 (dois) campi em fase de implantação, localizados em Jaguaquara e Campo Formoso; 05 (cinco) Centros de referência, também em construção, localizados nas cidades de Itatim, Casa Nova, São Desidério, Camacã e Monte Santo; e 01 (um) Polo de Inovação Salvador, cuja unidade fica no Parque Tecnológico da Bahia (Paralela, em Salvador/Ba);

Na modalidade de ensino à distância (EAD), o IFBA possui cursos em 57 (cinquenta e setes) cidades baianas: Amargosa, Belmonte, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Cachoeira, Caldeirão Grande, Camacan, Camaçari, Candeias, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dias D'Ávila, Elísio Medrado, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Gandu, Ibicuí, Ibirapitanga, Ilhéus, Ipirá, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Itaparica, Itapetinga, Itapicurú, Jacobina, Jaguaquara, Jequié, Juazeiro, Jussari, Laje, Lauro de Freitas, Macaúbas, Manoel Vitorino, Mascote, Mata de São João, Mundo Novo, Muritiba, Nazaré, Nova Itarana, Pau-Brasil, Paulo Afonso, Pintadas, Piritiba, Salvador, Santa Luzia, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Francisco do Conde, Seabra, Simões Filho, Sobradinho, Ubaitaba, Una, Utinga e Vitória da Conquista.

O curso superior de Licenciatura em Computação na modalidade a distância no IFBA acompanha as transformações ocorridas nas concepções de educação profissional e tecnológica no Brasil, ao passo que reconhece a importância da formação integral do sujeito (intelectual, ética, crítico-emancipatória) como princípio educativo. Além disso, constitui um reforço à política nacional de formação de professores para a educação básica e amplia a oferta de educação superior.

1.2 EaD NO IFBA

O termo de acordo e metas celebrado entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação e os Institutos Federais estabelece 19 itens que devem ser atendidos em curto, médio e longo prazo. A meta 9 do referido termo destaca que cabe aos Institutos Federais implantar a modalidade Educação à Distância como atividade regular. O IFBA assinou esse termo de compromisso em junho de 2010 e as metas de longo

prazo devem ser atingidas até 2022, o ano do bicentenário da Independência da República Federativa do Brasil. O planejamento para assumir esta meta está expresso como uma diretriz no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFBA para o período 2009-2013. Neste documento são listadas as ações necessárias para implantar, desenvolver e consolidar uma política de EAD no IFBA (IFBA, 2009).

1. Viabilizar processos de credenciamento institucional para oferta de cursos de EAD;
2. Elaborar projeto para implantação dos cursos na modalidade de EAD;
3. Criar núcleos de EAD no IFBA para sistematizar essa modalidade em todos os campi;
4. Capacitar servidores e professores-tutores para atuarem nas atividades de EAD;
5. Implementar a Portaria 4.059 do MEC que permite a utilização de até 20% da carga horária dos cursos de nível superior na modalidade semipresencial;
6. Adquirir equipamentos, software gerenciador das atividades de EAD e ambientes para o desenvolvimento dessas atividades;
7. Criar uma biblioteca virtual dotada de acervo bibliográfico suficiente para auxiliar os alunos durante a realização dos cursos à distância;
8. Oferecer cursos de EAD em todas as modalidades regulamentadas pelo MEC.

Em agosto de 2012 aconteceu o 1º Seminário de Educação a Distância do IFBA, que instituiu grupos de trabalho para analisar e propor as metodologias de ensino a distância, as parcerias estratégicas, a estrutura organizacional e as políticas de ensino. Em seguida foi instituída uma comissão para elaborar uma proposta para a implantação de um Campus Avançado de Educação a Distância.

O documento que estabeleceu o PDI para o quadriênio 2014-2018 destacou que os primeiros cursos ministrados pelo IFBA, na modalidade EAD, foram através do Programa Profucionário por meio da Rede e-TEC Brasil. O programa tinha por objetivo promover, por meio da educação a distância, a formação profissional técnica em nível médio, de funcionários que atuam nas redes estaduais e municipais de ensino. Os seguintes cursos foram ofertados: Técnico em Multimeios Didáticos, Técnico em Infraestrutura Escolar, Técnico em Alimentação Escolar e Técnico em Secretaria Escolar. Em 2014, havia cerca de 2800 alunos matriculados em 19 polos de apoio presencial. Sendo 16 polos nos campus do IFBA, dois em núcleos avançados

e um polo em parceria com uma Prefeitura Municipal. O documento listou também os objetivos e ações que deveriam ser realizadas para a institucionalização da EAD.

A Resolução 26 do CONSUP, de 27 de junho de 2013, que aprovou o Regimento Geral do IFBA, prevê a implantação de uma Diretoria Sistêmica, com status de Campus de Educação a Distância, que dentre as suas atribuições, deve: i) Assistir a PROEN em assuntos educacionais dos cursos de EAD; ii) Acompanhar políticas e diretrizes e implementar ações para o desenvolvimento de programas de EAD nas áreas de Ensino, Pós-Graduação e Extensão; iii) Elaborar o plano de metas anual para EAD (IFBA, 2013).

Atualmente, os cursos de graduação a distância do IFBA são ofertados através do Programa Universidade Aberta do Brasil, um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. Prioritariamente, os professores que atuam na educação básica da rede pública são atendidos, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

O IFBA iniciou suas atividades na Universidade Aberta do Brasil-UAB através Consórcio Bahia em 2007, um convênio,

Composto por 9 (nove) instituições, todas as universidades públicas e privadas do Estado da Bahia naquele momento (Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Católica do Salvador – UCSAL e Universidade Salvador - UNIFACS), o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) e o Instituto Anísio Teixeira (IAT), órgão responsável, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Estado da Bahia (SEC), pelo Programa de Formação e Aperfeiçoamento Continuo para Professores do Estado, a quem coube a coordenação do órgão, o comitê teve como atribuição a elaboração do PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA, integrando oito projetos de licenciaturas, submetidos à apreciação Secretaria de Ensino Superior (SESU) do MEC para análise e estudo da viabilidade de autorização para implantação. (VALLADARES et al, 2007, p.4)

Foi apresentado ao Edital UAB 01/2006- SEED/MEC/2006/2007 as propostas dos 13 (treze) cursos, 8 (oito) cursos de licenciatura (História, Geografia, Letras, Matemática, Física, Química, Biologia e Pedagogia), 3 (três) cursos de bacharelado (Ciências Contábeis, Administração e Turismo), 1 (um) curso de Tecnólogo (de Gestão de Serviços com ênfase em Logística e Apoio à Indústria) e 1 (uma) Pós-Graduação lato sensu em Educação a Distância,

totalizando mais de 7.000 vagas para Bahia. Não houve nenhuma oferta de responsabilidade do IFBA na apresentação deste edital, o IFBA participou apenas das reuniões e das articulações do Consórcio UAB-Bahia.

Através da aprovação deste Edital todas as instituições que faziam parte do Consórcio receberam o credenciamento ead temporário a fim de que cada instituição avançasse na sua oferta e pudesse garantir o credenciamento definitivo. Entretanto, no período de 2007 a 2017, o IFBA não fez nenhuma oferta de curso na modalidade a distância.

Em 2014 a CAPES lançou o Edital N° 75/2014 para financiar a oferta de vagas em cursos superiores na modalidade a distância no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. A proposta do IFBA foi aprovada para iniciar os primeiros cursos de graduação na modalidade EAD. Na Figura 1, mostra-se os polos UAB IFBA, bem como as licenciaturas ofertadas por polo, sendo elas Física, Matemática e Computação.

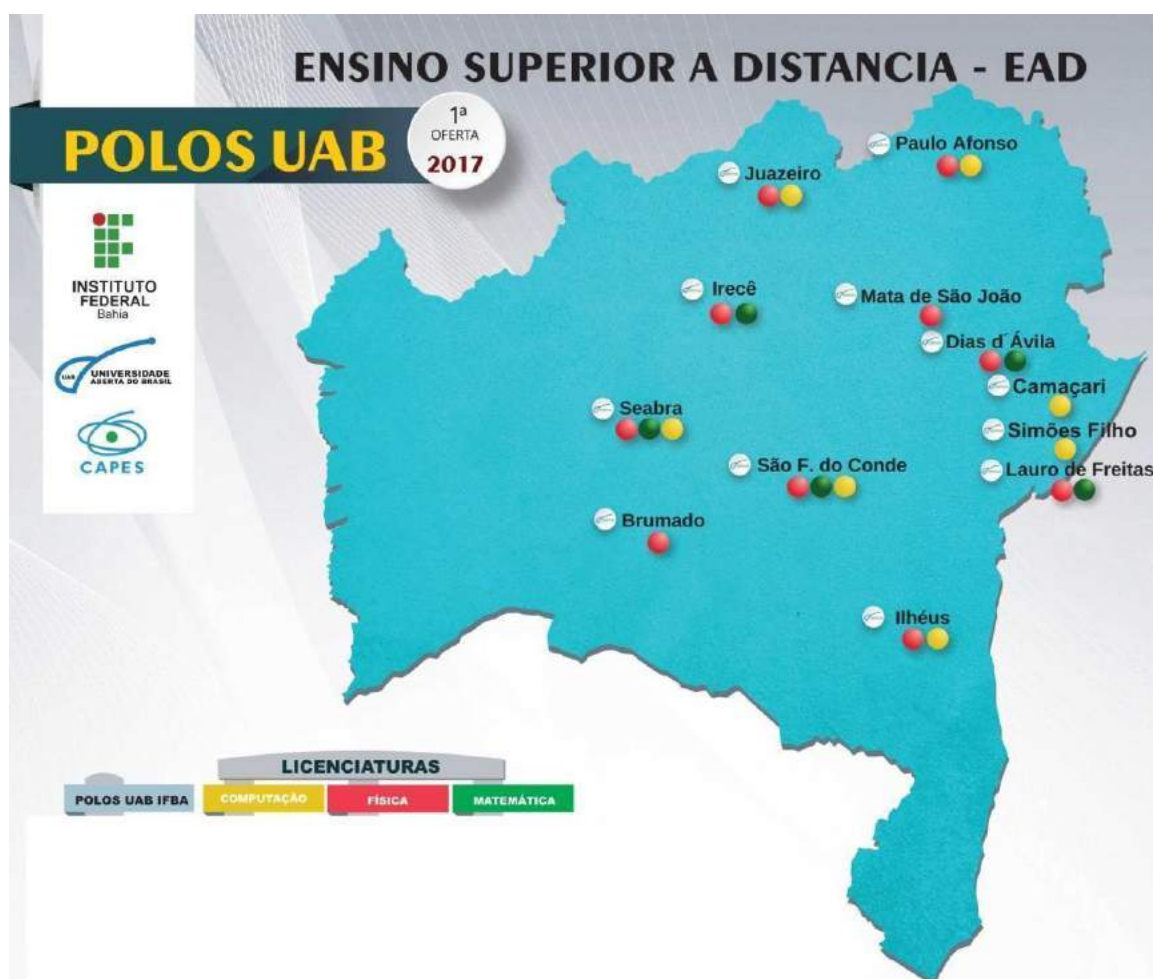


Figura 1 Cursos ofertados pelo IFBA-UAB em 2017

Na Figura 2, apresenta-se o que chamou-se de segunda oferta dos cursos superiores a distância do IFBA. Em 2018, além das três licenciaturas existentes desde 2017, o Instituto ofertou o curso de formação pedagógica. Esse novo curso também tem grande importância para o IFBA uma vez que uma parte das vagas atendeu servidores cuja formação técnica não previa componentes curriculares para a atuação como docente. No tocante ao quantitativo de polos, três novas cidades tornaram-se polos (exclusivos da complementação pedagógica): Salvador, Vitória da Conquista e Euclides da Cunha



Figura 2 Cursos ofertados pelo IFBA-UAB em 2018

A Figura 3, nos apresenta um panorama de um terceiro momento da oferta de cursos EAD no IFBA (2018). Naquele momento eram oferecidos simultaneamente cinco licenciaturas (Computação, Física, Matemática, Formação Pedagógica e Educação Física), um curso de bacharelado (em administração pública), um curso de tecnólogo (em Jogos digitais) e três pós-graduações (Ensino de Matemática, Ensino de Ciências e Estudos Etnico-raciais). Nessa ocasião, a EAD atendia a 33 cidades do estado da Bahia.



Figura 3 Todas as Ofertas IFBA-UAB

Além dos curso de graduação e pós graduação, a Coordenação UAB tem ofertado cursos de formação continuada para servidores do IFBA, como: Oficinas de Criação de Vídeo; Fundamentos Básicos da Educação a Distância; Ialodê em Casa - curso de comunicação sobre o direito à informação em gênero, raça, etnia e diversidade sexual; Educação Inclusiva e os desafios do Ensino Remoto; Objetos de Aprendizagem e Interfaces Avaliativas.

O PDI-IFBA para o quadriênio 2020-2024 estabelece as metas para a EAD a serem implementadas ao longo do período, a saber: 1) Estruturar o funcionamento da Diretoria de Educação a Distância do IFBA até primeiro semestre 2020; 2) Promover metodologia híbrida de 30% dos cursos existentes, reformulando os PPCs até 2024; 3) Garantir a formação dos servidores para utilização das ferramentas da EAD, por meio da oferta de 02 cursos/oficinas por

ano, até 2024; 4) Estruturar os Núcleos/Coordenações/Diretorias de Educação a Distância nos campi até 2024; 5) Implantar pelo menos um curso na modalidade a distância com oferta própria em cada um dos campi até 2024. Em 2020 foi criado o Comitê Gestor de Educação a Distância (CGEAD) para implementar a política e acompanhar as diretrizes de desenvolvimento da Educação a Distância (EAD) institucional e dos programas e instrumentos acadêmicos desta modalidade de educação.

1.3 CONTEXTO LOCAL E A LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

O Instituto tem a incumbência de atuar em busca de soluções para as distorções locais no oferecimento da Educação Profissional e do Ensino Superior Público, principalmente na oferta de Licenciaturas, além de atividades de Extensão e Pesquisa. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2021) apontam que nos anos finais, o percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada se reduz consideravelmente quando comparado ao dos anos iniciais. As regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada. Avaliando o percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada no ensino médio, considerando os indicadores gerais por unidade da Federação, o estado da Bahia apresenta um dos três menores percentuais (36,7%) (INEP, 2021). É nesse contexto que está inserida a oferta da Licenciatura em Computação na modalidade a Distância do IFBA.

No entanto, observa-se também, que é pequena a renovação dos quadros docentes, especialmente na Área de Ciências da Natureza e Matemática. Ao simular a demanda por novos professores, tomando como base o número de turmas do Ensino Básico no Brasil em comparação ao número de licenciandos em cada disciplina nas universidades, o levantamento indica um *déficit* de 250 mil professores.

Analisando mais particularmente os dados divulgados pelo INEP em 2009, verifica-se que existem no estado da Bahia 152.648 professores atuando na Educação Básica (ensino fundamental, médio, profissionalizante, jovens e adultos e especiais), destes apenas 51.531 possuem nível superior. Ainda pelos dados do INEP, verifica-se que existem no estado da Bahia apenas 111 professores com formação na área de computação atuando na Educação Básica. Considerando o número de estabelecimentos de ensino públicos e privados e a demanda por

esse tipo de ensino, não podemos negligenciar a necessidade de cursos de formação desses profissionais na Bahia, principalmente licenciados.

O compromisso institucional do IFBA com a formação de licenciados é educar para a cidadania, o que implica na realização de processos formativos, acima de tudo de caráter humanístico, que reconheçam o fazer estético, ético, político e inventivo do ser humano, suas relações com o mundo, com o outro e consigo mesmo. Desse modo, o curso busca responder às exigências de formação e qualificação profissional requeridos pela sociedade em decorrência das atuais transformações científicas e tecnológicas e às demandas de formação de professores para a Educação Básica em todos os níveis e modalidades, bem como às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior. Busca-se, portanto, a formação de um licenciado que reflita sobre o papel do professor, despertando-o não só para o ensino, mas também para pesquisa em educação. Desta forma, espera-se que os alunos do curso valorizem a profissão escolhida e exerçam sua função de maneira crítica e responsável.

Por fim, desde a criação do Curso de Licenciatura em Computação no IFBA, este vem contribuindo para o desenvolvimento de várias regiões, aumentando o número de vagas no ensino superior, produzindo investimentos e iniciativas voltados para a formação inicial e continuada de professores, bem como minimizando o déficit de professores de Computação na Bahia e no Brasil.

2 JUSTIFICATIVA

As Tecnologias da Informação e Comunicação – TICS estão presentes na maioria dos setores da sociedade, como indústria, comércio, serviços, saúde e na vida privada das pessoas. Sua participação elevou significativamente a quantidade e qualidade dos produtos e serviços gerados, bem como revolucionou a forma como as pessoas se comunicam e se relacionam. Devido à implantação de sistemas computacionais em todos estes setores, o mercado de trabalho exige que os profissionais de diversas áreas estejam familiarizados com as ferramentas computacionais, além de criar uma demanda por profissionais que sejam capazes de construir, implantar e manter o funcionamento de sistemas informatizados.

Com o advento das TICS tem-se uma gama de possibilidades de transformação do processo de ensino-aprendizagem, permitindo que o professor atualize e incremente seus hábitos e práticas pedagógicas, não mais se limitando ao ensino tradicional (caracterizado pelo predomínio do uso do quadro branco, do pincel e do professor), com o intuito de estimular o

educando e conseqüentemente levá-lo ao aprendizado dos conteúdos, habilidades e competências básicas. Por outro lado, apesar de tal potencial, essa evolução não tem se mostrado tão substancial quando comparadas com as alcançadas em outras áreas como saúde, indústria, serviços, etc., nas quais se pode observar uma verdadeira transformação nos métodos e procedimentos nelas empregados, culminando em melhorias notáveis e significativas.

Atentando-se a esse cenário, instituições públicas e particulares de educação têm demonstrado interesse na área de informática para fins educacionais. O governo, em todas as esferas, tem investido na compra de recursos de informática (computadores, lousas digitais, tablets educacionais), aparelhos de televisão e vídeo e acesso à Internet. Contudo, a inserção de TIC no contexto educacional não acompanhada da devida adequação, preparação e orientação dos profissionais, tornam inócuos os esforços empregados na sua utilização, uma vez que as mesmas podem acabar subutilizadas em decorrência do pouco preparo do educador. Desta forma, configura-se como imprescindível a formação de pessoas qualificadas, capazes de alicerçar o uso de tecnologias com a visão pedagógica.

Em se tratando de educação, observa-se que a demanda desse perfil de profissional é tão recente quanto o surgimento das TICS. Quanto à oferta de cursos de formação, no ano de 2021, segundo informações cadastradas no sistema eletrônico de informações do MEC (e-mec), existem 145 cursos de Licenciatura em Computação ou Informática em atividade ofertados no Brasil, sendo 105 presenciais e 40 à distância. Dos cursos presenciais, 13 estão no estado da Bahia.

Em síntese, o que se constata é a importância da formação de profissionais licenciados em Computação como forma de atender à demanda crescente imposta pelos condicionantes da atual sociedade e de seus desafios educacionais. Tal demanda se faz presente pela ausência de profissionais qualificados para atuar nesta área e que possam vir a garantir uma inclusão tecnológica e digital efetiva que contribua para uma transformação qualitativa da realidade regional. Este é o principal desafio do IFBA e, conseqüentemente, da Licenciatura em Computação.

Além disso, a abertura do curso de Licenciatura em Computação, no segundo semestre de 2018, faz parte das políticas de ensino do IFBA e consta no Plano de Desenvolvimento Institucional para os anos de 2009 a 2013, o compromisso de ampliar para 20% do total de vagas a oferta para licenciaturas nas áreas de ciências e tecnologias. A escolha do curso deu-se pela possibilidade de integração com outras áreas de estudo, bem como a necessidade de formação de profissionais multidisciplinares, com perfil inovador que consiga agregar/alinhar conceitos

computacionais e pedagógicos e, desta forma, possibilitar avanços importantes para educação, tais quais visualizados em outros setores.

3 CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso foi concebido a partir de duas premissas básicas: a formação profissional necessária ao exercício da docência em Computação e a preparação do egresso para atuar no mundo do trabalho de forma competente e cidadã.

3.1 OBJETIVOS DO CURSO

3.1.1 GERAL

Formar Licenciados em Computação para atuar na educação básica, a partir de uma sólida base pedagógica científica e tecnológica com vistas à atuação crítica na realidade educacional, local e regional.

3.1.2 ESPECÍFICOS

- Formar profissionais autônomos, críticos, reflexivos e analíticos capazes de atuar no ensino da computação no âmbito da educação básica, técnica e tecnológica;
- Oferecer conhecimentos teóricos e práticos ao aluno que possibilite um desempenho eficaz em sua função docente, utilizando a interdisciplinaridade como ferramenta para auxiliar no processo ensino-aprendizagem;
- Capacitar os alunos para a utilização, projeto e avaliação de software educacional e Sistema de Educação à Distância nos vários níveis e modalidades de ensino.
- Fomentar atitudes investigativas que favoreçam um processo contínuo de construção de conhecimentos da informática, bem como a utilização de novas tecnologias em projetos de ensino, pesquisa e extensão como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários à atuação profissional;
- Incentivar no âmbito das Leis nº 9.795/99 e 11.645/08, o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente e da educação para as relações étnico-raciais em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

Promover a formação de profissionais comprometidos com os resultados de sua atuação, pautando sua conduta profissional nos princípios da sustentabilidade crítica, critérios humanísticos; e capazes de se tornarem agentes transformadores da realidade, no sentido da melhoria da qualidade da vida no Planeta e da implantação da justiça social.

3.2 PERFIL DO EGRESSO

É assegurado ao egresso uma formação profissional e humanística que o permita atuar no mundo do trabalho de forma competente e cidadã. O licenciado em Computação, na qualidade de educador, estará apto para conceber, construir e administrar situações de aprendizagens, além de participar do desenvolvimento de sua comunidade. Deverá ainda compreender que o conhecimento da Computação pode e deve ser acessível a todos e conceber a educação como caminho para a formação do cidadão crítico-reflexivo.

O egresso do curso de Licenciatura em Computação poderá atuar em diversas áreas educacionais, tais como:

- Professor de componentes curriculares da área de Computação em todas as etapas e modalidades da educação básica;
- Consultor ou gestor de tecnologia da informação em instituições públicas e privadas;
- Integrante de equipes multidisciplinares de consultoria em secretarias de educação, instituições de ensino e em empresas;
- Integrante de equipes técnicas para construção de ambientes virtuais de aprendizagem;
- Pesquisador das áreas de tecnologias educacionais e ensino da Computação;
- Empreendedor no desenvolvimento de *hardwares* e *softwares* voltados para a educação.

3.2.1 COMPETÊNCIAS

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior e para a formação continuada (Resolução CNE/CP n. 2, de 2 de julho de 2015), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área de Computação (Resolução

CNE/CES n. 5, de 16 de novembro de 2016) e considerando as necessidades locais e regionais, espera-se que o egresso seja capaz de:

- Articular ensino, pesquisa e extensão em sua prática pedagógica;
- Utilizar de modo competente as tecnologias de informação e comunicação para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural de docentes e discentes;
- Promover espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;
- Contribuir para a consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;
- Promover a aprendizagem e o desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições;
- Identificar problemas que tenham solução algorítmica;
- Conhecer os limites da computação;
- Resolver problemas usando ambientes de programação;
- Tomar decisões e inovar, com base no conhecimento do funcionamento e das características técnicas de *hardware* e da infraestrutura de *software* dos sistemas de computação, consciente dos aspectos éticos, legais e dos impactos ambientais decorrentes;
- Compreender e explicar as dimensões quantitativas de um problema;
- Gerir a sua própria aprendizagem e desenvolvimento, incluindo a gestão de tempo e competências organizacionais;
- Preparar e apresentar seus trabalhos e problemas técnicos e suas soluções para audiências diversas, em formatos apropriados (oral e escrito);
- Avaliar criticamente projetos de sistemas de computação;
- Adequar-se rapidamente às mudanças tecnológicas e aos novos ambientes de trabalho;
- Compreender textos técnicos na língua inglesa;

- Empreender e exercer liderança, coordenação e supervisão na sua área de atuação profissional;
- Ser capaz de realizar trabalho cooperativo e entender os benefícios que este pode produzir;
- Especificar os requisitos pedagógicos na interação humano-computador;
- Especificar e avaliar *softwares* e equipamentos para aplicação educacionais e de educação a distância;
- Projetar e desenvolver *softwares* e *hardwares* educacionais e de educação à distância em equipes interdisciplinares;
- Atuar junto ao corpo docente da educação básica, nas diferentes etapas e modalidades, e demais organizações no uso efetivo e adequado das tecnologias da educação;
- Produzir materiais didáticos com a utilização de recursos computacionais, propiciando inovações nos produtos, processos e metodologias de ensino aprendizagem;
- Administrar laboratórios de informática para fins educacionais;
- Atuar como agentes integradores promovendo a acessibilidade digital;
- Atuar como docente com a visão de avaliação crítica e reflexiva;
- Propor, coordenar e avaliar, projetos de ensino-aprendizagem assistidos por computador que propiciem a pesquisa;
- Aplicar métodos e técnicas de ensino adequados ao exercício da relação teoria-prática na área Computação;
- Aplicar os conteúdos gerais e específicos de sua área de formação profissional em ações que impactem positivamente na qualidade do ensino e no desenvolvimento regional;
- Solucionar, com base na utilização de métodos de investigação científica, os problemas na área da informática, identificados no contexto educacional e social de forma individual ou coletiva;
- Desenvolver projetos e soluções de informática economicamente viáveis e sustentáveis, que possibilitem melhorias na educação e no mundo do trabalho, especialmente em âmbito regional;

- Colaborar com os processos de discussão, planejamento, execução e avaliação do projeto pedagógico das instituições em que esteja inserido, sempre prezando pelo respeito à diversidade e às especificidades da comunidade local;
- Contribuir para a aprendizagem empreendedora, na perspectiva de valorização dos indivíduos, de suas capacidades, de suas relações sociais e éticas, num processo de transformação de si próprio e de seu espaço social.

3.3 REQUISITOS DE ACESSO

Poderá cursar a Licenciatura, o concluinte do ensino médio oficial ou aquele que obtiver equivalência na forma da legislação educacional vigente. A forma de acesso dar-se-á por: Exame de Seleção, Aluno Especial, Transferência Compulsória ou Transferência Facultativa.

A admissão de alunos regulares ao curso será realizada anualmente, através de processo seletivo simplificado para ingresso no primeiro período do curso ou através de transferência para qualquer período, respeitando o calendário acadêmico do curso.

O processo seletivo simplificado obedecerá à legislação em vigor e as determinações do Conselho Superior do IFBA.

Existe, também, a possibilidade de admissão de Aluno Especial. Entende-se por Aluno Especial aquele que deseja cursar disciplinas isoladas, sem qualquer vínculo com o curso. Esta admissão é condicionada a existência de vagas.

A Transferência compulsória ou *ex-officio*, caracterizada pela continuidade dos estudos, é independente de vaga específica e poderá ser solicitada a qualquer época do ano para os casos previsto em Lei.

A Transferência facultativa ou voluntária de Alunos de outras Instituições de Ensino Superior Nacional ou Estrangeira fica condicionada a existência de vaga.

Será permitida a matrícula institucional ao portador de diploma de nível superior graduado por Instituição de Ensino Superior, nacional ou estrangeira, oficial ou reconhecida.

As formas de ingresso enumeradas acima dependem da existência de vagas remanescentes e da publicação de edital de processo seletivo, que deverá observar as Normas Superiores do IFBA.

Em atenção ao disposto na Lei nº 13.409/2016 (Lei de Cotas), no Decreto 9.034, de 20 de abril de 2017 e na Portaria Normativa do MEC nº 9 de 5 de maio de 2017, que dispõem sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, o Instituto Federal da Bahia reserva 50% (cinquenta por cento) das vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Estas vagas são preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população do estado da Bahia, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em atendimento ao estabelecido no Decreto nº. 3298/99, é disponibilizado ainda o percentual de 5% das vagas para pessoas com deficiência. As vagas destinadas a estes candidatos que não forem preenchidas são incorporadas ao quadro das vagas da ampla concorrência.

4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso de Licenciatura em Computação tem como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior e para a formação continuada (Resolução CNE/CP nº. 2/2015), que estabelecem que a formação de professores deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão (Art. 5, Resolução CNE/CP nº. 2/2015).

Quanto à formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, as Diretrizes exigem que, observadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, os currículos serão constituídos de: a) **núcleos de estudos de formação geral**, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais; b) **núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos** das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos; c) **núcleo de estudos integradores** para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em seminários e estudos curriculares, atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas, mobilidade estudantil e atividades de comunicação e expressão (Art. 12, Resolução CNE/CP nº. 2/2015).

A organização curricular observou ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área de Computação (Resolução CNE/CES nº. 5/2016), que estabelecem que os currículos dos cursos de bacharelado e licenciatura na área de Computação deverão incluir **conteúdos básicos e tecnológicos referentes à área da Computação**, comuns a todos os cursos, bem como conteúdos básicos e tecnológicos específicos para cada curso, todos selecionados em grau de abrangência e de profundidade de forma consistente com o perfil, as competências e as habilidades especificadas para os egressos. Para a licenciatura também deverão ser incluídos conteúdos de **formação pedagógica** (Art. 6º, Resolução CNE/CES nº. 5/2016).

4.1 ESTRUTURA CURRICULAR

Buscando equalizar as Diretrizes gerais e específicas ao curso de Licenciatura em Computação, o Projeto Pedagógico Institucional do IFBA e o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Computação, organiza o currículo a partir de **três núcleos**:

- **Núcleo de Formação Geral (NUFORG):** os componentes curriculares deste núcleo articulam princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, que são essenciais e obrigatórios para a formação inicial do licenciando em Computação.
- **Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos (NADE):** abrange componentes curriculares obrigatórios e optativos que aprofundam e ampliam a formação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos.
- **Núcleo de Estudos Integradores (NEI):** inclui Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) obrigatórias que possam ampliar o conhecimento produzido ao longo do curso, instigar a vivência dos estudantes com ações de pesquisa e extensão e potencializar a prática profissional. As atividades cuja carga horária pode ser aproveitada para a integralização deste núcleo estão definidas em regulamento próprio (ANEXO 4).

Os componentes curriculares que integram os três núcleos estão ainda distribuídos em quatro **áreas de formação**:

- **Área de formação específica:** é constituída por disciplinas da área de computação que objetivam o domínio dos fundamentos computacionais, do raciocínio lógico e de resolução de problemas, da organização e manipulação de informações armazenadas e da utilização de tecnologias da informação. Abrange inclusive disciplinas que possibilitam a aplicação desses conhecimentos específicos no âmbito educacional.
- **Área de formação pedagógica:** inclui disciplinas que fornecem saberes necessários à prática pedagógica. Abrange fundamentos da educação, temáticas relacionadas às políticas públicas e gestão da educação, à inclusão dos diferentes sujeitos nos processos educativos, além de saberes e metodologias capazes de subsidiar a prática de ensino.
- **Área de formação complementar:** congrega componentes curriculares que suplementam a formação profissional, abrangendo temas de relevância socioambiental, formação humanística e habilidades comunicativas.
- **Área de formação em pesquisa e prática profissional:** é constituída por disciplinas que possibilitam a aplicação dos conhecimentos produzidos ao longo do curso, tanto por meio da prática de ensino quanto pelo desenvolvimento de pesquisas científicas.

Na Tabela 2, observa-se a distribuição de disciplinas por núcleos e áreas de formação. No ementário (ANEXO 1), estão dispostos os conteúdos programáticos de cada componente curricular pertencente à grade do Curso Superior de Licenciatura em Computação.

Tabela 2 Distribuição dos componentes curriculares por núcleos e áreas de formação

ÁREAS	Núcleo de Formação Geral (NUFORG)	Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos (NADE)	Núcleo de Estudos Integradores (NEI)
Formação específica	<ul style="list-style-type: none"> ● Algoritmos ● Lógica Matemática ● Introdução à Informática ● Linguagem de Programação ● Arquitetura de Computadores ● Matemática para Computação ● Linguagem de Programação OO I ● Sistemas Operacionais ● Estrutura de Dados 	<ul style="list-style-type: none"> ● Análise e Projeto de Sistemas ● Desenvolvimento WEB ● Optativa I ● Optativa II ● Optativa III ● Multimídia e Hipermídia ● Interação Homem-Computador ● Software Educacional ● Ambiente Virtual de Aprendizagem 	<ul style="list-style-type: none"> ● Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)

	<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem de Programação OO II • Banco de Dados • Engenharia de Software • Redes de Computadores 		
Formação pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução à EaD • História da Educação • Filosofia da Educação • Psicologia da Educação • Sociologia da Educação • Organização da Educação Brasileira 	<ul style="list-style-type: none"> • Educação de Jovens e Adultos • Didática • Educação a Distância • Avaliação de Aprendizado • Metodologia e Prática do Ensino de Computação I • Metodologia e Prática do Ensino de Computação II • LIBRAS • Educação Inclusiva 	
Formação complementar	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação e Informação • Ciência, Tecnologia e Sociedade • Inglês • Economia, Trabalho e Educação • Ética, Direitos Humanos e Cidadania 	<ul style="list-style-type: none"> • Gerência de Projetos 	
Formação em pesquisa e prática profissional		<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia de Pesquisa • Estágio Supervisionado em Computação I • Estágio Supervisionado em Computação II • Estágio Supervisionado em Computação III • Estágio Supervisionado em Computação IV • Métodos Científicos em Computação • Trabalho de Conclusão de Curso 	

A Estrutura Curricular é composta por unidades curriculares, Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), estágio obrigatório e trabalho de conclusão de curso. No curso Superior de Licenciatura em Computação, o conhecimento é voltado para atender não só as demandas do mercado de trabalho, mas também em prol da sociedade na forma de transformação e desenvolvimento social. A flexibilidade curricular é uma necessidade atual que integra a formação acadêmica, profissional e cultural. Em outras palavras, procura construir um currículo que atenda não só o crescimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Dentro das atividades extracurriculares que podem ser realizadas, há a possibilidade de participação em projetos de Iniciação a Docência – PIBID, assim como de iniciação científica como PIBIC, PIBIT, de extensão, estágio, entre outros. Além disso, a participação em palestras, seminários e ações sociais em diversas áreas, previstas no Regulamento das Atividades

Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) do curso. Estas atividades permitem ao estudante apreciar temas relacionados à realidade e inclusão social, além de refletir a vivência profissional e cidadania. Estas práticas são reforçadas ainda por eventos promovidos pelo próprio IFBA, como, por exemplo, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Semana de Consciência Negra, Festival de Artes, que contam com palestras, minicursos e apresentação de trabalhos relacionados aos temas. Desta forma, pode-se afirmar que o processo de formação do Licenciado em Computação vai além das disciplinas comuns e específicas do curso. A integração entre a teoria e a prática ocorre por meio de metodologias ativas que permitem ao estudante, ao mesmo tempo que aprende, colocar em prática os conhecimentos adquiridos. A realização de aulas práticas, laboratoriais, visitas técnicas e, em especial, a carga-horária prevista para Prática como Componente Curricular (PCC) possibilitam tal integração.

4.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

A Tabela 3 mostra a distribuição das disciplinas por semestre letivo e a distribuição da carga horária e a Tabela 4 mostra o fluxograma de disciplinas do curso.

As disciplinas optativas oferecidas aos licenciandos estão relacionadas na Tabela 5 com as respectivas cargas horárias.

Tabela 3 Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Computação

Disciplinas			Carga Horária					Créditos					Pré-req.	
1º Semestre			Núcleo	T	P	PCC	EST	Tot	T	P	PCC	EST	Tot	
1	Algoritmos		NUFORG	30	30	0		60	2	2	0	0	4	
3	Lógica Matemática		NUFORG	60	0	0		60	4	0	0	0	4	
4	Introdução à EaD		NUFORG	45	0	15		60	3	0	1	0	4	
5	História da Educação		NUFORG	30	0	30		60	2	0	2	0	4	
6	Introdução à Informática		NUFORG	60	0	0		60	4	0	0	0	4	
10	Comunicação e Informação		NUFORG	60	0	0		60	4	0	0	0	4	
Subtotal			285	30	45	0	360	19	2	3	0	24		
2º Semestre			Núcleo	T	P	PCC	EST	Tot	T	P	PCC	EST	Tot	
7	Linguagem de Programação		NUFORG	30	30	0		60	2	2	0	0	4	
8	Arquitetura de Computadores		NUFORG	45	15	0		60	3	1	0	0	4	
9	Matemática para Computação		NUFORG	60	0	0		60	4	0	0	0	4	
11	Filosofia da Educação		NUFORG	45	0	15		60	3	0	1	0	4	
12	Psicologia da Educação		NUFORG	30	0	30		60	2	0	2	0	4	
53	Ciência, Tecnologia e Sociedade		NUFORG	30	0	0		30	2	0	0	0	2	
105	Educação de Jovens e Adultos		NADE	60	0	0		60	4	0	0	0	4	
Subtotal			300	45	45	0	390	20	3	3	0	24		
3º Semestre			Núcleo	T	P	PCC	EST	Tot	T	P	PCC	EST	Tot	
13	Linguagem de Programação OO I		NUFORG	30	30	0		60	2	2	0	0	4	
14	Sistemas Operacionais		NUFORG	45	15	0		60	3	1	0	0	4	
16	Inglês		NUFORG	60	0	0		60	4	0	0	0	4	
17	Didática		NADE	15	0	45		60	1	0	3	0	4	
18	Estrutura de Dados		NUFORG	30	30	0		60	2	2	0	0	4	
54	Educação a Distância		NADE	30	0	30		60	2	0	2	0	4	
Subtotal			210	75	75	0	360	14	5	5	0	24		
4º Semestre			Núcleo	T	P	PCC	EST	Tot	T	P	PCC	EST	Tot	
19	Linguagem de Programação OO II		NUFORG	30	30	0		60	2	2	0	0	4	
21	Análise e Projeto de Sistemas		NADE	30	30	0		60	2	2	0	0	4	

22	Avaliação de Aprendizado	NADE	45	0	15		60	3	0	1	0	4	
23	Sociologia da Educação	NUFORG	30	0	30		60	2	0	2	0	4	
24	Banco de Dados	NUFORG	30	30	0		60	2	2	0	0	4	
51	AACC	NEI	0	0	0		105	0	0	0	0	7	
55	Engenharia de Software	NUFORG	30	30	0		60	2	2	0	0	4	
Subtotal			195	120	45	0	465	13	8	3	0	31	
5º Semestre			Núcleo	T	P	PCC	EST	Tot	T	P	PCC	EST	Tot
25	Desenvolvimento WEB	NADE	30	30	0		60	2	2	0	0	4	
27	Redes de Computadores	NUFORG	45	15	0		60	3	1	0	0	4	
28	Metodologia de pesquisa	NADE	60	0	0		60	4	0	0	0	4	
29	Organização da Educação Brasileira	NUFORG	60	0	0		60	4	0	0	0	4	
30	Metodologia e Prática do Ensino de Computação I	NADE	30	0	30		60	2	0	2	0	4	
31	Estágio Supervisionado em Computação I	NADE	0	0	0	105	105	0	0	0	7	7	
Subtotal			225	45	30	105	405	15	3	2	7	27	
6º Semestre			Núcleo	T	P	PCC	EST	Tot	T	P	PCC	EST	Tot
32	Optativa I	NADE	30	30	0		60	4	0	0	0	4	
34	Multimídia e Hipermídia	NADE	30	15	15		60	2	1	1	0	4	
35	Gerência de Projetos	NADE	30	30	0		60	2	2	0	0	4	
36	LIBRAS	NADE	30	0	30		60	2	0	2	0	4	
37	Metodologia e Prática do Ensino de Computação II	NADE	30	0	30		60	2	0	2	0	4	
38	Estágio Supervisionado em Computação II	NADE	0	0	0	105	105	0	0	0	7	7	31
Subtotal			150	75	75	105	405	10	5	5	7	27	
7º Semestre			Núcleo	T	P	PCC	EST	Tot	T	P	PCC	EST	Tot
39	Interação Homem-Computador	NADE	45	15	0		60	3	1	0	0	4	
40	Métodos Científicos em Computação	NADE	60	0	0		60	4	0	0	0	4	
41	Optativa II	NADE	30	30	0		60	4	0	0	0	4	
42	Software Educacional	NADE	30	15	15		60	2	1	1	0	4	
43	Ambiente Virtual de Aprendizagem	NADE	30	15	15		60	2	1	1	0	4	
44	Estágio Supervisionado em Computação III	NADE	0	0	0	105	105	0	0	0	7	7	38

56	Educação Inclusiva	NADE	30	0	30		60	2	0	2	0	4	
Subtotal			225	75	60	105	465	15	5	4	7	31	
8º Semestre		Núcleo	T	P	PCC	EST	Tot	T	P	PCC	EST	Tot	
45	Trabalho de Conclusão de Curso	NADE	60	0	0		60	4	0	0	0	4	
46	Optativa III	NADE	45	0	15		60	3	0	1	0	4	
48	Economia, Trabalho e Educação	NUFORG	60	0	0		60	4	0	0	0	4	
49	Ética, Direitos Humanos e Cidadania	NUFORG	45	0	15		60	3	0	1	0	4	
50	Estágio Supervisionado em Computação IV	NADE	0	0	0	105	105	0	0	0	7	7	44
52	AACC	NEI	0	0	0		105	0	0	0	0	7	
Subtotal			210	0	30	105	450	14	0	2	7	30	
RESUMO			Carga Horária					Créditos					
			T	P	PCC	EST	Tot	T	P	PCC	EST	Tot	
Total			180 0	46 5	405	420	3300	120	3 1	27	28	220	
Carga Horária por Núcleo					NUFORG		1410						
					NADE		1680						
					NEI		210						
LEGENDA:													
T/Tot - TOTAL; P - PRÁTICA; PCC - PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR; EST - ESTÁGIO;				NADE - Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos									
NUFORG - Núcleo de Formação Geral				NEI - Núcleo de Estudos Integradores									

Tabela 4 Fluxograma da matriz curricular do Curso de Licenciatura em Computação

Semestre 1	Semestre 2	Semestre 3	Semestre 4	Semestre 5	Semestre 6	Semestre 7	Semestre 8
1 Algoritmos NUF OR G CH T P PE 60 30 30 0	7 Linguagem de Programação NUF OR G CH T P PE 60 30 30 0	13 Linguagem de Programação OO I NUF OR G CH T P PE 60 30 30 0	19 Linguagem de Programação OO II NUF OR G CH T P PE 60 30 30 0	25 Desenvolvimento WEB NA DE CH T P PE 60 30 30 0	32 Optativa I - Gerência de Redes NA DE CH T P PE 60 30 30 0	39 Interação Homem-Computador NA DE CH T P PE 60 45 15 0	45 Trabalho de Conclusão de Curso NA DE CH T P PE 60 60 0 0
3 Lógica Matemática NUF OR G CH T P PE 60 60 0 0	8 Arquitetura de Computadores NUF OR G CH T P PE 60 45 15 0	14 Sistemas Operacionais NUF OR G CH T P PE 60 45 15 0	21 Análise e Projeto de Sistemas NA DE CH T P PE 60 30 30 0	27 Redes de Computadores NUF OR G CH T P PE 60 45 15 0	34 Multimídia e Hipermídia NA DE CH T P PE 60 30 15 15	40 Métodos Científicos em Computação NA DE CH T P PE 60 60 0 0	46 Optativa III NA DE CH T P PE 60 45 0 15
4 Introdução à EaD NUF OR G CH T P PE 60 45 0 15	9 Matemática para Computação NUF OR G CH T P PE 60 60 0 0	16 Inglês NUF OR G CH T P PE 60 60 0 0	22 Avaliação de Aprendizado NA DE CH T P PE 60 45 0 15	28 Metodologia de pesquisa NA DE CH T P PE 60 60 0 0	35 Gerência de Projetos NA DE CH T P PE 60 30 30 0	41 Optativa II - Teoria dos Jogos NA DE CH T P PE 60 30 30 0	48 Economia, Trabalho e Educação NUF OR G CH T P PE 60 60 0 0
5 História da Educação NUF OR G CH T P PE 60 30 0 30	11 Filosofia da Educação NUF OR G CH T P PE 60 45 0 15	17 Didática NA DE CH T P PE 60 15 0 45	23 Sociologia da Educação NUF OR G CH T P PE 60 30 0 30	29 Organização da Educação Brasileira NUF OR G CH T P PE 60 60 0 0	36 LIBRAS NA DE CH T P PE 60 30 0 30	42 Software Educacional NA DE CH T P PE 60 30 15 15	49 Ética, Direitos Humanos e Cidadania NUF OR G CH T P PE 60 45 0 15
6 Introdução à Informática NUF OR G CH T P PE 60 60 0 0	12 Psicologia da Educação NUF OR G CH T P PE 60 30 0 30	18 Estrutura de Dados NUF OR G CH T P PE 60 30 30 0	24 Banco de Dados NUF OR G CH T P PE 60 30 30 0	30 Metodologia e Prática do Ensino de NA DE CH T P PE 60 30 0 30	37 Metodologia e Prática do Ensino de NA DE CH T P PE 60 30 0 30	43 Ambiente Virtual de Aprendizagem NA DE CH T P PE 60 30 15 15	52 AACC NEI CH T P PE 0 0 0 0
10 Comunicação e Informação NUF OR G CH T P PE 60 60 0 0	53 Ciência, Tecnologia e Sociedade NUF OR G CH T P PE 30 30 0 0	54 Educação a Distância NA DE CH T P PE 60 30 0 30	51 AACC NEI CH T P PE 0 0 0 0	31 Estágio Supervisionado em NA DE CH T P PE 0 0 0 0	38 Estágio Supervisionado em NA DE CH T P PE 0 0 0 0	44 Estágio Supervisionado em NA DE CH T P PE 0 0 0 0	50 Estágio Supervisionado em NA DE CH T P PE 0 0 0 0
	105 Educação de Jovens e Adultos NA DE CH T P PE 60 60 0 0		55 Engenharia de Software NUF OR G CH T P PE 60 30 30 0			56 Educação Inclusiva NA DE CH T P PE 60 30 0 30	
RE:							
Semestre 1	Semestre 2	Semestre 3	Semestre 4	Semestre 5	Semestre 6	Semestre 7	Semestre 8
CH T P PE 360 285 30 45	CH T P PE 390 300 45 45	CH T P PE 360 210 75 75	CH T P PE 360 195 120 45	CH T P PE 300 225 45 30	CH T P PE 300 150 75 75	CH T P PE 360 225 75 60	CH T P PE 240 210 0 30
ACC 0 EST 0	ACC 0 EST 0	ACC 0 EST 0	ACC 105 EST 0	ACC 0 EST 105	ACC 0 EST 105	ACC 0 EST 105	ACC 105 EST 105
Total 360	Total 390	Total 360	Total 465	Total 405	Total 405	Total 465	Total 450

Tabela 5 Disciplinas optativas do curso Licenciatura em Computação

COD.	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA				CRÉDITOS			
		T	P	PCC	TOT	T	P	PCC	TOT
100	Sistemas Distribuídos	30	30	0	60	2	2	0	4
101	Gerência de Redes	30	30	0	60	2	2	0	4
102	Teoria dos Jogos	30	30	0	60	2	2	0	4
103	Currículo e Novas Tecnologias	30	30	0	60	2	2	0	4
104	Desenvolvimento para Dispositivos Móveis	30	30	0	60	2	2	0	4
106	Filosofia da Ciência	45	0	15	60	3	0	1	4
107	Games e Educação	45	0	15	60	3	0	1	4
108	Inglês II	45	0	15	60	3	0	1	4
109	Pesquisa em Educação	45	0	15	60	3	0	1	4
110	Psicologia Organizacional	45	0	15	60	3	0	1	4
111	Relações Étnico-Raciais e Educação	45	0	15	60	3	0	1	4
112	Relações Interpessoais e Educação	45	0	15	60	3	0	1	4
114	Segurança, Meio Ambiente e Saúde	45	0	15	60	3	0	1	4

4.3 CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos curriculares estão dispostos no ementário (ANEXO 1), juntamente com a bibliografia básica e complementar de cada componente curricular. Destaca-se alguns conteúdos obrigatórios para todos os cursos de licenciatura.

4.3.1 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Conforme prevê a Lei n. 9.394/96 e Resolução CNE/CP nº. 1/2004 e a Lei nº. 11.645/08, são obrigatórios a inclusão de conteúdos curriculares e o desenvolvimento de atividades que contemplem as temáticas das relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e indígena. No âmbito do curso de Licenciatura em Computação do IFBA, essas temáticas estão contempladas da seguinte maneira:

- No componente curricular **História da Educação**, são estudadas as interfaces entre relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira e indígena e a educação no Brasil e na Bahia, considerando o contexto social, político e econômico de cada período histórico;
- No componente curricular **Sociologia da Educação**, são discutidas, a partir da perspectiva sociológica, as implicações do multiculturalismo e das questões ético-raciais na educação brasileira, assim como o impacto das cotas nas universidades brasileiras, compreendendo esta ação afirmativa como parte das políticas educacionais de inclusão;
- No componente curricular **Educação inclusiva**, ao tratar das políticas públicas de inclusão, é retomada a discussão sobre as cotas raciais e discutido o papel do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para a inclusão das populações negras e indígenas no âmbito da educação;
- No componente curricular **Economia, Trabalho e Educação**, ao tratar das principais mudanças operadas no âmbito do trabalho e do emprego, é trabalhada a intersecção entre mundos do trabalho, raça e gênero.
- No componente curricular **Relações Étnico-raciais e Educação**, são diferenciados os conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Além disso, são discutidas as configurações dos conceitos de raça,

etnia e cor no Brasil, abordados temas relativos à cultura afro-brasileira e indígena e estudadas as políticas de ações afirmativas e discriminação positiva.

- Anualmente, conforme estabelecido no calendário acadêmico, é realizada a **Semana de Consciência Negra** do IFBA, quando, por meio de palestras, mesas-redondas, rodas de conversa e apresentações culturais, são abordados os temas relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira.

4.3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Decreto nº. 4.281/2002 e a Resolução CNE/CP nº. 2, de 15 de junho de 2012 estabelecem a obrigatoriedade de se desenvolver Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, por meio da interdisciplinaridade e da transversalidade. No âmbito do curso de Licenciatura em Computação, as temáticas relacionadas à Educação Ambiental estão contempladas da seguinte maneira:

- No componente curricular **Ciência, Tecnologia e Sociedade**, é trabalhado o tema desenvolvimento científico, interação homem-ambiente e sustentabilidade. Assim, discutem-se as implicações socioeconômicas e ambientais do avanço científico e tecnológico e problematiza-se o desafio da sustentabilidade na sociedade capitalista.
- No componente curricular **Gerência de Projetos**, o desenvolvimento sustentável é concebido como um valor da gestão de projetos, da inovação e do empreendedorismo no mundo contemporâneo.
- No componente curricular **Segurança, Meio Ambiente e Saúde** são estudados fatores relativos à preservação ambiental que influenciam na segurança e na qualidade de vida no trabalho. Além disso, a disciplina se propõe a discutir o tema educação e a preservação ambiental.

4.3.3 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O Parecer CNE/CP nº. 8/2012 e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº. 1, de 30 de maio de 2012) estabelecem que o tema Educação em Direitos Humanos deve ser contemplado nos currículos da educação básica e superior. No âmbito do curso de Licenciatura em Computação do IFBA, as temáticas relacionadas à Educação em Direitos Humanos estão contempladas da seguinte maneira:

- No componente curricular **Educação Inclusiva**, o tema da inclusão é compreendido de maneira ampla. Assim, a inclusão dos diferentes sujeitos na instituição é percebida como um direito que decorre de princípios universalmente consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros tratados e convenções internacionais asseguradores da igualdade e da dignidade da pessoa humana.
- No componente curricular **Ética, Direitos Humanos e Cidadania**, são trabalhados conceitos e problemas envolvendo Direitos Humanos, a exemplo da educação e da inclusão da pessoa com deficiência, estabelecendo diálogos com outros componentes curriculares como Educação Inclusiva e Política e Gestão Educacional.
- No componente curricular **Relações Étnico-raciais e Educação**, discutem-se as interfaces entre educação, Direitos Humanos e diversidade étnico-raciais, tecendo relações com o componente curricular Educação Inclusiva.

4.3.4 TEMAS RELACIONADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Conforme estabelece o inciso XIV do art. 28 da Lei n.º 13146, de 6 de julho de 2015, é obrigatória a inclusão de conteúdos relacionados à pessoa com deficiência em cursos de nível superior e da educação profissional técnica e tecnológica, nos respectivos campos de conhecimento. No âmbito do curso de Licenciatura em Computação do IFBA, as temáticas relacionadas à pessoa com deficiência estão contempladas da seguinte maneira:

- No componente curricular **Educação Inclusiva**, são discutidos conceitos e terminologias relacionados aos diversos tipos de deficiências (visual, auditiva, intelectual, física e múltipla). São ainda estudadas estratégias de inclusão para pessoas com síndrome de Down e outras síndromes, para pessoas com altas habilidades e superdotação e para pessoas com transtornos globais de desenvolvimento. Além disso, o componente curricular contempla a legislação específica voltada para o atendimento de pessoas com deficiência.
- No componente curricular **LIBRAS**, são estudadas políticas de inclusão com enfoque em surdez.
- Nos componentes curriculares **Software Educacional e Ambiente Virtual de Aprendizagem**, discute-se como o conhecimento computacional pode contribuir para a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência na educação.

4.3.5 LIBRAS

Em atenção ao que dispõe o Decreto nº. 5.626/2005, o curso de Licenciatura em Computação do IFBA inclui a LIBRAS como componente curricular obrigatório. A disciplina possui carga horária de 60 horas e é ofertada no sexto semestre do curso.

4.4 A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR – PCC

A Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015 determina que o currículo das licenciaturas seja composto com, no mínimo, 400 (quatrocentas) horas de prática de ensino como componente curricular, sendo estas distribuídas ao longo do processo formativo do discente. De acordo com o parecer CNE/CES nº 15/2015, a prática como componente curricular é caracterizada como o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Estas atividades no Curso Superior de Licenciatura em Computação fazem parte das disciplinas existentes na grade curricular e a forma de execução está discriminada nos planos de ensino desenvolvidos pelo docente.

As atividades práticas de ensino dos componentes curriculares do Curso Superior em Licenciatura em Computação totalizam o quantitativo de 405 horas, apresentando assim em conformidade com as Diretrizes Curriculares da educação Básica, da Formação de Professores e da área de conhecimento da licenciatura, uma vez que estão presentes e relacionam teoria e prática de forma reflexiva durante todo o curso.

4.5 METODOLOGIA

Há uma grande diversidade nas concepções que norteiam as ações e as metodologias empregadas no que de uma forma genérica é chamado de “Educação a Distância”. A interação de diferentes métodos e meios é desejável na execução de cursos a distância, e o uso dos mais indicados é algo que deve ser definido levando em conta as especificidades de cada curso.

Há, entretanto, uma concepção metodológica geral que norteia os cursos a distância do IFBA nos níveis técnico médio e de graduação plena, que prevê a existência dos polos de apoio presencial como elemento indispensável. Esse é o desenho geral dos principais programas de fomento a cursos a distância, que são a UAB para os cursos superiores e o E-Tec para cursos técnicos. Os cursos propostos nesses programas são, na realidade, semipresenciais, e parte

importante da atividade discente acontece nos polos, assistida por tutores e professores visitantes.

Nessa concepção, as intermediações pedagógicas acontecem numa rede composta pelos alunos e pelos papéis docentes de professores formadores, tutores. A parte presencial de cada curso, executada nos polos sob a supervisão de tutores e de professores formadores, deve incluir não apenas a parte experimental dos cursos – importantíssima nas licenciaturas científicas, como este curso aqui apresentado – mas também aulas teóricas presenciais, criteriosamente projetadas para ajudar os alunos a superarem obstáculos característicos de cada processo de formação.

A metodologia deste curso baseia-se em uma proposta de mediação pedagógica que segue uma abordagem de caráter sócio-interacionista compreendendo a construção de conhecimento como uma ação rica quando realizada entre sujeitos (alunos, professores dos componentes curriculares, tutores e coordenador) e mediada pelos elementos tecnológicos. A reflexão sobre a escolha de técnicas e a adaptação do material impresso e tecnológico em curso a distância oferece às tecnologias o lugar do “olhar acadêmico” porque são estruturantes e organizadoras da ação formadora e das aprendizagens.

Para tanto, este curso está estruturado em um Ambiente Virtual de Aprendizagem, cujo recurso utilizado será a plataforma “Moodle” e outras formas de interação nos espaços virtuais abertos pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Parte significativa da proposta metodológica aqui apresentada, no que diz respeito às funções e papéis da mediação pedagógica, foi desenvolvida por docentes do IFBA em conjunto com docentes de outras Instituições Públicas de Ensino Superior da Bahia, em Grupo de Trabalho instituído pelo Consórcio das Universidades Públicas da Bahia, que elaboram proposta apresentada à Secretaria de Educação do Estado da Bahia para um curso de Complementação Pedagógica a Distância (CONSÓRCIO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA BAHIA PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2008).

○ **4.5.1. INTERDISCIPLINARIDADE**

A proposta metodológica do Curso de Licenciatura em Computação está organizada em conformidade com as condições e situações vivenciadas pela sociedade em seus contextos regionais e culturais, tendo em vista que é preciso fazer do processo ensino aprendizagem algo

que não se realize como uma imposição cultural, que coloque os saberes e conhecimentos adquiridos ao longo da vida, em um nível inferior à cultura técnica e científica.

De acordo com esta metodologia, o currículo, como artefato cultural deve ter uma estrutura dinâmica, para proporcionar uma mobilidade conceitual, evitando uma definição prévia e padronizada dos conteúdos a serem trabalhados (PACHECO, 1996). Neste sentido, os cursos de Licenciatura do IFBA defendem permanentemente atividades pedagógicas desenvolvidas de modo integrado entre as áreas do conhecimento.

O desenho da Licenciatura em Computação na modalidade a distância foi construído de forma a favorecer a articulação entre temas e conteúdos contextuais amplos por meio de projetos, aulas e planejamentos compartilhados, estudos de caso, produção colaborativa, a partir da relação interdisciplinar. Podemos citar a composição de disciplinas para o segundo semestre do curso, que permite aos professores de matemática para computação e linguagem de programação realizar atividades em comum, por exemplo: um estudante pode programar o cálculo de uma variável a partir de linguagem de programação para resolver um problema matemático. Há também a inclusão da disciplina de Engenharia de software no 4o semestre, de forma a favorecer o diálogo interdisciplinar, sendo oferecida juntamente com Linguagem de Programação Orientada a Objetos II e Análise e Projeto de Sistemas, dando suporte ao planejamento de modelos que possam ser utilizados no mundo real.

A preocupação fundamental é selecionar as questões de relevância para as áreas de conhecimentos específicos da computação e do ensino de computação, instituindo uma reflexão em conformidade com problemáticas próprias da situação de ensino aprendizagem.

No desenvolvimento dos temas das atividades interdisciplinares é indispensável que se tenha como preocupação um equilíbrio entre vivências, necessidades educacionais e teorias a serem elaboradas. É fundamental definir os fins a serem atingidos em cada ação; as questões que devem ser priorizadas; e, sobretudo, possibilitar aos discentes o estabelecimento das relações entre os diversos enfoques educacionais. Essa perspectiva de interdependência dos conteúdos será um instrumento para a compreensão e ação sobre a realidade.

○

○ **4.5.2 ENCONTROS PRESENCIAIS**

A legislação vigente sobre o Ensino Superior a Distância (Art. 4º, Decreto nº. 5662 19/12/2005) não estabelece uma carga horária mínima presencial para cursos a distância,

exigindo apenas que a avaliação dos cursos EaD seja feita de forma preponderantemente presencial. Entretanto, com vista ao sucesso dos processos formativos, verifica-se a necessidade de alguns encontros presenciais entre os atores desses processos, docentes e discentes. Tais encontros destinam-se não só à apresentação do curso e de suas metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem, mas, fundamentalmente, à formação dos laços sociais entre os diversos participantes que permitam aos cursistas construir um sentimento de pertencimento a uma comunidade de aprendizagem. Este fator tem reconhecida importância no sucesso de cursos à distância (PALLOF e PRATT, 2004) e pode ser facilitado pelo contato presencial no início do processo (NEVES, 2003).

No caso de um curso como este, da área de formação de professores em Computação, a atividade prática em laboratório para o desenvolvimento de sistemas constitui um componente essencial. Além disso, nota-se que para muitos alunos os momentos iniciais de sua formação na área específica do curso podem trazer grandes dificuldades que, mesmo em cursos presenciais, acabam contribuindo para a evasão.

Dessa forma, a estrutura deste curso prevê a realização de encontros presenciais de diversos tipos, como aulas teóricas e práticas, sessões dirigidas de exercícios e apresentações de trabalhos e seminários, entre outras. Algumas dessas atividades serão dirigidas por professores formadores ou tutores.

De uma forma geral, toda disciplina terá ao menos quatro (4) horas-aulas presenciais, duas no começo e duas no fim da disciplina, com o objetivo de apresentar aos alunos os professores e tutores das disciplinas, seu plano de trabalho e, ao final, realizar uma avaliação presencial.

A razão do total da carga horária prática não ser presencial é que parte significativa das atividades de laboratório consiste na discussão, resolução e apresentação de resultados, que podem ser realizados no AVA sob a orientação dos professores e tutores.

○ **4.5.3 MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA**

A interação entre os sujeitos se dará por meio de mediações online e presenciais, envolvendo as atividades propostas pelo professor formador e as estratégias de ação relacionadas às atribuições de cada sujeito.

As atividades presenciais se darão nos polos sob o acompanhamento do tutor, de professores e tutores de laboratório, e professores formadores, com suporte técnico-administrativo do coordenador do polo, em agenda pré-definida pelos professores formadores e coordenação do curso, observando as especificidades locais.

As atividades a distância serão mediadas pelo tutor. Estas interações se darão no Ambiente Virtual de Aprendizagem, que reunirá as principais mídias e mecanismos de comunicação envolvidos, possibilitando o registro completo das ações desenvolvidas por alunos e professores e permitindo aos demais sujeitos acessá-las e analisá-las a qualquer momento para fins de acompanhamento e avaliação.

A proporção entre os sujeitos se dará da seguinte forma:

- Cada tutor será responsável por grupos com média de 25 alunos;
- Os tutores orientarão as interações de turmas perfazendo uma média de 25 alunos nas atividades não presenciais, compostas por grupos de um ou mais polos presenciais.
- Os professores de orientação de estágio e de TCC serão responsáveis por grupos de até 15 alunos, com dois professores para cada turma de 25 alunos em média.
- As atividades práticas presenciais de laboratório de cada turma de 25 alunos em média serão conduzidas por um professor de laboratório assistido por um tutor de laboratório.

○ **4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

O trabalho de conclusão de curso (TCC) é institucionalizado, possui regulamento (ANEXO 2). O TCC deverá ser realizado pelo aluno, será desenvolvido e apresentado nas seguintes modalidades: Monografia, Ensaio, Paper, Artigo Científico, Estudo Dirigido, Desenvolvimento de Projeto de Informática, Projeto de Intervenção, Experimentos Didáticos, Produção de Material Didático, e outro tipo de trabalho Técnico – Científico definido pelo colegiado do curso, em função das características de cada Licenciatura e terão as seguintes regras básicas:

Todos devem ser Apresentados, preferencialmente, em seminário interdisciplinar proposto pelo Colegiado dos Cursos de Licenciatura de acordo com as normas de apresentação vigente e deverão ser documentados como acervo do curso e disponíveis no portal do curso.

O TCC é realizado pelo discente e orientado por um professor formador. Versa sobre um tema pertinente aos Cursos de Licenciatura e pode englobar atividades práticas e/ou teóricas, permitindo ao aluno a ampliação, aplicação e demonstração dos conhecimentos adquiridos ao longo do Curso, aplicando a metodologia científica na execução deste trabalho.

A partir do sexto semestre, ao cursar a disciplina Metodologia da Pesquisa espera-se que o discente já defina um tema sobre o qual versará o seu trabalho acompanhado por um docente orientador entregue na conclusão do curso.

No oitavo semestre mediante matrícula na disciplina TCC, este trabalho será formalizado seguindo um programa de atividades, acompanhamento e avaliação. Deverão ser observadas as seguintes normas para o TCC:

1. O TCC deverá ser escrito em língua portuguesa;
2. A escolha do orientador do TCC para cada aluno deverá ser feita de comum acordo entre o aluno, o professor encarregado da disciplina e o próprio orientador escolhido;
3. Em caso de não haver acordo entre as partes acima descritas, o orientador será indicado pelo professor da disciplina e /ou pelo Colegiado do Curso de Licenciatura;
4. Os TCC deverão versar sobre um tema pertinente ao Curso de Licenciatura. A verificação da pertinência do tema ficará a critério do professor da disciplina;
5. OS TCC podem ser substituídos pela apresentação de Trabalhos em Congresso e/ou artigos publicados em Periódicos indexados, desde que aprovados pelo professor da disciplina TCC e pelo Professor Orientador;
6. A verificação da pertinência do tema ficará a critério do professor da disciplina;
7. Os TCC serão corrigidos pelo Professor Orientador e/ou por uma comissão examinadora composta pelo professor da disciplina, pelo professor orientador e por um terceiro professor escolhido em comum acordo entre o professor da disciplina, o orientador e o aluno, podendo ser um professor convidado de outra Instituição de ensino;
8. Poderá haver apresentação e defesa dos TCC pelo aluno frente à Comissão examinadora, a critério do aluno, do professor orientador e do professor responsável pela disciplina, ou na Programação dos Seminários Interdisciplinares Proposto Pelo Colegiado e/ou Coordenação do Curso;

9. Os critérios para emissão das notas e composição de avaliação dos trabalhos apresentados nos seminários ou da comissão examinadora ficarão a cargo do Colegiado do Curso e/ou coordenação em comum acordo com os Professores orientadores que formularão um barema a ser utilizado para fins de obtenção do Resultados;
10. Os avaliadores dos TCC deverão emitir um parecer circunstanciado sobre os Trabalhos Apresentados, indicando, se for o caso, as correções que devem ser feitas no trabalho;
11. No caso de TCC não aprovados, a comissão examinadora decidirá sobre a possibilidade de reapresentação ou não do trabalho, em prazo estabelecido pela própria;
12. No caso dos TCC aprovados, após as eventuais correções indicadas pela Comissão examinadora serem implementadas, o aluno deverá entregar dois exemplares, juntamente com um arquivo eletrônico do texto, em um prazo de trinta dias;
13. Exemplares definitivos deverão ser depositados no acervo da biblioteca, e o outro ficará no arquivo do curso de Licenciatura e a versão eletrônica ficará disponível em banco de dados próprio;
14. Poderá ser escolhido, de comum acordo entre o aluno, o professor encarregado da disciplina e o orientador escolhido, um co-orientador que atue em uma ou mais das grandes áreas de afinidades da Licenciatura;
15. Quaisquer regras aqui não formuladas deverão ser decididas pelo colegiado do curso que no início do 7º semestre letivo, deverá propor alterações e definir com clareza os trabalhos a serem formulados, deixando os discentes a par das decisões colegiadas com ampla antecedência;
16. As regras aqui apresentadas deverão compor o Manual de Apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, publicados pelo Colegiado do Curso de Licenciatura, explicitando inclusive as linhas de pesquisa e seus respectivos orientadores;

○ **4.7 ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

O Estágio Supervisionado Curricular é composto por um conjunto de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho do seu meio, sendo realizado na comunidade em geral, junto

às escolas públicas e sob responsabilidade e coordenação do Professor Orientador do Estágio do Curso.

O Estágio Supervisionado Curricular propicia a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituir em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. O estágio, independente do aspecto profissionalizante, direto e específico, poderá assumir a forma de atividades de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse sociais.

O Estágio está institucionalizado e operacionalmente a realização do estágio faz-se mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente (instituição), com interveniência obrigatória da instituição de ensino (IFBA). O Estágio das Licenciaturas funciona mediante a aplicação e a utilização dos seguintes instrumentos: Matrícula, Programa de Atividades, Regência, Relatório Final e Avaliação do Estágio. São considerados alunos do Estágio Obrigatório dos Cursos de Licenciatura, os que tenham efetivado matrícula nas referidas disciplinas. São descritas no programa de atividades todas as tarefas a serem desenvolvidas no período de estágio, bem como os prazos de sua conclusão.

A jornada de atividades dos Estágios Supervisionados Curricular é cumprida em horário fixo ou variável durante a semana. Em qualquer hipótese, no entanto, o horário estabelecido não poderá conflitar com o horário do estudante, devendo ser fixado de comum acordo entre o Professor Orientador de Estágio do Curso, o estudante e a Instituição Parceira, e constar no termo de compromisso.

O Colegiado dos Cursos de Licenciatura supervisionará as atividades referentes ao estágio exercido na área da Educação Básica, obedecendo a programação previamente elaborada e aprovada. Os estágios curriculares são acompanhados pelo Professor Orientador de estágio que aprova os programas de atividades, planos e projetos a serem desenvolvidos pelos alunos durante o estágio. Ao final de cada estágio curricular, o Professor Orientador de estágio envia à Coordenação do Curso os relatórios finais das atividades desenvolvidas pelos estagiários e acompanhadas pelo Professor da Escola onde o aluno realiza o seu estágio. A Avaliação do estudante será realizada de acordo com o sistema de avaliação das disciplinas de estágio.

De acordo com a Resolução CNE/CP 005/2016, o Estágio Curricular, num total mínimo de 400 horas, será efetuado a partir do início da segunda metade do curso, na rede pública ou Particular nas turmas de Ensino Básico, sob orientação do Professor orientador da área. Nessas 400 horas, o licenciando será o agente elaborador de atividades, ou seja, ministrará aulas, organizará e corrigirá exercícios, provas e materiais didático-pedagógicos, devendo também participar do projeto educativo e curricular da instituição de estágio, etc.

Para desenvolver a sua regência, o aluno-docente deverá entregar ao Professor Orientador da disciplina, para uma discussão prévia, um projeto contendo o planejamento pedagógico da unidade didática que será desenvolvida. Ao final do semestre, o aluno-docente deverá entregar um relatório discursivo e uma pasta contendo todas as atividades desenvolvidas no estágio.

O aluno-docente só começará a sua regência após a avaliação do projeto pelo Professor Orientador da disciplina Estágio Supervisionado e encaminhamento do projeto para o Professor Regente.

A avaliação do aluno-docente se constituirá em desenvolvimento de um projeto de planejamento pedagógico e no final do semestre deverá apresentar um relatório de observação e co-participação.

Tabela 6 Distribuição das disciplinas de estágio curricular

Semestre	Disciplina	Carga horária	Pré-requisito
V	Estágio Supervisionado em Computação I	105	Metodologia e Prática de Ensino de Computação I
VI	Estágio Supervisionado em Computação II	105	Estágio Supervisionado em Computação I
VII	Estágio Supervisionado em Computação III	105	Estágio Supervisionado em Computação II
VIII	Estágio Supervisionado em Computação IV	105	Estágio Supervisionado em Computação III

As normas que regem o estágio no IFBA estão descritas nas normas acadêmicas do ensino superior desta instituição.

○ **4.8 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)**

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura em Computação, Resolução CNE/CES n. 05/2016, assim como a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, preveem o cumprimento de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) pelos estudantes como requisito para integralização curricular.

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando e deverão possibilitar o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive as adquiridas fora do ambiente acadêmico, que serão reconhecidas mediante processo de avaliação.

No âmbito do curso de Licenciatura em Computação, o estudante deverá cumprir, no mínimo, 210 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), que correspondem a 14 créditos. Para este fim, poderão ser computadas as atividades discriminadas conforme barema no Regulamento do AACC, no ANEXO 4.

5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O IFBA assumiu a missão de promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país (IFBA, 2014). Esta oferta deve ser articulada de modo a tornar a aprendizagem mais significativa e socialmente relevante.

○ **5.1 POLÍTICAS DE ENSINO**

No âmbito do IFBA, o ensino tem como princípio a formação do sujeito histórico-crítico e a vinculação com a ciência e a tecnologia destinadas à construção da cidadania e da democracia, mediante o enfrentamento a todas as formas de discriminação e preconceito, a defesa do meio ambiente e da vida, a criação e produção solidárias em uma perspectiva emancipadora (IFBA, 2014). Consideraram-se as atividades vinculadas aos cursos regulares em

todos os níveis e formas curriculares, tais como aulas presenciais, aulas a distância, atividades de planejamento, orientações de trabalho de conclusão de curso e de estágio supervisionado.

Além de inserir, no currículo formal dos cursos, conteúdos necessários à formação de sujeitos preocupados com questões sociais, políticas, econômicas e ambientais, o IFBA estimula o desenvolvimento de ações que visem ampliar os temas trabalhados no curso, a exemplo da realização de palestras, cursos e atividades culturais e esportivas envolvendo a comunidade interna e/ou externa. Anualmente, o Campus realiza a Semana de Ciência e Tecnologia e a Semana da Consciência Negra, ambas institucionalizadas no seu calendário acadêmico, que agregam temas trabalhados em sala de aula, estimulam a realização da pesquisa e a socialização dos trabalhos produzidos com o público interno e externo, promovendo intercâmbios do ensino com a pesquisa e a extensão.

A fim de assegurar condições para que os estudantes possam acompanhar com êxito o percurso formativo, especialmente aqueles socialmente vulneráveis, o IFBA desenvolve programas de assistência e permanência voltados para os estudantes, por meio da Política de Assistência Estudantil, que oferta bolsas e auxílios financeiros em diferentes modalidades: auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio para aquisições, auxílio cópia impressão, auxílio moradia, bolsa de estudo e bolsa vinculada à Projetos de Incentivo a Aprendizagem – PINA, além de bolsa de monitoria para estudantes com mérito acadêmico e em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica e de iniciação científica. Além disso, prevê ações voltadas para atendimento de alunos com necessidades específicas e dificuldades de aprendizagem.

Ainda como parte da política de assistência estudantil, dispõe de uma estrutura multidisciplinar, que oferece atendimento pedagógico, social e de saúde, além de serviço de tradução e interpretação de Libras a alunos surdos, de modo a subsidiar o processo de ensino e aprendizagem de forma ampla e inclusiva.

5.2 POLÍTICAS DE PESQUISA

No âmbito do IFBA, a pesquisa é entendida como uma atividade de produção de conhecimento e, nesse sentido, está sempre associada às atividades de ensino e às ações de extensão (IFBA, 2017, p. 121). Tem por objetivo realizar o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, o comprometimento com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a comunidade. Cabe, portanto, garantir o estabelecimento e

manutenção das condições acadêmicas e técnicas que propiciem a complementação e o aprimoramento na formação de profissionais aptos a desenvolver a pesquisa científica voltada a esse objetivo.

Regularmente, a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPGI) do IFBA abre editais de seleção de projetos e de bolsistas, com o objetivo de financiar ações de pesquisa no âmbito do Instituto. Além disso, os *campi* mantêm aberto edital de recebimento de propostas em fluxo contínuo, que seleciona, a qualquer tempo, projetos de pesquisa que não demandam financiamento da PRPGI ou que podem ser custeados pelo próprio Campus, com acompanhamento do Coordenador de Pesquisa da unidade de ensino.

○ 5.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

Entende-se por extensão toda e qualquer atividade educacional, científica e cultural que, articulada com o ensino e com a pesquisa, possibilita a interação entre o IFBA e a sociedade (IFBA, 2017, p. 118). Em outras palavras, as atividades de extensão permitem que o conhecimento científico e o capital cultural produzidos no âmbito da Instituição possam impactar positivamente na comunidade externa. Podem ser implementadas por meio de cursos, projetos ou eventos que contemplem a participação do público interno e/ou externo.

Por meio da Pró-reitoria de Extensão (PROEX), o IFBA propõe e desenvolve programas institucionais que abrangem servidores e estudantes das diferentes formas e modalidades de ensino, com potencial para envolver as comunidades interna e externadas seus diversos campi.

Além disso, com o intuito de fomentar o desenvolvimento de atividades de extensão de maneira localizada, a PROEX publica anualmente edital de seleção de ações de extensão nos *campi*, oportunizando que servidores e alunos possam desenvolver atividades voltadas para a realidade local. Estas ações são financiadas com verba específica, mas também é possível que propostas que não demandam financiamento ou que possam ser custeadas pelo próprio Campus sejam avaliadas em edital de fluxo contínuo, cujo acompanhamento compete à Coordenação de Extensão da unidade de ensino.

○ 5.4 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Na Licenciatura em Computação a distância, o ensino, a pesquisa e a extensão estão presentes de forma articulada e indissociável, fato que pode ser observado na sua estrutura e

nas ações institucionais, resguardando a concepção de sujeito defendida pelo PDI, na qual a historicidade e a criticidade são princípios do ensino e da aprendizagem. Isso porque, tanto a historicidade quanto a criticidade vinculam-se à ciência e à tecnologia e estas, por sua vez, tornam-se sustentáculos da ampliação da cidadania, dos espaços de democracia, com o enfrentamento de todas as formas de opressões, de discriminação e de preconceito.

Assim, faz sentido ter, no currículo do curso, a ciência, as tecnologias e suas difusões como eixos articuladores e mediadores das dimensões teóricas do conhecimento e das dimensões práticas da docência, assumindo a indissociabilidade como um dos princípios formativos do curso, tal qual aponta o Projeto Político Institucional - PPI “(...) será sempre observada a integração entre ensino, pesquisa e extensão, assim como a Instituição buscará a articulação de diferentes áreas de conhecimento” (IFBA, 2013, p. 28).

Destarte, o cursista, ao assumir o seu ambiente de trabalho, a escola/instituição educativa, como um objeto de pesquisa, de reflexão e de análise já demonstra articulação indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão. Pesquisar a sua prática fundamentada em estudos teóricos possibilita uma análise comparativa entre o que se faz e o que foi proposto. O registro dessa pesquisa possibilitará não só um trabalho final de curso, mas também artigos científicos, resenhas, revisões bibliográficas, projetos de pesquisa e extensão, entre outros trabalhos científicos. Assim, a formação de um professor pesquisador é uma possibilidade de formação para docência (LUDKE, 2001; NÓVOA, 2001; TARDIF, 2002; ANDRÉ, 2006) que se traduz na proposta pedagógica deste curso.

6. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TICS

De acordo com o MEC, a educação a distância se caracteriza “como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos” (Decreto nº 5622 de 19/12/2005, art. 1º)

A proposta metodológica para o curso de Licenciatura em Computação, na modalidade EaD, utilizará diversas mídias que incentivem ao estudante estabelecer seu próprio ritmo de aprendizagem, organizando os seus estudos de forma autônoma.

As mídias utilizadas no nosso curso de Licenciatura em Computação à distância são as seguintes:

Texto impresso: Guias de estudo, livros, módulos de conteúdos, roteiros de práticas laboratoriais e atividades. Todo material disponibilizado é de domínio público disponível nos repositórios da CAPES ou produzido pela equipe.

Quadro virtual: Algoritmos e Programação são disciplinas que exigem a resolução de exercícios pelos alunos com a assistência exemplar dos docentes. Em cursos presenciais, esses exercícios são resolvidos passo a passo no quadro com o professor ou por monitores interagindo de perto com os alunos. Para os cursos a distância, os professores formadores conteudistas desenvolvem vídeos com a resolução de exercícios de física e matemática no que estamos chamando “quadro virtual”. Esta mídia dinamiza a resolução dos exercícios e facilita a interação entre os sujeitos da aprendizagem, através dos fóruns de discussão, para tirar as dúvidas.

A Figura 4 apresenta a tela de um vídeo produzido pelo núcleo que está se estruturando na Coordenação de Mídias e Tecnologias (SANTOS, 2011), disponível em nosso canal no YouTube (<http://www.youtube.com/eadifba>). Este vídeo foi elaborado utilizando um software de captura de tela e hardware que reconhece a escrita do professor (mesa digitalizadora ou tablet).

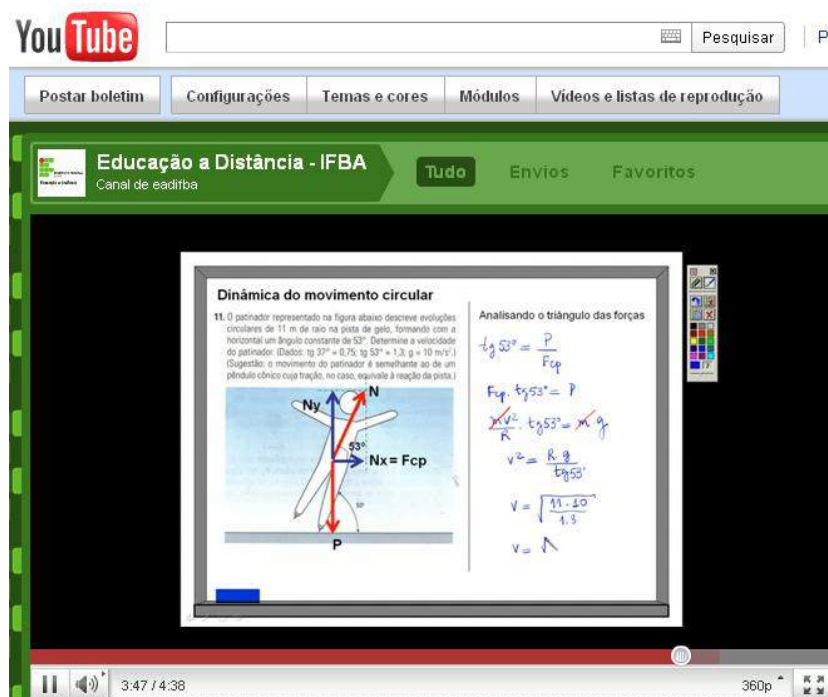


Figura 4 Vídeo produzido pelo núcleo de Coordenação de Mídias e Tecnologias

Aulas em vídeo: Utilizaremos vídeos produzidos pelos professores formadores conteudistas.

Vídeoconferência: Todos os campi do IFBA estão equipados com equipamentos que podem transmitir e receber o sinal de videoconferência. Desta forma, incentivamos, sempre que possível, que cada videoconferência seja gerada a partir de um polo diferente, visando permitir o contato dos professores com a maioria dos estudantes do curso..

Sala de aula virtual: Utilizamos a ferramenta de Webconferência disponibilizada pela CAPES-UAB, Adobe Connect Pro, para realizar aulas remotas e dar orientação aos estudantes. Disponível no endereço eletrônico http://webconf.rnp.br/uab_ifba. Além do Microsoft Teams e o GSuite que disponibiliza a ferramenta Google Meet através dos emails institucionais.

Sala de estudos virtual: Manteremos em cada curso uma sala de estudos que possibilite a interação dos estudantes em tempo real, conversando, tirando dúvidas, resolvendo exercícios e colaborando entre si. Existem diversas ferramentas que permitem esta colaboração online, a exemplo da sala de webconferência citada anteriormente. No entanto, existem outras ferramentas que possibilitam uma interação mais efetiva e melhor qualidade na escrita, dentre elas citamos o TalkAndWrite (um plugin do Skype) e o Vyew.Com.

Biblioteca digital: Espaço virtual colaborativo, no qual o professor da disciplina dará sugestões bibliográficas, links de sites de apoio e deverá ser completado com sugestões enviadas pelos estudantes.

6.1 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

A tecnologia utilizada para distribuir as mídias citadas será basicamente a Internet, através de um ambiente virtual de aprendizagem.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): A educação a distância pressupõe algumas atividades que serão realizadas através de um Ambiente Virtual de Aprendizagem, comumente denominado de AVA. O AVA torna possível a interação entre os atores do processo de ensino e aprendizagem, de maneira síncrona ou assíncrona. Para isso, o curso de Licenciatura em Computação EAD do IFBA utiliza um sistema de gerenciamento de recursos didático-pedagógicos, amparados em uma plataforma virtual de código fonte aberto.

O objetivo principal do sistema é potencializar o compartilhamento e discussão de materiais trabalhados no curso, além de ampliar os espaços para a interação entre os

participantes de maneira colaborativa. Portanto constitui-se de um importante complemento às aulas presenciais. Dentre as plataformas existentes baseadas em software livre foi escolhida o Moodle¹.

Vale destacar que o IFBA já possui uma arquitetura institucional do Moodle desenvolvida e utilizada em seus cursos presenciais e a distância, sendo inclusive utilizado pelo curso de licenciatura em Computação nos Campi Camaçari, Valença, Santo Amaro, Jacobina e Porto Seguro. A estratégia de disponibilizar cursos no Moodle para as disciplinas presenciais visa aproximar o professor dos recursos disponíveis para a educação online e mostrar a viabilidade desta modalidade de ensino.

Atualmente o Moodle é um sistema consagrado internacionalmente sendo uma das maiores bases de usuários do mundo, com mais de 25 mil instalações presentes em 155 países. O sistema é extremamente robusto, suportando dezenas de milhares de alunos em uma única instalação. Por ser uma plataforma desenvolvida na perspectiva do software livre é possível incrementar novas funcionalidades, quando necessário, além das ferramentas contidas e sua configuração básica. Essas características justificam a opção institucional do IFBA pelo Moodle.



Figura 5 Moodle dos Cursos da UAB-IFBA

¹ Moodle é a sigla de *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (Ambiente Modular de Aprendizagem Dinâmica Orientada a Objetos).

No AVA, figura 5, são implementadas atividades didáticas que privilegiem o compartilhamento, a interatividade, a autonomia, a criatividade e a colaboração. Para isso será utilizado o seguinte conjunto de ferramentas:

Banco de Arquivos: Permite o armazenamento e o compartilhamento de arquivos (textos, vídeos, imagens e outros) pertinentes a discussões das aulas.

Fóruns: corresponde a uma área de debates sobre um determinado tema. Constitui uma ferramenta essencial de comunicação assíncrona e possui diversos tipos de estrutura. Permite o debate de temas específicos das disciplinas onde os alunos podem responder a uma mensagem ou iniciar um novo tópico de discussão. A visualização das intervenções é acompanhada pela foto do autor, se inserida na plataforma. O fórum permite ainda anexar ficheiros e imagens de apoio às intervenções.

Wikis: são textos construídos de maneira colaborativa através de páginas interligadas, em que cada uma delas pode ser visitada e editada por qualquer pessoa.

Chats: São atividade síncrona, em que os participantes de uma disciplina se encontram simultaneamente on-line para discutir em tempo real um determinado assunto.

Tutoria: estratégia de atendimento aos estudantes por um tutor que está disponível de maneira síncrona (chats) ou assíncrona (por fóruns ou mensagens);

Compartilhamento de Links: estratégia de socialização de links de materiais pertinentes ao curso.

Glossário: permite criar e manter uma lista de definições semelhante a um dicionário. A plataforma permite a criação de um glossário de termos e a inserção colaborativa, com aprovação do professor, e eventual inserção de comentários.

Enquetes: são úteis para a avaliação do apoio on-line. O objetivo é a refletir sobre o aproveitamento da interação promovida pela Internet. Pode escolher entre algumas enquetes pré-definidas.

Atividades avaliativas: estratégias de criação de questionários com perguntas de escolha múltipla, V ou F, respostas breves, etc. Os alunos podem realizá-los várias vezes durante um certo período tempo e obtêm, se o professor assim o desejar, a correção automática. Uma grande vantagem da utilização dessas avaliações é que o professor pode criar uma base de dados, ou seja um repositório com uma série de perguntas e as respectivas soluções, para

posteriormente proceder à geração automática de novos mini-testes, o que facilita e acelera muito os trabalhos futuros.

Workshop: é uma atividade onde os alunos podem realizar projetos, em grupo, com a inclusão da distribuição e organização de tarefas de avaliação. Os alunos podem igualmente proceder à avaliação dos trabalhos dos restantes grupos.

Relatório de Desempenho: este recurso permite o acompanhamento das atividades discentes e docentes dentro do AVA, tanto na perspectiva de avaliação como na reconstrução da prática educativa.

6.2 ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO – EaD

Os processos para implantação dos cursos a distância, a partir da aprovação do projeto pedagógico de cada curso, deverão incluir um projeto de preparação do material didático que abrangerá os professores que estarão envolvidos na realização do curso. Essa equipe de professores deverá passar por um processo de capacitação e terá o apoio em metodologias e tecnologias das Coordenações de Material Didático e de Mídias e Tecnologias da Diretoria de Ensino a Distância do Instituto. O processo de capacitação previsto inclui a formação geral nas metodologias e tecnologias da EaD e compreende, como elemento central, uma Oficina de Produção de Material Didático para a Educação a Distância.

O objetivo da Oficina de Produção de Material Didático é montar uma equipe e implementar em cada curso um sistema de produção de material didático dialógico, que explore adequadamente as possibilidades das TICs como dinamizadoras do ensino-aprendizado, e integre os professores conteudistas do curso, o coordenador e os especialistas em design instrucional e convergências midiática e tecnológica que irão compor a equipe multidisciplinar. Os membros da equipe multidisciplinar participarão da oficina, como colegas ou como instrutores dos professores.

O trabalho na Oficina deve incluir a pesquisa e a revisão crítica do material didático existente nos repositórios da UAB e outros de uso livre e relevantes. A escolha do material didático a ser usado ou adaptado e a definição do material a ser produzido será, portanto, objeto de discussão formal pelo professor formador da disciplina e o coordenador do curso. Como produto final do curso de capacitação desenvolvido na Oficina, espera-se um plano de trabalho detalhado para produção do material didático dialógico das disciplinas, definindo em detalhes

os recursos, tecnologias e metodologias a serem utilizadas, as atividades e os eventos. Deve também produzir um arcabouço geral da divisão de cada disciplina em unidades de ensino-aprendizagem. O plano desenvolvido na Oficina deverá então ser executado nos meses seguintes pelos professores conteudistas responsáveis por cada disciplina em interação com equipe multidisciplinar.

O curso utiliza, ainda, os recursos gratuitos disponíveis no Periódico CAPES e no EduCapes.

○

○ 6.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A chamada **equipe multidisciplinar** é formada profissionais na área de design instrucional e no uso de técnicas e tecnologias de informação e comunicação em EaD, que orientarão os professores autores no que diz respeito à adequação da forma e da veiculação do conteúdo às especificidades da educação a distância e dos meios e metodologias empregados. A equipe conta com profissionais de diversas áreas do conhecimento para desenvolvimento e execução dos projetos.

Tabela 7 Equipe Multidisciplinar

Nome completo	Formação Acadêmica	Função ou cargo na equipe
Renivaldo Alves dos Anjos	Licenciado em Computação	Gestor de AVA
Domingos Maynart		Núcleo de AVA
Soraya Meira	Graduação em Design	Design Gráfica
Thelma Lima da Cunha	Doutorado em Educação	Coordenadora Pedagógica
Tiago Alves Nunes	Doutorando em Letras	Equipe Multidisciplinar
Priscila da Silva de Jesus Ramos	Especialista em Gestão de Pessoas	Equipe Multidisciplinar
Josemira Araujo	Bacharelado em Administração	Equipe Multidisciplinar

○ **6.4 EQUIPE DE TUTORIA**

O coordenador de tutoria atua diretamente com os tutores do curso de Licenciatura em Computação. Tem como principais atribuições:

- a) Participar das atividades de capacitação e atualização;
- b) Acompanhar o planejamento e o desenvolvimento processos seletivos de tutores, em conjunto com o coordenador de curso;
- c) Acompanhar as atividades acadêmicas do curso;
- d) Verificar in loco o bom andamento dos cursos;
- e) Informar para o coordenador do curso qual a relação mensal de tutores aptos e inaptos para recebimento de bolsas;
- f) Acompanhar o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos tutores envolvidos no programa;
- g) Acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores;
- h) Encaminhar à coordenação do curso relatório semestral de desempenho da tutoria.

Os tutores que atuam no curso de Licenciatura em Computação são selecionados através de Edital Público. São profissionais com formação em Graduação na área de Computação. os tutores do curso foram selecionados pelos Editais PROEN/UAB n °05/2017 e Edital n° 02/2020.

● **7 ACESSIBILIDADE**

A Constituição Federal de 1988, no Art. 205, estabelece que a educação é um direito de todos/as e dever do estado e da família. Já no seu Artigo 206, é estabelecido como um dos princípios da educação a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Além disso, no Art. 208, destaca o dever do estado em ofertar educação básica gratuita e obrigatória a todos/as, sendo garantido ainda às pessoas com deficiências o acesso ao atendimento educacional especializado (AEE) de modo a suplementar e/ou complementar a escolarização desse público discente.

Em 07 de novembro de 2003 foi aprovada pelo Ministério da Educação a Portaria n° 3.284, tratando sobre os requisitos de acessibilidade das pessoas com deficiências e instruindo os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

No Art. 1º desta portaria é determinado que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de cursos superiores, para fins de autorização, reconhecimento e credenciamento de instituições de ensino superior, os requisitos de acessibilidade para as pessoas com necessidades educacionais específicas.

No que se refere especificamente às pessoas surdas e à Língua Brasileira de Sinais, foi aprovado em 2005 o Decreto 5.626 que regulamenta a Lei de Libras nº 10.436 de 2002. Neste decreto, determina-se a inclusão da Libras enquanto componente curricular de oferta e matrícula obrigatória em todas as Licenciaturas e garante a presença de profissionais Tradutores/as e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa e a acessibilidade em Libras às pessoas surdas nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos também no ensino superior. Assim também, determina a oferta de AEE ao público de estudantes surdos/as e incentiva a difusão da Libras na comunidade acadêmica.

Em se tratando do AEE, foi aprovado o Decreto nº 7.611 em 17 de novembro de 2011 que trata sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Neste decreto, dentre outras determinações, garante, no Art. 1º, um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

No que se refere à pessoa com transtorno do Espectro Autista, foi aprovada a Lei nº 12.764 em 27 de dezembro de 2012 que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Dentre as determinações direcionadas a este público, é garantido, no Art. 3º, o acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

Em 06 de Julho de 2015 foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146 que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, assegurando a este público a igualdade, a inclusão e a acessibilidade nos espaços públicos e privados. O Art. 3º desta lei considera acessibilidade a

...possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público. (Lei 13.146, Art. 3º).

Destaca também, neste artigo, que as barreiras são qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa com deficiência. No capítulo IV desta lei é garantido o direito à educação da pessoa com deficiência, sendo assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Especificamente no Art. 28 da LBI há a seguinte determinação:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I - sistema educacional **inclusivo** em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a **garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem**, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III - **projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado**, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; IV - **oferta de educação bilíngue**, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; (...) XI - **formação** e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; XII - **oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva**, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação; XIII - **acesso à educação superior** e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas; XIV - **inclusão em conteúdos curriculares**, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento; (...) XVI - **acessibilidade** para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino (...).

Percebe-se, assim, a indicação de várias estratégias a serem empreendidas visando a implementação de um curso superior tendo a inclusão e a acessibilidade como perspectiva educacional, de forma a garantir o acesso, a permanência e a participação na aprendizagem por parte de todos/as os/as estudantes com deficiências. Dentre as estratégias citadas, destacam-se a oferta de educação bilíngue, quando da matrícula de estudante surdo/a, na qual a LIBRAS será considerada a primeira língua (L1) em todo o processo de ensino e de aprendizagem, e a língua portuguesa, em sua modalidade escrita, figurará *status* de segunda língua (L2).

Destaca-se ainda a institucionalização do AEE enquanto uma das ações a serem implementadas pelo Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do Campus e que também contribuirá na promoção da inclusão e da acessibilidade aos estudantes com deficiências matriculados no curso superior, Licenciatura em Computação do IFBA. No que se refere aos/às estudantes com cegueira, baixa visão e/ou deficiência visual, notamos a

determinação de que seja garantido o ensino do sistema Braille, bem como o uso de tecnologias assistivas que garantam a autonomia, a independência e a acessibilidade ao currículo escolar.

No que se refere aos processos seletivos para o ingresso no IFBA, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em seu Art. 30, apresenta as seguintes determinações:

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas: I - **atendimento preferencial** à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços; II - **disponibilização de formulário** de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação; III - disponibilização de **provas em formatos acessíveis** para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência; IV - **disponibilização de recursos de acessibilidade** e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência; V - **dilatação de tempo**, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade; VI - **adoção de critérios** de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa; VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

Tais questões já são contempladas nos Processos Seletivos para ingresso no IFBA em todas as modalidades, inclusive no curso superior. Os editais já são traduzidos para a LIBRAS, possibilitando à pessoa surda o acesso ao seu conteúdo diretamente em sua primeira língua. Assim também, por meio de leitores de tela, as pessoas cegas poderão ter acesso ao texto escrito dos editais disponíveis no site da instituição. Além disso, são disponibilizadas provas em Braille e/ou com letras ampliadas quando são solicitadas por pessoas com deficiência visual. Também já é disponibilizado profissional intérprete de LIBRAS e leitor/transcritor nos processos seletivos do IFBA para apoio às pessoas com surdez e com deficiência visual, além de serem disponibilizados tempos e critérios avaliativos diferenciados, segundo as diferenças e as necessidades educacionais específicas indicadas por cada estudante no ato da inscrição.

No que se refere especificamente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, foi aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP) a Resolução nº 30 em 12 de dezembro de 2017, instituindo a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas no âmbito do IFBA. Segundo essa resolução, a inclusão nesse instituto será viabilizada tendo como referência os princípios da acessibilidade em todas as suas dimensões.

Assim, seguindo estas determinações e recomendações legais, na entrada do estudante com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e outras necessidades educacionais específicas, o projeto pedagógico do curso será adaptado de modo a promover a acessibilidade. Para cada estudante com deficiência matriculado será elaborado um Plano Educacional Individualizado (PEI), a ser desenvolvido colaborativamente pelos docentes, pelas coordenações de cursos, pelo setor multidisciplinar/pedagógica e equipe do NAPNE, devendo-se considerar ainda o próprio estudante com deficiência, seus familiares/responsáveis e a rede externa.

De acordo com a legislação pertinente ao tema, além da acessibilidade pedagógica e da adequação curricular, serão adotadas ações que garantam aos estudantes com necessidades específicas, as acessibilidades arquitetônica, atitudinal, comunicacional, instrumental, digital, nos transportes e programática, conforme descrito nos tópicos a seguir.

○ **7.1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA**

A acessibilidade arquitetônica compreende a eliminação de todas as barreiras e obstáculos urbanistas e/ou arquitetônicas existentes nas vias, nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo e as existentes nos edifícios públicos e privados. Assim, deverão ser eliminadas todas as barreiras que impeçam o acesso dos/as estudantes aos espaços de uso coletivo. No IFBA, é garantida a reserva de vagas no estacionamento, nos termos do Art. 47 da Lei nº 13.146/2015, além dos seguintes elementos essenciais: rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas; adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de lavabos e bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas; implantação de piso tátil.

○ **7.2 ACESSIBILIDADE ATITUDINAL**

A acessibilidade atitudinal compreende as atitudes e os comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. Essa dimensão da acessibilidade é garantida por meio de:

- Estímulo e apoio à formação continuada em temas relacionados à educação inclusiva;
- Promoção de momentos formativos (oficinas, minicursos, rodas de conversas, eventos, etc.) em temas relacionados à educação inclusiva, em parceria com o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), com o Setor Multidisciplinar e com a Direção de Ensino do Campus;
- Promoção de ações e projetos visando a prevenção e o combate às práticas discriminatórias, aos preconceitos, estigmas e estereótipos em relação às pessoas com deficiências, orientando assim os comportamentos e as atitudes;
- Divulgação na comunidade interna da Política de Inclusão do IFBA e da Cartilha de Orientação para Atendimento à Pessoa com Deficiência;
- Orientações para que os/as integrantes da comunidade interna do IFBA (docentes, técnicos, estudantes, terceirizados) observem suas condutas para que seus comportamentos e atitudes não sirvam de impedimento para que a pessoa com deficiência participe das atividades desenvolvidas no âmbito do instituto.

○ 7.3 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

A acessibilidade comunicacional compreende a eliminação de qualquer barreira, entrave, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações. Essa dimensão da acessibilidade é garantida por meio de:

- Disponibilização de profissionais Tradutores/as e Intérpretes de Libras para mediação da comunicação entre os/as estudantes surdos/as e demais integrantes da comunidade escolar, dentro e fora da sala de aula, em todas as atividades relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão promovidas pelo Campus;
- Disponibilização de editais dos processos seletivos traduzidos para a Libras;
- Disponibilização de provas dos processos seletivos em formato acessível (LIBRAS, Braille e Letras ampliadas), bem como de profissional leitor/transcritor para os/as candidatos cegos e/ou com baixa visão que não utilizam o Braile;
- Disponibilização de sites acessíveis, com descrição para cegos e com janelas em LIBRAS;

- Realização de cursos de capacitação em LIBRAS para os/as servidores/as e estudantes do Campus;
- Adoção de um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e áudio para uso didático.

○ **7.4 ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL, DIGITAL E TECNOLÓGICA**

A acessibilidade instrumental, digital e tecnológica compreende a eliminação de toda e qualquer barreira ou entrave aos recursos digitais e tecnológicos utilizados na instituição com fins informativos, comunicacionais e/ou didático-pedagógicos. Assim, é garantido ao/à estudante com deficiência:

- Acessibilidade nas páginas *Web* da instituição por meio de audiodescrição das informações visuais e por meio de janelas em Libras;
- Utilização de leitores de tela, tais como o DOS-VOX e o NVDA, de modo a possibilitar a acessibilidade à pessoa com cegueira e/ou baixa visão;
- Utilização de sistemas de comunicação alternativa para estudantes que tenham dificuldade na comunicação verbal (oral, sinalizada ou escrita);
- Uso de tecnologias assistivas, segundo as necessidades educacionais específicas de cada estudante que assim demandarem;
- NAPNE equipado com máquina computador, impressora braile, gravador de voz, scanner de voz, softwares leitores de tela, lupas, régua de leitura, dentre outras ferramentas de tecnologia assistiva.

○ **7.5 ACESSIBILIDADE NOS TRANSPORTES**

As leis nº 10.098 /2000 e 13.146/2015 que discorrem sobre as normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade das pessoas com deficiências ou mobilidades reduzidas e inclusão das pessoas com deficiências, definem como:

Pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas ; IV - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (BRASIL, 2000;2015).

Conforme as leis supracitadas e a resolução nº 30 de 12 de dezembro de 2017 que trata da Política de Inclusão no âmbito do IFBA, as barreiras existentes nos transportes e meios de transportes deverão cumprir os requisitos de acessibilidade das normas técnicas estabelecidas, de forma que os veículos de transportes coletivos terrestre, aquaviário e aéreo, as instalações, as estações, os portos e os terminais em operação no país devem ser acessíveis, a fim de garantir o seu uso por todas as pessoas. Nesse aspecto, as pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida devem ter acesso pleno e autônomo aos meios de transporte da instituição através da identificação e eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso.

Dessa forma, os veículos institucionais e os locais de embarque e desembarque do instituto devem ser acessíveis de forma a garantir o seu uso por todas as pessoas, priorizando de forma segura os procedimentos referentes à acessibilidade como determina as legislações vigentes relativas aos assuntos. Importante ressaltar, que os veículos adquiridos pela instituição deverão ser adaptados com plataforma elevatória ou rampa móvel. E ao renovar a frota, priorizar pela compra de veículos já adaptados. Faz-se necessário ainda, disponibilizar pontos de paradas, estações e terminais acessíveis de transportes coletivos seguros a todas as pessoas. Nesse mesmo intuito, sempre que for necessário, possibilitar a presença de acompanhante da pessoa com deficiência (PcD) nos transportes e garantir a reserva de assentos especiais nos transportes coletivos para as pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida.

Além de possibilitar os meios de transportes acessíveis, em conformidades com as normas técnicas e as legislações vigentes, é relevante que em todas as áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado, de uso coletivo e em vias públicas, devem ser reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, desde que devidamente identificados. A lei brasileira de inclusão nº 13.146/2015 define 2% (dois por cento) do total das vagas no estacionamento, garantida, no mínimo, 1 (uma) vaga devidamente sinalizada e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes de acessibilidade.

Vale salientar que se faz necessário assegurar à pessoa com deficiência visual ser acompanhada de cão-guia, assim como o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo, desde que observadas as condições impostas por Lei. Deve-se assegurar também que toda a área da instituição seja sinalizada adequadamente, de acordo com

as normas de acessibilidade, incluindo os acessos, corredores e áreas de convivência. Dessa forma, as ações de acessibilidade estarão ancoradas nas legislações vigentes e na resolução nº 30 /2017 que dispõe acerca da Política de Inclusão no âmbito do IFBA.

○ **7.6. ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA**

A Resolução nº 30 de 12 de dezembro de 2017 que trata da Política de Inclusão no âmbito do IFBA tem como ações de acessibilidade programática:

I-Disponibilizar , para a comunidade do instituto, o material de divulgação, comunicação e informação institucional em, formatos acessíveis; II-Traduzir para a Língua Brasileira de sinais os Editais para seleção do Ifba, sejam de concurso público ou processo seletivo; III-disponibilizar os Editais para seleção do Ifba em formato de áudio e/ou legível por software leitor de tela para permitir o acesso das pessoas com deficiência visual;[...]VI- garantir nos eventos do Instituto, a tradução para Libras, libras tátil e audiodescrição; VII-Realização de cursos de capacitação ou extensão de libras, braile, audiodescrição dentre outros meios para os servidores do Ifba e demais membros da comunidade do Instituto VIII (IFBA, 2017).

Nesse aspecto, além de proposições formativas para a comunidade do Instituto, o IFBA providenciará orientações à comunidade interna a respeito do trato das pessoas com deficiências por meio de cartilhas e manuais para atendimento às pessoas com deficiências no objetivo de orientar a comunidade interna sobre como lidar com as pessoas com deficiências de forma a buscar a promoção de uma comunicação mais eficiente levando em conta o respeito à diversidade. Nesse sentido, serão realizados cursos de extensão em Libras, a fim de orientar a comunidade interna e externa do Campus sobre como se comunicar com as pessoas surdas que acessam a Língua Brasileira de Sinais como uma primeira língua, oficinas de Braille e de Audiodescrição, para orientar docentes e técnicos para atuar junto às pessoas cegas, baixa visão e deficiência auditiva. Além de outras ações como curso de formação continuada para professores/as, curso de Extensão em Educação de Surdos, visando orientar docentes sobre o trabalho pedagógico com estudantes surdos; Oficina de Adaptação de Materiais para Estudantes Cegos e/ou com Baixa Visão, visando dialogar com docentes sobre as possibilidades de adaptação curricular e de materiais didático-pedagógicos para este público entre outras ações formativas.

Assim, o Manual do Aluno está disponível na versão em PDF no site dos Campi, com orientações gerais sobre os direitos e deveres dos estudantes, além de apresentar-lhes as atribuições e competências gerais dos setores do Campus (por estar disponível nesse formato, possibilita ao estudante cego acessar seu conteúdo por meio de leitores de tela, tais como o NVDA). Vale salientar também que as temáticas relacionadas à Inclusão de Pessoas com Deficiências serão contempladas em eventos formativos do IFBA, tais como a Jornada Pedagógica, a Semana de Ciência e Tecnologia e o Seminário do Setembro Azul entre outros de igual relevância.

• 8 SERVIÇO DE APOIO AO DISCENTE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O contexto atual da educação profissional tem se constituído numa modalidade educacional na qual princípios como diversidade, diferenças, acessibilidade e inclusão precisam ser estruturantes das práticas pedagógicas que operacionalizam o currículo escolar. Assim, promover a oferta de um curso superior que profissionalize pessoas para o mundo do trabalho envolve buscar formas de se contemplar as suas necessidades educacionais específicas (NEE), tendo a inclusão e a promoção da acessibilidade plena como horizonte de todo o trabalho pedagógico a ser desenvolvido.

Em se tratando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, este precisa desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e extensão tendo como referencial norteador os dispositivos legais que constituem a política nacional da educação especial na perspectiva da inclusão. Tais dispositivos buscam garantir legalmente a efetivação de práticas institucionais que promovam a inclusão e as acessibilidades, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 06 de Julho de 2015 e da Resolução nº 30 de 12 de Dezembro de 2017 que instituiu a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Educacionais Específicas no âmbito do IFBA.

Construir uma escola inclusiva que contemple a todas/os envolve buscar formas de se superar os paradigmas da exclusão e da integração tão arraigados em discursos e práticas que não se ancoram nos ideais de uma instituição que busca promover a equidade educacional socioeducacional. No paradigma da exclusão, exclui-se quando não são desenvolvidas práticas metodológicas que possibilitem a acessibilidade pedagógica aos/às estudantes. Por outro lado,

num paradigma integracionista, a responsabilidade sobre a adaptação ao ambiente escolar recai sobre o/a próprio/a estudante, partindo da falsa crença de que basta matricular e inseri-lo para que este tenha suas necessidades atendidas. Exclusão e integração, portanto, são conceitos e ideias que precisam ser tensionados de modo a revelar as problemáticas emergentes que estes constituem discursos e práticas no interior das instituições de ensino superior.

Outrossim, considerando que as políticas educacionais defendem a inclusão como princípio educativo, não mais cabe às instituições de ensino promover formas de exclusão dos estudantes, nem esperar apenas que estes se adaptem segundo as exigências institucionais. Cabe ao IFBA, desta forma, promover todos os ajustes e transformações necessárias, numa perspectiva educacional inclusiva, de modo a se adequar continuamente às diferenças e às NEE dos estudantes que se encontram matriculados em toda e qualquer modalidade educacional ofertada – o que inclui o ensino superior.

Além do mais, cabe destacar que as práticas educacionais que se enviesam de princípios inclusivos não devem contemplar apenas as diferenças das pessoas público-alvo da educação especial, tais como as pessoas com deficiências, com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e com altas habilidades/superdotação. A inclusão, como princípio educacional, busca contemplar a todas e todos estudantes, segundo suas diferenças, que também podem emanar de questões outras, tais como as étnico-raciais, gênero, sexualidade, educação de jovens e adultos, educação de estudantes oriundos/as de comunidades rurais e/ou de povos e comunidades tradicionais, etc. Construir uma instituição educacional acessível, inclusiva, envolve, portanto, desenvolver ações pedagógicas que contemplem as diferentes diferenças, a partir de suas múltiplas e variadas dimensões, que podem envolver ainda questões de ordem culturais, linguísticas e identitárias e que também precisam ser contempladas nas ações metodológicas desenvolvidas nas atividades de ensino.

O desenvolvimento metodológico de atividades relacionadas ao ensino em contexto educacional inclusivo envolve, desta forma, a busca contínua pelo atendimento às NEE de cada estudante, que, independente de serem transitórias ou permanentes, precisam ser consideradas no que se refere às suas implicações na vida acadêmica dos/as estudantes e na própria atividade docente. São metodologias, portanto, que necessitam ser flexibilizadas e ajustadas continuamente, posto que tais NEE tenderão a variar a cada ano/semestre, sendo movimentados sempre a partir da entrada de novos/as graduandos/as.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001),

Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever (...): III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumentados conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2001)

As adaptações, neste caso, se referem a todo e qualquer ajuste e/ou modificações, por menores que sejam, realizadas nos elementos que compõem o currículo escolar de modo a adequá-lo ao contexto da diversidade (MINETTO, 2008). Como exemplo, podem ser adaptados os conteúdos escolares, os objetivos de ensino, as metodologias, as atividades avaliativas, os recursos utilizados, dentre outros, que podem ser suprimidos, podem sofrer ajustes ou podem ser alvo de acréscimos, visando assim contemplar as necessidades de cada estudante. Desta forma, sempre que forem matriculados estudantes com deficiências (intelectuais, sensoriais e físicas), com transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e/ou com altas habilidades/superdotação, devidamente identificados, serão mapeadas as necessidades educacionais específicas destes estudantes para, a partir de então, subsidiar as adaptações nas diversas dimensões do currículo escolar (Projeto Pedagógico; projetos de ensino, de pesquisa e de extensão; planos de curso; planos de ensino; materiais didáticos; atividades pedagógicas, atividades avaliativas, metodologias de ensino, etc.), de forma a possibilitar a tais estudantes a plena acessibilidade ao currículo escolar e à formação.

Cabe destacar que, para que as adaptações curriculares logrem êxito e possibilitem a acessibilidade pedagógica aos estudantes, estas não devem ocorrer de forma unilateral e apenas por decisão do professor, mas precisa ser objeto de diálogo com outros integrantes da equipe escolar, tais como outros docentes, coordenações, direção de ensino e equipe multidisciplinar. Além disso, as adaptações metodológicas, enquanto um dos aspectos da adaptação curricular, devem ocorrer sempre em diálogo com o próprio estudante e seus familiares, de modo a possibilitar o envolvimento de outros participantes no processo de ensino e de aprendizagem.

No que se refere especificamente à oferta de educação superior a estudantes surdos e/ou com deficiência auditiva, as metodologias de ensino devem ter como princípio norteador a pedagogia visual, considerando que é principalmente por meio do canal visual que tais

estudantes constroem aprendizagens. Assim, além de a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) figurar todo o processo de ensino e de aprendizagem envolvendo estes estudantes, outros aportes visuais deverão ser densamente explorados, tais como as imagens, os vídeos, as figuras, as fotografias, os mapas, dentre outros, o que promoverá as aprendizagens não apenas de estudantes surdos e/ou com deficiência auditiva, mas de todos os demais estudantes não-surdos.

Assim também, as metodologias de ensino direcionadas a estudantes surdos e/ou com deficiência auditiva deverão ter como horizonte os princípios da educação bilíngue, no qual a LIBRAS deverá ser a primeira língua em todo o processo educativo, e a língua portuguesa, em sua modalidade escrita, será considerada uma segunda língua. Tais especificidades linguísticas dos estudantes surdos apontam para a necessidade de desenvolvimento metodológico das atividades didático-pedagógicas a partir de materiais em LIBRAS e/ou audiovisuais com legendas, atendendo-se assim às suas singularidades quanto ao uso da linguagem verbal.

No que se refere aos estudantes com cegueira, com deficiência visual e/ou com baixa visão, os princípios pedagógicos a nortear as metodologias de ensino deverão primar pelos aspectos sonoros e/ou táteis, posto que as necessidades educacionais específicas deste público estudantil se centram principalmente nas aprendizagens que são construídas a partir do canal auditivo e do sentido do tato. Desta forma, as metodologias de ensino serão instrumentalizadas a partir de materiais didático-pedagógicos táteis, materiais em alto relevo, em braile, em áudio e audiodescrição, com letras ampliadas, dentre outros. Além disso, como elementos de promoção da acessibilidade a este público discente, serão exploradas ainda, no desenvolvimento metodológico das atividades pedagógicas, as diversas tecnologias assistivas, tais como os leitores de tela DOS-VOX e o NVDA e a linha braile, possibilitando assim aos estudantes com cegueira, baixa visão e/ou deficiência visual uma maior autonomia e independência na realização de suas tarefas acadêmicas e no acesso aos insumos escolares.

Em se tratando dos/as demais estudantes que possuem dificuldades de comunicação oral e/ou sinalizada, o desenvolvimento metodológico das aulas terá o auxílio sistemas de comunicação alternativa que também possibilitem a tais estudantes se expressarem com autonomia e independência e interagirem adequadamente no desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem.

Por fim destacamos que, embora reconheçamos a necessidade de se promover adaptações nas variadas dimensões do currículo escolar visando atender às NEE de todos/as os/as estudantes, temos a consciência também de que, em se tratando de inclusão e de adaptação

curricular, não há receitas prontas ou encaminhamentos metodológicos que possam ser tomados de forma *a priori*, posto que os ajustes e modificações no currículo precisam ocorrer a partir de cada situação e de cada NEE evidenciada nos/as estudantes matriculados (MINETTO, 2008). Cabe, neste caso, a todos os docentes e demais servidores atuantes na instituição, especialmente os que realizam atividades relacionadas ao ensino superior, o desenvolvimento de um olhar atento e sensível que lhes possibilitem flexibilizar, sempre que possível e necessário for, suas ações administrativas e/ou pedagógicas cotidianas, visando assim a construção de um ambiente que seja de fato inclusivo.

O serviço de apoio ao discente e a pessoa com deficiência é feito por meio da Política de Assistência Estudantil do IFBA, do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, do Programa Bolsa Permanência do Governo Federal, além de outras ações exitosas e inovadoras descritas nas políticas de ensino, pesquisa e extensão.

○ **8.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFBA**

A Política de Assistência Estudantil do IFBA é definida em seu artigo 1º, parágrafo único, como:

[...] um arcabouço de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implementação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFBA, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial.

Para garantir a assistência e permanência do discente, a Política divide-se em três eixos: Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE), que é destinado a discentes em comprovada situação de vulnerabilidade social, sendo obrigatória a participação em processo de seleção socioeconômica; Programas Universais, que se destina a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFBA, sem a necessidade de seleção socioeconômica; e, Programas Complementares, que também se destina a todo e qualquer estudante regularmente matriculado, porém a sua participação deverá ser condicionada a questões socioeconômicas e/ou meritocráticas.

Dessa forma, o discente do curso de Licenciatura em Computação poderá participar dos programas de acordo com suas características e necessidades, sendo as seguintes modalidades disponíveis:

▪ 8.1.1 Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE)

Dos auxílios:

- 1) *Auxílio Transporte*: disponibiliza auxílio financeiro para despesas mensais de deslocamento da residência do discente até o Campus.
- 2) *Auxílio Moradia*: disponibiliza auxílio financeiro para contribuir com despesas mensais referentes à moradia dos estudantes oriundos de municípios diferentes da localidade do Campus e/ou que morem na mesma localidade do Campus, porém, a convivência sócio-familiar do estudante implica em risco pessoal e social.
- 3) *Auxílio para Aquisições*: disponibiliza auxílio financeiro para atender aos estudantes no custeio de material escolar, fardamento ou aquisições que os auxiliem no seu desenvolvimento acadêmico.
- 4) *Auxílio Cópia e Impressão*: visa conceder auxílio por meio de cópias e/ou impressão de materiais didáticos aos estudantes.
- 5) *Auxílio alimentação*: tem o objetivo de subsidiar uma refeição diária ao estudante selecionado.

Das bolsas:

- 1) *Bolsa vinculada a Projetos de Incentivo a Aprendizagem – PINA*: tem como objetivo disponibilizar bolsa mensal ao estudante conforme edital do processo seletivo do PAAE. Os discentes que são selecionados no PAAE recebem bolsa e/ou auxílios no valor de 20% a 50% do salário mínimo vigente, a depender da modalidade escolhida.

Intercâmbio:

A Política de Assistência Estudantil através do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante prevê, ainda, a realização de intercâmbio cultural. O objetivo do intercâmbio é a troca de experiência entre os bolsistas assistidos pelo PAAE e deve ser realizado, preferencialmente,

em cidades nas quais existam IF's. Participarão da atividade, apenas, os estudantes bolsistas selecionados no processo seletivo do PAAE. Para a sua realização é importante uma avaliação da viabilidade da sua execução, analisando a disponibilidade de recursos financeiros do Campus.

▪ 8.1.2 Programas Universais

Os Programas Universais têm o objetivo de desenvolver ações para todos os estudantes regularmente matriculados, incluindo os discentes de Licenciatura em Computação, através de projetos que atendam aos critérios dos seguintes programas:

- 1) *Programa de Educação para Diversidade*: este programa tem como objetivo viabilizar ações que possibilitem reflexões e mudanças de atitudes sobre equidade, diversidade étnico-racial, gênero, religião, orientação sexual, idade, dentre outras questões relativas, demandadas pelo contexto no qual o Campus está inserido.
- 2) *Programa de Atenção às Pessoas com Necessidades Específicas*: este programa tem como objetivo desenvolver ações com a finalidade de garantir aos estudantes com Necessidades Específicas condições de equidade no acesso, na permanência, no acompanhamento e no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e conclusão dos cursos com qualidade. Nos Campi, ações voltadas à tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para aluna surda é ofertada pelo setor Multidisciplinar através de profissional Tradutora e Intérprete de LIBRAS. O programa também se destina a apoiar as ações propostas pelo NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas).
- 3) *Programa de Assistência à Saúde*: este programa tem por objetivo promover a assistência à saúde da comunidade discente, em caráter preventivo, educativo e de primeiros socorros.
- 4) *Programa de Acompanhamento Psicológico*: este programa visa à promoção do bem estar biopsicossocial e das condições para a aprendizagem dos estudantes, através de ações de natureza preventiva e interventiva e de promoção de saúde, que respeitem a ética e os direitos humanos e priorizem a multidisciplinaridade.

As ações vinculadas a este programa têm como objetivo, sobretudo, a prevenção em caráter educativo, não sendo, portanto, objetivo do programa o tratamento ou a cura de transtornos psicológicos, comportamentais e de aprendizagem.

- 5) *Programa de Acompanhamento Pedagógico*: este programa tem como objetivo subsidiar o processo ensino-aprendizagem por meio de estratégias institucionais que viabilizem a aprendizagem dos estudantes. Esse programa é regularmente ofertado pelo setor Multidisciplinar de cada Campus, através de profissionais da área de Pedagogia, com o apoio de profissional Técnico em Assuntos Educacionais.
- 6) *Programa de Acompanhamento Social*: este programa prevê ações voltadas à atenção social, observando-se os riscos pessoais e sociais que os estudantes podem ser acometidos, visando à qualidade da sua formação acadêmica e cidadã. As ações deste programa são ofertadas pelo setor Multidisciplinar através de profissional com formação em Serviço Social.
- 7) *Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer*: este programa objetiva contribuir para a formação física e intelectual, agindo também como um elemento de inclusão social, colaborando com a formação cidadã.
- 8) *Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural*: este programa tem por finalidade possibilitar aos estudantes o exercício dos direitos de acesso aos bens e à produção culturais, visando oferecer uma formação estética ampliada, de modo a incentivar o desenvolvimento da criatividade e do olhar analítico, além de promover a prática da sensibilidade, melhorar a autoestima e o aprimoramento do fazer artístico, a qualidade do desempenho acadêmico e produção do conhecimento.
- 9) *Programa de Incentivo à Formação da Cidadania*: este programa tem como objetivo fomentar espaços de discussão e reflexão do estudante enquanto sujeito político crítico, contribuindo para a construção de sua autonomia e a sua participação ativa no ambiente acadêmico-científico e na sociedade.
- 10) *Programa de Assistência a Viagens*: este programa visa viabilizar a participação do estudante em eventos, reuniões, comissões e visitas técnicas. Serão consideradas ajudas de custo com viagens para apresentar trabalhos acadêmicos, científicos, tecnológicos, artísticos, culturais e esportivos vinculados à

instituição, bem como para participar de visitas técnicas, comissões instituídas por portaria e/ou resolução e representar o IFBA ou Campus em fóruns internos e externos, mediante autorização oficial.

Além das ações que são desenvolvidas continuamente através de atendimentos feitos pela equipe Multidisciplinar, os outros programas dependem da submissão de projetos por servidores do IFBA e de previsão orçamentária anual que possibilitem a execução das atividades. Mas, os discentes de Licenciatura da Computação podem ser contemplados por todos os programas.

Segundo o artigo 84 da Política de Assistência Estudantil, os recursos destinados aos Programas Universais poderão ser utilizados para custear o acesso a eventos, despesas com deslocamento e alimentação dos estudantes, adquirir materiais de custeio para realizar atividades na Instituição e contratar serviços de natureza correspondente aos objetivos do projeto proposto.

▪ 8.1.3 Programas Complementares

Os Programas Complementares que estão sendo ofertados pelo Campus, e que assistem aos discentes de Licenciatura em Computação são:

- 1) *Programa de Iniciação Científica e Tecnológica*: tem como objetivo promover e ampliar a formação integral de estudantes, estimulando e desenvolvendo a pesquisa científica e tecnológica com custeio de bolsas de Iniciação Científica.
- 2) *Programa de Monitoria*: é destinado a custear bolsas para estudantes selecionados por mérito e em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica para atuarem como monitores de disciplinas específicas ou projetos de extensão relacionados ao ensino, mediante projeto e sob a supervisão do docente da disciplina ou projeto de extensão.
- 3) *Nivelamento*: é desenvolvido através da oferta de Projeto de Extensão em Informática Básica, dos componentes curriculares Fundamentos da Matemática e Leitura e Produção Textual no primeiro semestre e Inglês I no segundo semestre.

- 4) *Estágios extracurriculares*: visa propiciar a complementação da aprendizagem do licenciando através da vivência de experiências profissionais que não sejam obtidas no ensino escolar. Como estágios extracurriculares admitem-se as experiências realizadas na educação não formal, visando à popularização da ciência, os estágios realizados em indústrias ou centros de pesquisa e outros relacionados à área de formação.

○ **8.2 NÚCLEO DE APOIO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE)**

A estrutura de funcionamento do NAPNE e as ações implementadas pelo Núcleo para garantir a acessibilidade dos/as estudantes no IFBA estão descritas no tópico 7. Acessibilidade. Atualmente, o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas é constituído por uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais das áreas de pedagogia, Libras e artes.

O Núcleo dispõe de sala própria para atendimento, equipada com mobiliário (mesas, cadeiras e armários), computadores, impressora Braille, materiais didáticos adaptados para pessoas cegas e surdas, audiolivros e livros impressos em Braille. Além de atendimento pedagógico especializado, o NAPNE oferece os serviços de tradução e interpretação em Libras e aulas de Libras como primeira língua (L1) para alunos surdos.

○ **8.3 PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA**

Os discentes de Licenciatura em Computação podem dispor do Programa Bolsa Permanência, criado pelo Ministério da Educação, destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação de Instituições Federais de ensino superior. É um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas. Podem solicitar a Bolsa Permanência apenas os discentes que são indígenas e quilombolas, ou os discentes que atendem aos critérios de vulnerabilidade socioeconômica do programa.

○

9. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

○ 9.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem dos discentes do curso de Licenciatura em Computação será ancorada numa concepção qualitativa e dialética da educação, compreendendo que esta requer intencionalidade e planejamento, estando embasada legalmente na Lei de diretrizes e bases da Educação Lei nº 9394/96, na Organização Didática vigente do IFBA e no Projeto Político Institucional do Instituto. Nesse aspecto, o processo de avaliação da aprendizagem será amplo, contínuo, gradual, cumulativo e cooperativo, promovendo a interação entre os aspectos qualitativos e quantitativos como prevê a Lei de diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96.

Dessa forma, como expõe Luckesi (2003, p.32), “o ato de avaliar, devido estar a serviço do melhor resultado possível, antes de mais nada, implica na disposição de acolher a realidade como ela é”. Nesse sentido, acolher é entender que os educandos estão em desenvolvimento e que suas dificuldades de aprendizagens são transitórias e necessitam de acompanhamento e mediação dos/as docentes. A avaliação deverá ser apreendida como uma prática pedagógica que visa o diagnóstico e a decisão em torno da situação identificada a fim de promover ações voltadas à aprendizagem dos discentes de forma sistemática e contínua, tendo como características principais, conforme o autor supracitado ser:

- Diagnóstica e processual- entendendo que a aprendizagem é um processo constante, que os “erros e incompreensões” fazem parte do processo e necessitam de uma mediação docente para ressignificar as aprendizagens;
- Dinâmica- a avaliação necessita ser pensada como diagnóstico do processo de ensino e de aprendizagem, não podendo fixar em resultados estáticos, mas na importância de rever o processo e propor ações de melhoria à situação identificada;
- Inclusiva e democrática- avaliar também é incluir, diversificando e adaptando os instrumentos às necessidades do educando e da turma sempre que possível. Importante também desenvolver a negociação com a turma a respeito dos instrumentos e dos critérios avaliatórios;
- De prática pedagógica dialógica- estabelecer uma relação de diálogo e negociação com a turma, percebendo a avaliação como parte inerente do processo de educar, no qual professor (a) e estudantes aprendam juntos e sintam-se implicados com as ações de melhoria e da qualidade do ensino e da aprendizagem.

A avaliação dos estudantes será a mais diversificada possível, permitindo às discentes oportunidades diferentes de aprendizagem, não perdendo de vista os seus aspectos formativos

e devendo utilizar os mais variados instrumentos para avaliar e qualificar os estudantes. Nesse sentido, é de suma importância que se transponha os equívocos dos termos avaliar e examinar, compreendendo avaliar como diagnóstico da situação de aprendizagem na qual será importante a realização de uma intervenção pedagógica para a melhoria da aprendizagem e dos resultados, enquanto examinar diz respeito apenas a verificação dos conhecimentos que os discentes conseguiram alcançar.

Nesse aspecto, o Projeto Pedagógico Institucional (2013, p.54) afirma que “a avaliação da aprendizagem dos estudantes é processo de caráter formativo e permanente e visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão sendo contínua e cumulativa”. Assim, faz-se necessário conceber os estudantes como seres humanos em processo de construção de suas identidades e aprendizagens, evitando construir rótulos e estigmas a respeito dos/as discentes, pois estes são seres humanos em processos de aprendizagem que estão em constantes avanços e ressignificações de seus conhecimentos. Portanto, segundo Luckesi (2003) avaliar é uma ação que subsidia a prática pedagógica, permitindo a melhoria da educação e de resultados mais satisfatórios.

Para Luckesi (2003),

A situação diagnosticada, seja ela positiva ou negativa, o ato de avaliar, para se completar, necessita da tomada de decisão. O que quer dizer que a decisão do que fazer com a realidade avaliada se impõe no ato de avaliar, pois que, em si mesmo, ele contém essa possibilidade. Mais do que isso: a tomada de decisão é uma necessidade para que o ato de avaliar se conclua e se concretize (LUCKESI, 2003, p. 45).

Dessa forma, a própria palavra avaliação demonstra o seu conceito, se dividirmos a palavra em aval + ação ou avalia + ação, temos que avaliação é uma olhar sobre os resultados e a partir dele se propõe as ações interventivas necessárias. Assim, não se confunde com instrumentos para construção das informações, que são os recursos pedagógicos que se utiliza para captar o desempenho dos estudantes e que devem ser os mais diversos e adequados às necessidades do contexto educativo para o acompanhamento das aprendizagens como:

- Atividades individuais e em grupo, como: pesquisa bibliográfica, demonstração prática, portfólio e seminários;
- Pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos;
- Provas e testes escritos e/ou orais: individual ou em equipe;
- Produção textual, científica, artística ou cultural.

- Fichas de observação
- Autoavaliação da aprendizagem.

Os instrumentos servem para descrever e diagnosticar a realidade do processo de ensino e aprendizagem no contexto educacional, tendo a função de ampliar a visão acerca dos resultados apresentados e possibilitar as intervenções necessárias. Importante salientar que todo instrumento para avaliação necessita ser organizado e planejado previamente para que atinja os resultados esperados. A ação avaliativa faz parte do processo pedagógico e por isso não há a necessidade de mudança de postura docente, “fiscalização policial” ao avaliar os/as estudantes, como se ensinar e avaliar fossem ações distintas e separadas do processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, a avaliação no Curso de Licenciatura em Computação visa desenvolver as competências e habilidades previstas na concepção do curso:

- Ao final de cada semestre/curso, é imprescindível que os/as graduandos/as demonstrem a compreensão da inter-relação entre as áreas de computação e educação, de maneira multireferencial e transversal, de forma a ressignificar as ações de ensino e aprendizagem;
- Os estudantes ao final de cada processo avaliativo necessitam confirmar a apreensão dos conteúdos da área de computação, articulando-os, a partir de reflexividades que os proporcione o desenvolvimento de saberes teóricos e práticos, que lhes permitam a proposições e resoluções de problemas cotidianos de sua área profissional, em nível local, regional global.
- Nos processos contínuos de avaliação, é imperativo que se identifique a construção dos conhecimentos dos estudantes numa relação intrínseca entre teoria e prática, compreendendo os princípios éticos da profissão e de valorização dos seres humanos.
- Ao final do semestre/curso, é imperativo que os/as estudantes se demonstrem criativos, autônomos e colaborativos no exercício de sua ação profissional.

Como o processo de avaliação prima por ser qualitativo, diagnóstico e processual, a cada etapa avaliativa será elaborado relatório diagnóstico da situação identificada, seja positiva ou não, para a tomada de decisão e as devidas intervenções, que podem ser a revisão dos objetivos e replanejamento da(s) disciplina(s), bem como desenvolvimento de projetos pedagógicos de melhoria da aprendizagem como, por exemplo, retomadas de conteúdos de forma interdisciplinar no intuito de auxiliar aos estudantes em seus processos de aprendizagem e melhoria do curso. Nesse aspecto, o Projeto Pedagógico Institucional (2013, p.55-58) do

IFBA confirma a necessidade de “diagnosticar as causas determinantes, internas e externas, das dificuldades de aprendizagem para possível redimensionamento das práticas educativas, elaborando plano de ação individual e coletivo a ser divulgado como parte das atividades da instituição”, considerando a avaliação como diagnóstica, formativa e somatória, “além de momentos coletivos de auto e heteroavaliação entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem”.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem será ancorada legalmente pelas normas acadêmicas do Ensino Superior do IFBA que definirá os critérios para notas, frequência, segunda chamada, prova final, registro do desempenho acadêmico, dentre outros, bem como orientações determinadas pelo Ministério da Educação (MEC) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96. Sempre que se fizer necessário, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem será submetida à apreciação do colegiado do curso para emissão de parecer e deliberação acerca do assunto.

○ 9.2 GESTÃO DE CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação institucional é imprescindível à qualidade do ensino ofertado e ao sucesso das aprendizagens a serem desenvolvidas, sendo um instrumento primordial à gestão do IFBA e a melhoria dos cursos. Nessa direção, conforme O Projeto Pedagógico Institucional (2013), a avaliação seguirá os pressupostos teóricos e metodológicos apontados na proposta pedagógica do instituto e as Diretrizes emanadas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, sob a Lei nº 10.861/2004, subsidiado pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES).

De acordo com o PPI do IFBA, o sistema de autoavaliação:

[...] deverá estar inserido num processo maior de avaliação institucional, de forma a conduzir os esforços e os processos institucionais, em suas distintas dimensões, para um padrão qualitativo e quantitativo de coerência acadêmica e pedagógica, numa perspectiva de aperfeiçoamento contínuo.

Em conformidade com o SINAES, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), se constitui como órgão colegiado do IFBA, “formado por membros eleitos de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil organizada, com o objetivo de conduzir os processos de avaliação internos da instituição” (IFBA, 2018). Nesse sentido, a cada três anos é realizada a autoavaliação institucional conduzida pela CPA, com o intuito de

diagnosticar os processos de ensino e aprendizagem em todos os aspectos , a fim de melhorar seus processos de ensino e de aprendizagem.

A avaliação interna será subsidiada pelos documentos Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projeto Pedagógico do curso (PPC) e relatórios de autoavaliação, entre outros que considerar relevantes. Com base nas informações construídas, será elaborado relatório próprio pela Comissão Setorial de Avaliação (CSA) do Campus, condensando todas as informações.

A referida comissão formada por representantes dos segmentos da sociedade civil organizada, discentes, docentes e técnicos administrativos, discutirá o relatório, elencará os problemas diagnosticados, definindo-os por ordem de prioridade e urgência, de forma a possibilitar a realização do planejamento das ações alinhadas aos objetivos e metas da instituição, focando especialmente na qualidade do ensino, da aprendizagem e do curso ofertado. A CPA e CSA sistematizarão as informações e prestará os informes necessários ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em observação aos critérios, estratégias e diretrizes delineados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

A avaliação do corpo docente, técnicos administrativos e discente, sobre o curso ocorre por meio de formulários/questionários online específicos a cada categoria, através da ferramenta *surveymonkey*, disponibilizados aos docentes, técnicos administrativos e estudantes pela CPA e será acompanhada pela Comissão Setorial local. Dessa forma, cada segmento responde às questões que lhe dizem respeito, em formulário/questionário próprio, e além de avaliar os diversos aspectos definidos no questionário, também realiza sua autoavaliação como docente, técnico ou estudante.

Nesse sentido, a avaliação interna do curso prevê:

- Avaliação do corpo discente sobre o curso – sua estrutura curricular, utilização dos espaços educativos (laboratórios, bibliotecas, etc), a atuação dos docentes, estrutura física, comunicação com a coordenação do curso, etc;
- Avaliação do corpo docente – sua estrutura curricular, a autoavaliação, estrutura física, comunicação com a coordenação do curso, etc;
- Avaliação do corpo técnico-administrativo - A atuação dos docentes, discentes, comunicação com a coordenação do curso, estrutura física, seu desempenho contribuindo para o bom andamento do curso, etc;

- Avaliação interna do curso através do índice de evasão, aceitação dos formandos no mercado nacional e internacional e em programas de pós-graduação, convênios, produção científica dos alunos, projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão, recursos e estágios remunerados obtidos em outras empresas, estrutura curricular, biblioteca, média das avaliações anuais por grupos de alunos e etc.

Os questionários online também são disponibilizados pela CPA à comunidade externa e aos egressos para realizarem a sua avaliação acerca da instituição e dos cursos ofertados. As questões são diferenciadas para cada grupo social/setor da instituição e dos cursos, mas todos/as respondem a avaliação da instituição e dos cursos, referentes às ações de cunho pedagógico, administrativo, gestão e coordenação dos cursos entre outros aspectos relevantes a melhoria da instituição e dos cursos.

Para subsidiar a análise interna e auto avaliativa, conduzida e orientada pela CPA, será realizada a avaliação externa pelo Ministério da Educação, em um processo amplo, via SINAES que observará a articulação das ações realizadas pelo IFBA e às proposições do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em instrumento próprio, dimensões previamente definidas e de cunho formativo, no intuito de melhorar a qualidade do ensino oferecido.

O SINAES avalia os cursos, a instituição e os/as estudantes; e a fim de realizar uma avaliação fidedigna, utiliza-se de vários instrumentos “complementares: autoavaliação, avaliação externa *in loco*, ENADE, avaliação dos cursos de graduação considerando as três dimensões: organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente e Instalações físicas; e instrumentos de informação como o senso e o cadastro” (Inep). A avaliação do desempenho dos estudantes será feita pelo Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) que aplicará “periodicamente aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso” (BRASIL, 2004).

O curso será avaliado nos aspectos curriculares e metodológicos, atentando-se para o cumprimento do PPC do curso nos aspectos inerentes à concepção, perfil dos egressos, missão e objetivos a serem alcançados. Além disso, utilizará os resultados do ENADE como bússola propulsora para a melhoria dos seus processos de ensino e aprendizagem, buscando contextualizar seu currículo, bem como suas metodologias, a fim de concretizar o tripé do ensino, pesquisa e extensão, primando para a construção intrínseca entre teoria e prática.

Nesse aspecto, para a concretude da tríade entre ensino, pesquisa e extensão, a Coordenação de Projetos e Convênios (CPC), buscará desenvolver ações em prol da promoção

da extensão universitária, visando a “inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida” por meio de convênios e parcerias.

As avaliações externas e a auto avaliação servirão como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso. A gestão do curso, com base nos resultados avaliatórios, expressos nos relatórios específicos, torna imprescindível transformar o autoconhecimento e os resultados obtidos, em conhecimento ressignificado para melhoria constante do curso, de forma a subsidiar as ações correspondentes às dimensões: organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente e Instalações físicas.

9.3 CRITERIOS DE APROVEITAMENTO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE COMPETENCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORMENTE DESENVOLVIDAS

De acordo com as normas acadêmicas vigentes, entende-se por aproveitamento de estudos o processo de reconhecimento de componente curricular cursado com aprovação em instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras (credenciadas pelo Ministério da Educação, oficiais ou reconhecidas), quando solicitado pelo estudante regularmente matriculado.

Os procedimentos e práticas da Instituição para aproveitamento de componentes curriculares para os cursos superiores do IFBA estão estabelecidas nas Normas Acadêmicas do Ensino Superior.

A análise e julgamento do aproveitamento serão efetuados pelo Colegiado do curso, respeitando os prazos e normas Institucionais. Deferido o aproveitamento de disciplina, a Coordenação do Curso encaminhará o processo ao Setor de Registros para atualização do registro acadêmico do estudante.

Procedimentos de avaliação de competências profissionais anteriormente desenvolvidas também podem ser realizados, sempre respeitando as normas acadêmicas em vigor.

O aproveitamento de disciplinas decorrente de Convênios, de Intercâmbio ou de Acordo Cultural entre o IFBA e outras Instituições de Ensino Superior se dará conforme os termos estabelecidos no convênio e na Resolução CONSUP nº. 36 de 29 de julho de 2013 (IFBA, 2013).

9.4 ACESSIBILIDADE NA AVALIAÇÃO

A avaliação no contexto da educação em perspectiva inclusiva se constitui em importante elemento na busca pela identificação dos diversos entraves ao desenvolvimento acadêmico dos/as estudantes. Constitui-se, portanto, em atividade necessária que antecede o (re)planejamento das ações a serem empreendidas visando garantir o sucesso acadêmico de cada graduando/a. Nesse cenário, uma avaliação a serviço da inclusão e que contemple o contexto da diversidade precisa superar as tradicionais práticas avaliativas centradas nos vieses somatórios e classificatórios (MINETTO, 2008) que são constituintes de práticas excludentes no interior das instituições de ensino.

A avaliação é uma dimensão do currículo escolar que também precisa ser flexibilizada de modo a se atender às necessidades educacionais específicas dos estudantes com deficiências visando a promoção da acessibilidade. A avaliação no contexto da inclusão e da diversidade não pode se resumir a aprovar/reprovar os/as estudantes, mas precisa primar pelos aspectos qualitativos e deve ser registrada em formato de relatórios individuais que descrevam as aprendizagens atitudinais, procedimentais e conceituais desenvolvidas pelos/as estudantes público-alvo da educação especial, sempre tendo como referência o desempenho destes a partir das adaptações promovidas pelos/as docentes (MINETTO, 2008).

Certamente, nada impede que sejam atribuídos conceitos/notas no decorrer do processo avaliativo envolvendo os estudantes com deficiências, com TGDs e com altas habilidades/superdotação. Contudo, cumpre a necessidade de transcendê-los/as e utilizá-los/as como elementos que possam nortear mudanças nas práticas ao invés de, por meio destes/as, culpabilizar ou discriminar o/a estudante em razão de sua deficiência e/ou de suas diferenças. Assim também, numa perspectiva educacional inclusiva, os critérios avaliativos envolvendo os/as estudantes com necessidades educacionais específicas deverão ser flexibilizados segundo suas diferenças e segundo as necessidades que forem evidenciadas.

No que se refere à avaliação no contexto da inclusão, Minetto (2008) destaca a importância de não se focar apenas nas dificuldades apresentadas pelos/as estudantes com deficiências, devendo-se, ao invés disso, buscar evidenciar suas competências e habilidades já adquiridas, de modo a possibilitar o (re)planejamento de ações pedagógicas que estejam a serviço de seu progresso. Além disso, as avaliações envolvendo as pessoas com deficiências deverão considerar suas individualidades, suas diferenças e suas especificidades, nunca

comparando o seu desenvolvimento com os/as demais colegas, mas sempre buscando observar seus avanços a partir de diagnósticos avaliativos realizados no início de cada etapa de aprendizagem.

É possível considerar ainda, nesse ínterim, que há a possibilidade de os/as estudantes com deficiências não desenvolver todas as competências/habilidades desejadas para o semestre/ano em que se encontram, o que não deve ser tomado como uma barreira para que possam seguir galgando novos níveis em sua trajetória acadêmica. A avaliação, neste caso, deverá “comparar as condições iniciais e finais, quais os ganhos, isto é, qual a porcentagem atingida com objetivos propostos a ele e trabalhados com ele” (MINETTO, 2008, p. 87). Assim, a avaliação se constitui numa importante dimensão do trabalho pedagógico que se coloca a serviço da promoção da inclusão e da acessibilidade no espaço educacional.

Nesse ínterim, cumpre destacar que a avaliação diagnóstica deverá figurar posição de relevância no início de cada novo momento didático-pedagógico – seja um novo semestre, um novo conteúdo, uma nova unidade letiva. Tal avaliação possibilitará que sejam identificados os níveis de conhecimentos destes/as estudantes, oportunizando, em seguida, o planejamento do ato de ensinar segundo as diversas potencialidades por estes evidenciadas.

No desenvolvimento da avaliação processual, deverão ser criados portfólios que registrem/arquivem as atividades desenvolvidas pelos/as estudantes com deficiências, TGDs e/ou altas habilidades/superdotação, de modo a se possibilitar tanto um acompanhamento sistematizado do seu desempenho quanto uma avaliação adequada de seu progresso. Outrossim, para além da aprendizagem/memorização de conteúdos acadêmicos, outras questões serão consideradas no processo avaliativo desse público discente, tais como as questões relacionais e o desenvolvimento da autonomia e da independência (MINETTO, 2008) – dimensões importantes em seu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional.

Por fim, a Resolução nº 30 de 12/12/2017 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia apontam outras flexibilizações que deverão ser consideradas no processo avaliativo envolvendo os/as estudantes com deficiências visando a promoção da acessibilidade, a saber: tempo adicional para realização das atividades avaliativas de no mínimo 1 hora (Art. 13); garantia de terminalidade específica aos estudantes com deficiência intelectual, esgotadas as possibilidades de adaptação nas metodologias e nos processos avaliativos (Art. 12); garantia da utilização de diferentes procedimentos de avaliação, adaptando-os aos diferentes estilos dos/as estudantes (Art. 14); adoção de critérios diferenciados de avaliação nas provas

discursivas, escritas ou de produção textual, considerando a singularidade linguística dos estudantes surdos e surdocegos no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa. Assim, o desenvolvimento das práticas avaliativas caminhará na direção dos princípios da inclusão, contribuindo com a reparação ao histórico processo de exclusão que fora destinado a este público estudantil.

10. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

○ 10.1 COLEGIADO DO CURSO

Os colegiados de curso estão regulamentados pelas Normas Acadêmicas do Ensino Superior (NAES) e pelo Regimento do Campus (IFBA, 2013), que estabelecem as finalidades, funções e estrutura dos órgãos relacionados à gestão desta Instituição.

O NAES em seu artigo 7 estabelece que o Colegiado de Curso é o órgão de cunho consultivo, deliberativo e avaliativo nos cursos de graduação em conformidade com as diretrizes da Instituição e a política de ensino.

Nos Cursos de Licenciatura os colegiados serão compostos pelo Coordenador do Curso, que o presidirá, por quatro representantes docentes que desempenham atividades no Curso, sendo eleitos pelos seus pares dos respectivos Departamentos e áreas de conhecimento, e um representante discente, regularmente matriculado no Curso e indicado pelo órgão representante competente. Todos os membros do Colegiado de Curso terão um mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzido, a exceção do seu presidente, o Coordenador do Curso, que é membro nato. As atribuições do Colegiado dos Cursos de Licenciatura são as seguintes:

- apreciar e deliberar sobre as sugestões apresentadas pelos docentes e pelos discentes quanto aos assuntos de interesse do Curso;
- programar anualmente a provisão de recursos humanos, materiais e equipamentos para o curso;
- aprovar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias próprias para o ensino, bem como os programas e planos propostos pelo corpo docente para as disciplinas do curso;

- analisar irregularidades e aplicar as sanções previstas no Regime Disciplinar, no Regimento Geral e outras normas institucionais, no que se refere ao Corpo Docente e ao Corpo Discente, no âmbito de sua competência;
- aprovar os planos de atividades a serem desenvolvidas no Curso;
- deliberar sobre as atividades didático-pedagógicas e disciplinares do curso e proceder a sua avaliação periódica;
- definir e propor as estratégias e ações necessárias e/ou indispensáveis para a melhoria de qualidade da pesquisa, da extensão e do ensino ministrado no curso;
- decidir sobre recursos interpostos por seus alunos contra atos de professores do Curso, naquilo que se relacione com o exercício da docência;
- analisar e decidir sobre recurso de docente contra atos de discentes relativos ao exercício da docência;
- deliberar sobre o projeto pedagógico do curso, observando os indicadores de qualidade determinados pelo MEC e pela instituição;
- colaborar com os diversos órgãos acadêmicos nos assuntos de interesse do Curso;
- analisar e decidir os pleitos de aproveitamento de estudos e adaptação de disciplinas, mediante requerimento dos interessados;
- exercer outras atribuições que lhe forem designadas pela administração superior do IFBA.

Os colegiados dos Cursos de Licenciatura são compostos de forma multidisciplinar, com docentes que atuam nas áreas de conhecimento que compõem o curso. Desta forma, procurar-se-á trazer para o colegiado a característica do Curso que é a multidisciplinaridade.

○ **10.2 COORDENADOR DO CURSO**

Os Cursos de Licenciatura serão dirigidos por um Coordenador indicado dentre os integrantes do Corpo Docente do Curso, salvaguardada a sua formação na área de Computação e a especificidade do Curso em questão. A partir da Portaria CAPES nº102/2019, o Coordenador do Curso é selecionado via Edital, sendo professor efetivo do IFBA.

O Coordenador de Curso desenvolverá suas funções por intermédio do Colegiado de Curso e as suas atribuições são as seguintes:

- convocar e presidir as reuniões, coordenar as atividades e representar o Colegiado do Curso, lavrando suas competentes Atas;
- executar as decisões do Colegiado de Curso e as normas emanadas dos órgãos superiores;
- promover a articulação institucional com entidades de interesse dos cursos;
- realizar reuniões periódicas com os representantes estudantis, com registro das atas correspondentes;
- reunir-se duas vezes por período letivo com todo o corpo docente;
- levantar o quantitativo de vagas para Monitoria e submetê-lo á apreciação do Colegiado antes de encaminhá-lo ao órgão competente para deliberação, além de encaminhar mensalmente o relatório de frequência e avaliação de monitores ao órgão competente;
- elaborar, ao final de cada semestre, relatório de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado e as normas emanadas dos órgãos superiores;
- coordenar os trabalhos do pessoal docente e técnico - administrativo lotado no Curso, visando à eficácia do ensino, da pesquisa e a extensão;
- coordenar a avaliação dos processos de revisão de prova, indicando relator e compondo a banca avaliadora, garantindo o cumprimento de dos prazos de divulgação do resultado do recurso;
- orientar e supervisionar as atividades docentes relacionadas aos registros acadêmicos, garantindo o cadastro de informações acadêmicas dos alunos, no prazo previsto no calendário de atividades acadêmicas;
- elaborar a oferta semestral de disciplinas e atividades de TCC e Estágios, vagas e turmas do curso;
- promover a avaliação de desempenho dos docentes;

- encaminhar aos órgãos competentes os processos com as deliberações e providências tomadas pelo Colegiado do Curso;
- articular-se com as demais Coordenações de Cursos no que se refere á oferta de disciplinas comuns a vários Cursos;
- elaborar e manter atualizado o projeto pedagógico do Curso, juntamente com o corpo docente e a representação discente, submetendo-o à aprovação do Colegiado;
- adotar, “ad referendum” do Colegiado, providências de caráter urgente e de interesse do Curso;
- apresentar ao colegiado de curso para deliberação, nas reuniões ordinárias, todas as providências “*ad referendum*” que foram tomadas;
- promover eventos artísticos e culturais do interesse do curso;
- estimular e apoiar a produção de artigos e ensaios para publicação em revistas e jornais;
- informar aos docentes e discentes Exames Nacionais de Cursos, adotando e/ou indicando providências para o melhor desempenho dos alunos;
- orientar e supervisionar as atividades docentes relacionadas aos registros acadêmicos para fins de cadastro de informações dos alunos nos prazo fixados no Calendário de Atividades de Graduação;
- supervisionar as atividades de Estágio e Trabalho Final de Graduação, submetendo relatório semestral ao Colegiado de Curso;
- elaborar plano de ação anual das atividades de ensino, pesquisa e extensão, submetendo-o ao Colegiado para deliberação;
- exercer outras atribuições que lhe forem designadas formalmente pelos órgãos superiores do IFBA.

○

○

○ **10.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)**

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Computação é composto por professores que fazem parte do corpo docente efetivo da instituição e tem por principal objetivo a contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Segundo a Resolução nº 01/2010 do CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior) são atribuições do NDE, dentre outras:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

A Resolução nº 01/2010 do CONAES normatiza que na constituição do NDE deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

- Ser constituído por um mínimo de 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- Pelo menos 60% dos professores que constituem o NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- Ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

O Coordenador do Curso deve assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a garantir continuidade no processo de acompanhamento do curso.

11. INFRA-ESTRUTURA

○ 11.1 CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso é composto, prioritariamente, por professores mestres e doutores, aprovados via edital público de seleção. Segue a relação dos docentes selecionados (Tabela 8)

para atuarem na primeira turma, através do Edital UAB/IFBA 03/2018. O coordenador do curso foi selecionado através do Edital UAB/IFBA 04/2020 (Tabela 7).

Tabela 8 Coordenador do Curso

Nome	Titulação	Formação	Área de Atuação	Regime de Trabalho
Flávio Pereira da Silva	Mestre	Ciência da Computação	Computação	DE

Tabela 9 Docentes que atuam no Curso de Licenciatura em Computação

Nome	Titulação	Formação	Regime de Trabalho	
Allan Edgard Silva Freitas	Doutor	Computação	DE	
Bruno de Jesus Santos	Especialista	Computação	DE	
Diego Pugliesi Eça dos Santos	Especialista	Administração e Computação	Convidado	
Domingos de Andrade Mainart	Especialista	Computação	DE	
Edite Luzia de Almeida Vasconcelos	Doutor	Letras	DE	
Erivaldo de Jesus Marinho	Mestre	Letras	DE	
João Paulo Just Peixoto	Mestrado	Computação	DE	
José Carlos Couto Souza Júnior	Mestre	Ciência da Computação	Computação	DE
Lúcio Mauro Souza Borges	Mestrado	Computação	DE	
Mayara Barbosa Rodrigues	Mestrado	Computação	DE	
Leandro dos Santos Gonzalez	Mestrado	Computação	Convidado	
Luis Gustavo de Jesus Araujo	Mestrado	Computação	Convidado	
Marluce Alves dos Santos	Doutor	Filosofia e Matemática	Convidado	
Miriã Alves Ramos de Alcantara	Doutor	Psicologia	DE	

Nome	Titulação	Formação	Regime de Trabalho	
Moema Ferreira Soares	Doutor	Psicologia	DE	
Renata Maria de Souza Santos	Mestrado	Computação	DE	
Roberto da Cruz Melo	Doutor	Pedagogia	DE	
Suelen Gonçalves Paixão da Silva	Mestrado	Pedagogia	DE	
Taísa de Sousa Ferreira	Mestrado	Pedagogia	Convidado	
Taiane Abreu Machado	Mestrado	Pedagogia	Convidado	
Thiago Souto Mendes	Doutor	Computação	DE	
Vera Nathália Silva de Tarso	Mestrado	História	DE	

○ 11.2 FUNÇÕES E SUJEITOS DA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

O processo de mediação pedagógica neste projeto, considerando as especificidades de um curso de Licenciatura em Computação, envolverá os seguintes sujeitos e suas respectivas funções:

- **Coordenador de Polo:**

Contratado pelo poder público mantenedor do polo, com conhecimento técnico dos recursos das TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação que serão necessários para as atividades desenvolvidas no polo.

Atribuições:

Supervisionar e articular as atividades desempenhadas no polo regional, como orientações e avaliações presenciais, atividades laboratoriais, manutenção da estrutura física e logística do polo, garantindo a qualidade de serviço de biblioteca e laboratório de informática, entre outros;

Acompanhar o trabalho dos mediadores presenciais do polo.

- **Coordenador de Curso:** Professor graduado, preferencialmente Mestre ou Doutor na área de conhecimento, indicado pela instituição.

Atribuições:

Coordenar, avaliar e homologar a produção dos materiais didáticos desenvolvidos para o Curso;

Garantir a coesão dos pressupostos didático-pedagógicos do Curso;

Estimular o desenvolvimento de interações e relações interdisciplinares e transversais ao curso e aos componentes curriculares;

Participar da definição do calendário acadêmico e da sugestão de agenda de trabalho para os alunos;

Acompanhar a dinâmica do curso, observando indicadores de evasão e avaliação;

Promover ações de articulação e mobilização da equipe para a interação e integração da equipe de mediação pedagógica;

Conduzir o processo seletivo para a escolha dos docentes envolvidos no curso, presidindo a comissão formada para tal fim;

Analisar e emitir pareceres acerca de procedimentos acadêmico-administrativos associados ao curso.

- **Professor Formador - Conteudista:** Professores graduados, preferencialmente Mestres ou Doutores na área de conhecimento.

Atribuições:

Produzir material didático, definindo atividades interativas do processo de ensino-aprendizagem para sua disciplina.

Interagir com o grupo de trabalho multidisciplinar para a proposição de suporte multimidiáticos para o componente curricular;

- **Professor Formador:** Professores graduados, preferencialmente Mestres ou Doutores na área de conhecimento. Esse professor deve, preferencialmente, ser o professor conteudista, sendo, entretanto, essa função desvinculada da função de autoria do material didático da disciplina.

Atribuições:

Discutir e elaborar o plano de curso do componente curricular;

Interagir com o grupo de trabalho multidisciplinar para a proposição de suporte multimidiáticos para o componente curricular;

Sugerir uma agenda de trabalho para nortear a interação e dedicação dos alunos;

Propor atividades a distância que favoreçam a autonomia e colaboração visando a aprendizagem entre os sujeitos;

Desenhar a estrutura de avaliação para seu componente curricular, contemplando avaliações presenciais e a distância;

Interagir com os tutores, e com o professor coordenador de mediação (coordenador de tutoria), nos casos em que isso seja necessário;

Participar das atividades presenciais previstas nos Polos.

- **Tutor:** Profissionais graduados com formação na área de conhecimento das disciplinas que acompanhará, divididas em dois grupos: as disciplinas do núcleo comum da formação de físico (NCF) e as do núcleo de formação do professor (NFP). Para as disciplinas do primeiro grupo exigir-se-á graduação em computação ou física ou matemática ou em cursos correlatos e para as do segundo grupo formação em licenciatura ou em pedagogia;

Atribuições:

Acompanhar e intervir nas atividades online propostas e avaliar os trabalhos dos alunos;

Atender aos questionamentos dos alunos e auxiliá-los no desenvolvimento das atividades e consecução dos objetivos do curso;

Estabelecer contato direto com os demais sujeitos do processo de mediação para troca de informações, experiências e solução de problemas;

Fomentar condições para que os estudantes possam organizar os seus estudos, com a formação de grupos de estudos online e/ ou presenciais, caminhando em direção à construção de comunidades de aprendizagens on-line;

Articular a participação dos estudantes do curso em eventos online;

Interagir com os tutores presenciais no acompanhamento do aluno e outras questões teóricas;

Interagir com o professor formador da disciplina e com o coordenador de tutoria, se existente.

Participar dos encontros presenciais nos polos.

Prestar informações aos alunos sobre a organização e estrutura do curso;
Acompanhar encontros presenciais e avaliações;
Acompanhar as aulas práticas nos polos sob sua responsabilidade;
Discutir, com os professores formadores e a coordenação do curso, estratégias de permanência de alunos em potencial de evasão.
Emitir relatórios periódicos sobre o processo de mediação presencial para o coordenador do polo, coordenadores de curso e professores formadores;

- **Professor coordenador tutoria:** Professores graduados, preferencialmente Mestres ou Doutores na área de conhecimento, com experiência em mediação online em EaD. Atuarão na coordenação da mediação online nas disciplinas do curso, quando o número de tutores envolvidos torne-o necessário.

Atribuições:

Coordenar a mediação online, acompanhando as atividades dos tutores e dos alunos da disciplina;
Avaliar o trabalho de mediação a distância e atuar no sentido da correção dos problemas detectados;
Interagir com o professor formador e com os tutores, agilizando a comunicação e a troca de informação entre esses sujeitos pedagógicos;
Interagir com os tutores nos aspectos relacionados a sua disciplina.

- **Professor de laboratório:** Professores graduados, preferencialmente Mestres ou Doutores na área de conhecimento.

Atribuições:

Interagir no projeto das atividades práticas com os professores formadores das disciplinas de conhecimento e de didática específicas com cujo conteúdo as atividades se relacionam;
Interagir com o tutor e o pessoal técnico dos polos;
Montar e testar os experimentos no local da atividade;
Conduzir presencialmente as atividades práticas, interagindo com os alunos e com o tutor de laboratório;
Avaliar o desempenho dos alunos nas atividades práticas.

- **Tutor de laboratório:** Professores graduados, estudantes de pós-graduação ou licenciandos na área de conhecimento.

Atribuições:

Interagir com o professor de laboratório no projeto das atividades práticas em laboratório relacionadas às disciplinas de conhecimento e de didática específicas do curso;

Interagir com o tutor e o pessoal técnico dos polos;

Auxiliar o professor de laboratório na montagem e teste dos experimentos no local da atividade;

Assistir ao professor de laboratório na condução das atividades práticas, interagindo com os alunos e facilitando sua interação com o professor de laboratório;

11.3 EQUIPE TÉCNICA-PEDAGÓGICA

A equipe técnico-administrativa que esse projeto se refere são os profissionais da Coordenação e/ou Gerência de Registros Acadêmicos e os técnicos de laboratórios dos campi do IFBA, servidores públicos, que desenvolvem suas atividades em conformidade com as Normas Acadêmicas do Ensino Superior e as suas atribuições em cada um dos campi.

Há de se ressaltar que os profissionais dos Setores de Registros Acadêmicos são responsáveis, dentre outras coisas, pelos registros dos alunos como: matrículas, avaliações e emissão de diplomas dos cursistas que integralizarem o curso com aprovação. Já os técnicos dos laboratórios assessoram nas atividades dos laboratórios.

Em se tratando de oferta a distancia, a cada edital novos Polos/campi podem ser atendidos. Dessa forma, não há previsibilidade de quais profissionais nomeadamente atenderão cada oferta. Convém ressaltar que são profissionais efetivos da Instituição, que não estão incluídos em Programa de Bolsas, portanto, não há edital de seleção.

○ **11.4 INSTALAÇÕES DOS CAMPI (BÁSICAS E ESPECÍFICAS)**

Um curso de licenciatura em computação exige instalações de laboratório e equipamentos de informática. Por se tratar de uma curso na modalidade a distância, em geral as atividades presenciais acontecem nos polos de apoio presenciais que são de responsabilidade

dos mantenedores sejam eles estaduais e/ou municipais. Todos os polos considerados aptos pela CAPES possuem estrutura mínima de funcionamento: Laboratórios de informática, salas de estudo, bibliotecas, sala de coordenação.

Levando em conta a grande capilaridade da presença do Instituto no Estado da Bahia e a existência em muitos dos seus Campi de instalações de laboratório e mesmo material e equipamento, é possível pensar num arranjo pelo qual ao menos parte das atividades presenciais de laboratório sejam executados em Campi que estejam no mesmo município que os polos onde o curso ocorrerá, ou próximos. Isso pode reduzir significativamente a necessidade de investimento por parte do poder público mantenedor do polo e deverá, se for o caso, ser definido na etapa de articulação do curso.

○ **11.5 REQUISITOS GERAIS DO POLO**

Sala de aulas para os encontros presenciais, dotada de equipamento de videoconferência, com capacidade para 50 alunos.

Sala de estudos e de atendimento dos alunos pelos tutores presenciais. Instalações para as atividades administrativas e suporte (incluindo sanitários e outras facilidades, comuns a uma instalação escolar).

Laboratório de informática instalado em sala climatizada com um total de 25 microcomputadores ligados em rede. Devem ser instalados nos computadores os softwares necessários para execução das disciplinas, o que será informado antes do início de cada semestre.

O polo deverá estar dotado de conexão em banda larga de alta velocidade.

○ **11.6 BIBLIOTECA**

O objetivo da Biblioteca é reunir, organizar e promover o acesso à informação de forma precisa e eficaz, atuando como um agente facilitador no processo de ensino-aprendizagem e incentivador da cultura e do prazer pela leitura na comunidade do IFBA. Dessa forma, buscamos captar os recursos informacionais indispensáveis ao desenvolvimento dos programas de ensino dos cursos oferecidos pela IES ofertante, contribuindo no processo de ensino-aprendizagem como suporte as atividades pedagógicas, e atuando na promoção da cultura e do

prazer pela leitura de nossos usuários. Entre as oportunidades disponibilizadas pelas Bibliotecas locais nos polos deverá estar o acesso aos sistemas de consulta a periódicos disponibilizados pela CAPES (SCIELO).

Além das Bibliotecas que serão localizadas em cada polo de apoio presencial nos quais o curso ocorrerá, e que serão dotados de uma bibliografia mínima capaz de atender em abrangência e quantidade as demandas colocadas pelas disciplinas do curso, as Bibliotecas dos diversos Campi do Instituto também estarão disponíveis aos alunos do curso por um sistema de empréstimo remoto. A lista mínima para aquisição de bibliografia pelo mantenedores dos polos será detalhada no processo de implantação do curso.

As bibliotecas localizadas nos polos deverão ter um horário de funcionamento que atenda as necessidades dos cursos, devendo permanecer abertas às noites e, pelo menos, aos sábados, com pessoal capacitado para atender seus usuários.

O IFBA disponibiliza o acesso às bibliotecas virtuais:

ProQuest e São mais de 500 títulos de livros digitais da editora Cengage Learning, de diversas áreas do conhecimento, que podem ser acessados de forma remota. As obras estão disponíveis para a comunidade acadêmica em acesso multiusuário, contribuindo para estudos e pesquisas. O acesso a Biblioteca Digital Cengage-IFBA é realizado através do AVA Moodle Institucional, utilizando o mesmo login e senha do SUAP (Sistema Acadêmico).

Cengage com mais de 500 títulos de livros digitais da editora Cengage Learning, de diversas áreas do conhecimento, que podem ser acessados de forma remota. As obras estão disponíveis para a comunidade acadêmica em acesso multiusuário, contribuindo para estudos e pesquisas. O acesso a Biblioteca Digital Cengage-IFBA é realizado através do AVA Moodle Institucional, utilizando o mesmo login e senha do SUAP (Sistema Acadêmico).

• 12 CERTIFICAÇÃO

Os concluintes do curso serão aqueles que concluírem com êxito todos os componentes curriculares, incluindo-se o trabalho de conclusão de curso e o estágio supervisionado. Os concluintes serão diplomados com o título de Licenciatura em Computação, estando aptos a realizarem todas as atividades descritas no perfil profissional.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006.
- BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Indicadores Sociais. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/>, acesso em 10/04/2010
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 15/08/2018.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 15/08/2018.
- BRASIL. **Decreto nº 7.761 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em 15/08/2018.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Resolução CEB/CNE nº 02 de 11 de Setembro de 2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2018.
- BRASIL, **ESTUDOS DE MERCADO DE TRABALHO COMO SUBSÍDIO PARA A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DA BAHIA**. SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. SEADE, maio 2000.
- BRASIL, MEC.. **Diretrizes Curriculares de Cursos da área de Computação e Informática**. MEC – SESU (Secretaria de Educação Superior). CEEInf – Comissão de Especialistas de Ensino de Computação e Informática. Brasília, 2001. <http://www.mec.gov.br/sesu/cursos/cursos.htm>
- BRASIL, INEP. **Indicadores Educacionais**. Disponível em <http://www.inep.gov.br/>, acesso 27-05-2008.

BRASIL. **Decreto Nº 2.208, de 17/04/97.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154, de 23/07/04.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Decreto Nº 5.205, de 14/09/04.** Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Decreto Nº 5.224, de 01/10/04.** Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Decreto Nº 5.225, de 01/10/04.** Altera dispositivos do Decreto no 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Decreto Nº 6.755, de 29 /01/09.** Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 1987.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. MEC. **LEI Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União – República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 01.

BRASIL. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera p § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em 15/08/2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 15/08/2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 2 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2016**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES n. 5**, de 16 de novembro de 2016. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software e de licenciatura em Computação, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 2**, de 15 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Portaria nº 3.284 de 07 de novembro de 2003**. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em 15/08/2018.

BRASIL. **Resolução CEB/CNE nº 02 de 11 de Setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 02/08/2018.

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares: ensino médio**. Brasília:SEMTEC. Vol. Único, 1999.

BRASIL. MEC. **Plano de qualidade para educação básica**. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. MEC. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília:MEC, 2000.

BRASIL. MEC. SEMTEC **Políticas públicas para educação profissional e tecnológica**.

BRASIL. MEC. SEMTEC. PROEP. **Educação profissional**. Legislação básica. 6ª ed. Brasília: MEC, jan. 2005.

BRASIL.MEC.CNE/CEB – **Parecer nº09/01**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.Brásilia: MEC, 2002.

BRASIL. MEC.CNE/CEB – **Parecer nº16/99**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL.MEC.CNE/CEB – **Parecer nº08/04**. Consulta sobre duração de hora-aula.Brásilia: MEC, 2002.

BRASIL. MEC.CNE/CEB – **Portaria nº1793/94**. Recomenda a inclusão da disciplina ASPECTOS ÉTICOS POLÍTICOS EDUCACIONAIS DA NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS, nos cursos de Pedagogia, Psicologia, e em todas as licenciaturas e conteúdos relativos nos cursos superiores que especifica". Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. MEC.CNE/CP– **Resolução nº01/02**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL.MEC.CNE/CP– **Resolução nº02/02**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. BRASIL.

BRASIL. MEC.CNE/CP – **Resolução nº04/99**.Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. MEC/INEP/DEAES - **Sinopse Estatística do Ensino Superior 2006**. Brasília, 2006. Diário Oficial da União – República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 jan. 2009. Seção 1, p. 01-02.

BRASIL. MEC/SETEC **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia 2009**. Brasília, 2008, disponível em <http://catalogo.mec.gov.br/> , acesso em 03/11/2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei nº 10.172/2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004.

CATRIB, Ana Maria Fontenelle. **Educação superior: formação de professores x demanda de educação básica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

CEFET-BA. **Relatório de Gestão 2007**. Salvador, 2008. Disponível em WWW.ifba.edu.br.

CEFET-BA. Comissão própria de avaliação. **Relatório de avaliação do ensino superior do CEFET-BA**. Disponível em <http://www.cefetba.br/cpa/cpa.html>. Acesso em 03/01/2007.

CEFET-BA. **Projeto Político Pedagógico**. Disponível em www.ifba.edu.br, acesso em 29/10/2009.

CEFET-BA. **Relatório de Gestão 2008**. Salvador, 2009. Disponível em www.ifba.edu.br.

CEFET-BA.. **Relatório da auto-avaliação institucional do CEFET-BA**, Comissão própria de avaliação CEFET-BA: **Etapas educação profissional de nível técnico e ensino médio**. Disponível em <http://www.cefetba.br/cpa/cpa.html>. Acesso em 03/01/2007.

IFBA. Institucional. Disponível em <<https://portal.ifba.edu.br/acessoainformacao/institucional>>. Acesso em 01 mar 2022.

IFBA. **Comissão Própria de Avaliação Interna**. Disponível em <<http://portal.ifba.edu.br/menu-reitoria/orgaos-de-assessoramento/cpa-comissao-propria-de-avaliacao-institucional>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

IFBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFBA (2020 - 2024)**. Salvador: IFBA, 2020.

IFBA. **Projeto Pedagógico Institucional do IFBA**. Salvador: IFBA, 2013.

IFBA. **Resolução nº 30 de 12 de Dezembro de 2017**. Institui a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas no âmbito do IFBA Salvador: Conselho Superior, 2017. Disponível em <<http://portal.ifba.edu.br/menu-institucional/consup/resolucoes-2017/resolucao-30-2017-politica-inclusao-pessoa-com-deficiencia.pdf/view>>. Acesso em 02/08/2018.

INEP. **Resumo técnico censo escolar.** 2021. Disponível em <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf>. Acesso em 07 mar. 2022.

LIBÂNIO, José C. **Organização e Gestão Escolar.** Goiânia: Alternativa, 2001.

LÜDKE, M. O professor, seu saber e sua pesquisa. *Educação & Sociedade*, ano XXII, nº 74, vol. 22, p. 77-96, abr. 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola:** reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

MEC – Ministério da Educação. **Concepção e Diretrizes** – Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: PDE/SETEC, 2008.

MEC – Ministério da Educação. **Escassez de Professores no Ensino Médio.**

MEC.CNE/CP– **Resolução nº03/03.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília: MEC, 2003.

MINETTO, M. F. **Currículo na educação inclusiva:** entendendo esse desafio. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Referenciais de qualidade para cursos a distância. MEC, Brasília, 2003.

PACHECO, Eliezer: **Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica:** Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

PALLOFF, Rena M. e PRATT, Keith. **O Aluno Virtual.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

PCN – Parâmetros Curriculares do Ensino Médio. Brasília: MEC, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.

SBC – Sociedade Brasileira de Computação, **Currículos de Referência.** Rio de Janeiro: Boletim. Nº 3, 1998.

VALLADARES, J. S. O. et al. **Consórcio**: estratégia de implementação de políticas públicas em EaD. In: CONGRESSO INTERNACIONAL EAD, 13., 2007, Curitiba. Anais [...]. Curitiba, 2007.

ANEXO 1 - EMENTÁRIO

1º SEMESTRE

ALGORITMOS		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 01	Período: 1º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Introdução à programação. Noções de algoritmos e suas representações. Pseudo-código. Lógica e programação em linguagem de programação estruturada. Operadores lógicos e matemáticos, estruturas de decisão e de repetição. Arrays: strings, vetores e matrizes. Registros.				
Bibliografia Básica: AGUILAR, L.J. Fundamentos de Programação: Algoritmos, Estruturas de dados e Objetos. McGraw-Hill, 2008. ALBANO, Ricardo Sonaglio; ALBANO, Silvie Guedes. Programação em linguagem C. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010. 410 p. XAVIER, G. F. C. Lógica de programação. Editora SENAC São Paulo.				
Bibliografia Complementar: MIZRAHI, Victorine Viviane. Treinamento em linguagem C. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, c2008. xxii, 405 p. ZIVIANI, Nivio. Projeto de algoritmos com implementações em pascal e C. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. GUIMARAES, A. M.; LAGES, N. A. Algoritmos e Estruturas de Dados. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2000. BENEDUZZI, Humberto Martins; METZ, João Ariberto. Lógica e linguagem de programação: introdução ao desenvolvimento de software. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010. 144 p. MANZANO, José Augusto N. G; OLIVEIRA, Jayr F. Algoritmos - Lógica para Desenvolvimento de Programação de Computadores. 28ª ed. São Paulo: Érica, 2016. 336 p.				

LÓGICA MATEMÁTICA		Carga Horária (h)		Créditos
		Téoria	60	4
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 03	Período: 1º	Pré-Requisito: -	Departamento:
Ementa: Introdução à Lógica. Proposições e Conectivos. Operações Lógicas. Conjuntos, Conjuntos Numéricos, Expressões Algébricas, Equações e Inequações, Tipos de Função: Funções Polinomiais, Exponenciais, Logarítmicas, Trigonométricas e Funções Racionais. Gráfico de Funções. Função Composta e Função Inversa.				
Bibliografia Básica: GERSTING, J. L. Fundamentos Matemáticos para Ciência da Computação: um tratamento moderno de matemática discreta. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. IEZZI, G., DOLCE, O., MURAKAMI, C. Fundamentos da Matemática Elementar. 9ª ed. Vols. 1, 2 e 3. São Paulo: Atual, 2013. STEWART, J. Cálculo – Vol. 1. 7ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.				

Bibliografia Complementar:	
DAGHLIAN, J. Lógica e Álgebra de Boole . 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.	
MEDEIROS, Valéria Zuma. Pré-cálculo . São Paulo: Cengage Learning, 2006.	
DEMANA, F. D., WAITS, B. K., FOLEY, G. D., KENNEDY, D. Pré-cálculo . São Paulo: Addison Wesley, 2009.	
FLEMMING, D. M., GONÇALVES, M. B. Cálculo A: Funções, limites, derivação e integração . 6ª ed. São Paulo: Pearson, 2006.	
GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo . 5ª ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: LTC, 2002.	
IEZZI, G., DOLCE, O., DEGENSZAJN, D., PÉRIGO, R., ALMEIDA, N. de, Matemática: ciência e aplicações . 9ª ed. Vols. 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2017.	

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	15	1
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 04	Período: 1º	Pré-Requisito: -	Departamento:
Ementa: Conceito de EaD como modalidade de ensino, suas especificidades, definições e evolução ao longo do tempo; A história da EaD; Regras de convivência para participação em comunidades virtuais e as ferramentas de comunicação: emoticons, etiqueta, clareza, citações e diretrizes de feedback; Ferramentas de comunicação síncronas e assíncronas no Ambiente Virtual. Estudo dirigido sobre o uso de ferramentas na Educação a Distância.				
Bibliografia básica: PETERS, O. Didática do Ensino a Distância . São Leopoldo: Unisinos, 2001. SILVA, Marco. (org). Educação Online . São Paulo: Loyola, 2003. SILVA, Marco e SANTOS, Edméa (org). Avaliação da aprendizagem em educação Online . São Paulo, Loyola, 2006.				
Bibliografia Complementar: BELLONI, M.L. Educação a distância . Campinas, Editora Autores Associados, 2001. NISKIER, Arnaldo. Educação à distância . 2.ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1999.				

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	30	2
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 05	Período: 1º	Pré-Requisito: -	Departamento:
Ementa: A organização da educação no Brasil República: formas e tipos de escolarização na primeira metade do século XX. Eugenia, Higienismo e Educação. Novos saberes na formação docente: psicologia, sociologia e biologia. Manifestos pela Educação Pública. Relações étnico raciais e políticas públicas de educação na primeira metade do século XX. Reformas do Ensino: ensino primário, secundário superior (leis orgânicas e LDB). Relações entre organização do ensino e relações étnico raciais, culturais, sociais e de gênero na segunda metade do século XX. Relações políticas, econômicas e sociais e reformas educacionais na segunda metade do século XX. Prática educacional.				
Bibliografia básica: CAMBI, Franco. História da Pedagogia . São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas , 4ª 101d. São Paulo: Ática.				

MANACORDA, Mário e Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Editora Cortez.

INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	60	4
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 06	Período: 1º	Pré-Requisito: -	Departamento:
Ementa: História da computação. Conceitos básicos. Sistemas numéricos. Tabela ASCII. Classificação dos computadores. Conceitos de hardware. Conceitos do software. Noções de estrutura de dados. Modalidades de processamento de dados. Noções de sistemas. Noções de Redes. Noções de Sistemas Operacionais. Aplicativos: editores de texto e planilhas eletrônicas. Internet. Aplicações da Informática no ensino.				
Bibliografia básica: MARÇULA, Marcelo; BENINI FILHO, Pio Armando. Informática: conceitos e aplicações . 2. ed. São Paulo: Érica, 2007. NORTON, Peter. Introdução à Informática . São Paulo: Makron Books. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos . Rio de Janeiro: Campus.				
Bibliografia Complementar: MEIRELLES, Fernando. Informática: Novas Aplicações com Microcomputadores. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. SAWAY, Márcia Regina. Dicionário: Informática & Internet . São Paulo: Nobel. TORRES, Gabriel. Hardware: Curso Completo . Rio de Janeiro: Axcel Books.				

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	60	4
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 10	Período: 1º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Estuda a língua Portuguesa como elemento primordial da comunicação escrita e oral entendendo-a como mecanismo básico para decifrar os signos informativos concernentes aos diversos tipos de linguagens utilizados na contemporaneidade.				
Bibliografia básica: ABAURRE, Maria Luzia e PONTARA Marcela Nogueira. Português . Editora Moderna. CÂMARA JR., Joaquim M. Manual de expressão oral escrita . Petrópolis: Vozes. CINIRA, Lindley e CUNHA, Celso. Nova gramática do português contemporâneo . Rio de Janeiro: Nova Fronteira.				
Bibliografia Complementar: FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristóval. Prática de texto: língua Portuguesa para nossos Estudantes Universitários . Petrópolis: Vozes. GARCIA, Othon Moacir. Comunicação em prosa moderna . Rio de Janeiro: FGV. GNIRRE, Maurizio. Linguagem, escrita e poder , 3 ed. São Paulo: Martins Fontes.				

2º SEMESTRE

LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 07	Período: 2º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Linguagem de programação estruturada; Funções e procedimento: modularização de programas; Tipos e estruturas elementares de dados, Tipos definidos pelo programador e tipos abstratos de dados; Recursividade; Diretivas; Ponteiros; Processamento de arquivos. Algoritmos e aplicações.				
Bibliografia básica: GOMES, Ascencio, A. F; CAMPOS, Edilene Aparecida Vene. Fundamentos da programação de computadores: Algoritmos, Pascal, C/C++ e Java. 2. ed. Rio de Janeiro: Pearson Prentice Hall, 2007. XAVIER G. F. Cardoso. Lógica de Programação. Senac, São Paulo. ZIVIANI, N. Projeto de Algoritmos: Com Implementações em Pascal e C. 2.ed. São Paulo: Thomson Learning, 2004.				
Bibliografia Complementar: GOMES, Ascencio, A. F. Lógica de Programação com Pascal. São Paulo: Makron Books. 2002. RINALDI, R. Turbo Pascal 7.0: Comandos e Funções. 19.ed. Érica, 2003.				

ARQUITETURA DE COMPUTADORES		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	15	1
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 08	Período: 2º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Evolução Histórica dos Computadores. Noções de sistemas digitais. Unidades de entrada e saída. Estrutura dos processadores e barramentos. Instruções. Pipeline. Multiprocessamento. Hierarquia de Memórias. Dispositivos de Entrada e Saída.				
Bibliografia básica: HENNESSY, John L.; PATTERSON, David A. Arquitetura de Computadores: Uma Abordagem Quantitativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus. 2003. STALLINGS, William. Arquitetura e Organização de Computadores. 5.ed. São Paulo: Makron Books, 2002. TANENBAUM Andrew S. Organização Estruturada de Computadores. 5.ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 2006.				
Bibliografia Complementar: MURDOCCA, Miles J.; HEURING, Vincent P. Introdução à Arquitetura de Computadores. Rio de Janeiro: Campus, 2000. WEBER, Raul Fernando. Fundamentos de Arquitetura de Computadores. 2. ed. Porto Alegre: Instituto de Informática da UFRGS: Editora Sagra Luzzatto, 2001. WEBER, Raul Fernando. Arquitetura de Computadores Pessoais. Porto Alegre: Instituto de Informática da UFRGS: Editora Sagra Luzzatto, 2000.				

MATEMÁTICA PARA COMPUTAÇÃO		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	60	4
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 09	Período: 2º	Pré-Requisito:	Departamento:

<p align="center">Ementa:</p> <p>Conjunto dos números reais. Funções (lineares, modulares, polinomiais, racionais, algébricas e trigonométricas) e seus gráficos. Limite e Continuidade de Funções. Coeficiente angular da reta tangente ao gráfico de uma função em um ponto (conceito de derivada). Função Derivada. Técnicas de Derivação. Máximos e mínimos. Integral (definida e indefinida).</p>	
<p align="center">Bibliografia básica:</p> <p align="center">BOULOS, P. Introdução ao Cálculo. São Paulo: Edgard Blucher.</p> <p align="center">FLEMMING, Diva M. & GONÇALVES, Mirian B. CÁLCULO A: Funções, derivação e integração. São Paulo: Pearson.</p> <p align="center">SILVA, S. M. da; SILVA, Ermes M. da; SILVA, Elio M. da. Matemática Básica para Cursos Superiores. São Paulo: Atlas, 2002.</p>	
<p align="center">Bibliografia Complementar:</p> <p align="center">ÁVILA, Geraldo. Introdução ao Cálculo. Rio de Janeiro: LTC Editora.</p> <p align="center">GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: LTC Editora.</p> <p align="center">STEWART, James. Calculo I. São Paulo: Thomson Pioneira</p>	

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	-	-
		Prática de ensino	15	1
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 11	Período: 2º	Pré-Requisito:	Departamento:

<p align="center">Ementa:</p> <p>Fundamentos da filosofia e suas relações com a educação. A filosofia antiga e sua implicação no processo de formação do ser humano. Pressupostos filosóficos que fundamentam as concepções de educação. O homem e suas relações com o mundo. Democracia e educação. O homem e suas relações com o mundo. A práxis educativa contemporânea. Diálogos contemporâneos filosóficos no ensino fundamental e médio.</p>

<p align="center">Bibliografia básica:</p> <p align="center">ARENDT, Hanna. A crise na educação. In: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1979.</p> <p align="center">FREIRE, Paulo. Educação e mudança. São Paulo: Paz e Terra, 1983.</p> <p align="center">GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação. São Paulo: Cortez, 1995.</p>
--

<p align="center">Bibliografia Complementar:</p> <p align="center">ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo a sociedade aprendente. 5. 104d. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p align="center">MORIN, Edgar. Os sete saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo. Cortez, 2001.</p> <p align="center">LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: 1994.</p>
--

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	-	-
		Prática de ensino	30	2
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

	12	2º		
Ementa: Paradigmas da Psicologia e suas relações com a Educação, no que tange ao processo ensino-aprendizagem. Teorias e abordagens do processo ensino-aprendizagem (Inatismo e empirismo, Humanística, Comportamental, Cognitiva e Sócio-interacionista): implicações na prática educativa. Contextos culturais da aprendizagem e a escolarização formal. A psicologia da aprendizagem e a práxis pedagógica.				
Bibliografia básica: CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da aprendizagem . Petrópolis: Vozes, ANO. COLL, César, et al. Desenvolvimento Psicológico e Educação . Psicologia evolutiva V.1. 2 edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. COLL, César, et al. Desenvolvimento Psicológico e Educação . Psicologia da educação escolar V.2. 2 edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.				
Bibliografia Complementar: COLL, César. Psicologia do Ensino . Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. COLL, César; MESTRES, M. M.; SOLÉ. Psicologia da Educação . Porto Alegre, Artes Médicas, 1999. REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação . Petrópolis: Vozes, 1995.				

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	30	2
Obrigatória	Código: 53	Período: 2º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Relação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) ao longo da história, seus conceitos e dimensões fundamentais. Desenvolvimento tecnológico, suas implicações sociais e políticas. CTS e as transformações da sociedade: vida cotidiana e contemporaneidade. CTS no contexto da educação brasileira e a formação do professor em Ciências. Desenvolvimento científico, interação homem-ambiente e sustentabilidade.				
Bibliografia Básica: CASTELLS, Manuel. A era da informação : economia, sociedade e cultura. Vol 1. São Paulo: Paz e terra, 1999. LÉVY, Pierre. Cibercultura . São Paulo: ED 34, 1999. VIEIRA PINTO, Álvaro. O conceito de Tecnologia . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v.				
Bibliografia Complementar: ALVES, Rubem. Ciência, coisa boa... In: MARCELLINO, N. C. (Org.). Introdução às ciências sociais . 5 ed. Campinas, Papirus, 1994. BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-. Claude. A Ruptura. In: Ofício de Sociólogo . Petrópolis: Vozes, 2004. p. 23-44. BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico . São Paulo: Editora UNESP, 2004 BAZZO, Walter Antônio. A. Ciência, Tecnologia e Sociedade e o contexto da educação Tecnológica . 4.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014 GIDDENS, Anthony. Sociologia . 6ª Ed. Porto Alegre: Penso, 2012. LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva : por uma antropologia do ciberespaço. 9 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 214 p MORAN, F. Emílio. Meio ambiente e ciências sociais : interações homem - ambiente e sustentabilidade. São Paulo: Editora Senac, 2011. 307 p. SANTOS, Milton. A natureza do espaço : técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2006. SCHAFF, Adam. A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial. 10ª Edição. Brasiliense, 2007.				

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Carga Horária (h)	Créditos
------------------------------	-------------------	----------

		Teórica	60	4
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 105	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:
<p>Ementa: Os aspectos sociais, políticos e epistemológicos presentes nas diferentes concepções de educação de jovens e adultos. As políticas públicas no âmbito da EJA. Os processos de ensino-aprendizagem e as alternativas metodológicas na educação de jovens e adultos. O papel social, político e cultural da educação de jovens e adultos no contexto atual. Visão histórica, política e social da educação de jovens e adultos (EJA) no contexto da educação popular. Os sujeitos das políticas públicas de EJA. O trabalho político-pedagógico no cotidiano da EJA.</p>				
<p>Bibliografia básica: FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 20ª Ed. 1992. _____. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 3ª Ed. 1994. PAIVA, Vanilda. História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.</p>				
<p>Bibliografia Complementar: COSTA, Marisa Vorraber (org). Educação Popular Hoje. São Paulo. Edições Loyola. 1999. GARCIA, Regina, L, e VALLA, Victor. A fala Excluídos. São Paulo, Papirus editora, 1996. HURTADO, C. Nuñez. Comunicação e educação popular: educar para transformar, transformar para educar. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993. PAIVA, Vanilda. Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista. Rio de Janeiro. Graal. 1984. _____. (Org). Perspectivas e dilemas de educação popular. Rio de Janeiro, Graal. 1984. _____. Educação popular e educação de adultos. São Paulo, Loyola, 1983, 2ª Ed. TAMARIT, José. Educar o Soberano. São Paulo, Cortez Editora, 1996.</p>				

3º SEMESTRE

LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS I		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 13	Período: 3º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Introdução aos conceitos de programação orientada a objetos. Modelo de Objetos. Classes, atributos, métodos, mensagens, encapsulamento. Conceitos e técnicas de programação. Desenvolvimento de sistemas com classes, herança, polimorfismo, bibliotecas, reusabilidade e interfaces.				
Bibliografia básica: BORATTI, I. Camilo. Programação Orientada a Objetos em Java . 1. ed. Florianópolis: Visual Books, 2007. SANTOS, R. Introdução à Programação Orientada a Objetos Usando Java . Rio de Janeiro: Campus, 2003. SIERRA, K.; BATES, B. Use a Cabeça! Java . 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2007.				
Bibliografia Complementar: PINHEIRO, Francisco A. C. Fundamentos de Computação e Orientação a Objetos Usando Java . Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006. FOWLER, M. Padrões de Arquitetura de Aplicações Corporativas . Porto Alegre: Bookman, 2006. GAMMA, E. <i>et al.</i> Padrões de projeto: soluções reutilizáveis de software orientado a objetos . Porto Alegre: Bookman, 2005.				

SISTEMAS OPERACIONAIS		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	15	1
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 14	Período: 3º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Arquitetura de sistemas: tipos de arquiteturas. Histórico e evolução. Tipos de sistemas operacionais. Sistemas operacionais: processos. Gerência de memória. Sistemas de arquivos. Administração e segurança de sistemas.				
Bibliografia básica: OLIVEIRA, Rômulo Silva de; CARISSIMI, Alexandre da Silva; TOSCANI, Simão Sirineo. Sistemas Operacionais . 2. ed. Porto Alegre: Instituto de Informática UFRGS: Sagra Luzzatto, 2001. MACHADO, Francis B.; MAIA, Luiz Paulo. Arquitetura de Sistemas Operacionais . 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2007. SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter; GAGNE, Greg. Fundamentos de sistemas operacionais . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2004. TANENBAUM, Andrew S. Sistemas Operacionais Modernos . 5.ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1995.				
Bibliografia Complementar: TANENBAUM, A. S. Sistemas Operacionais - projeto e implementação . 2.ed. São Paulo: Artmed, 2000. SILBERSCHATZ, A.; GALVIN, P. B. Sistemas Operacionais: Conceitos . São Paulo: Makron Books, 2000. SHAY, W. Arquitetura e Organização de Computadores . 5.ed. São Paulo: Makron Books, 2002.				

INGLÊS		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	60	4

		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 16	Período: 3º	Pré-Requisito: -	Departamento:
Ementa: Leitura, análise e interpretação de textos. Leitura intensiva para fins específicos. Prática de compreensão e comunicação oral e escrita. Domínio do vocabulário específico em situações concretas de comunicação num processo interativo.				
Bibliografia básica: DICIONÁRIO Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês. 12. reimp. New York: Oxford University Press, 2005. 685 p. ISBN 9780194313681. SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal. 2005.				
Bibliografia Complementar: MARTINEZ, R. Como Dizer Tudo em Inglês. Rio de Janeiro: Campus. SAWAYA, M., R. Dicionário de Informática e Internet: Inglês/ Português. São Paulo: Nobel, 2003. TORRES, Nelson. Gramática Prática da Língua Inglesa. São Paulo: Moderna, 1993.				

DIDÁTICA		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	15	1
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	45	3
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 17	Período: 3º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: A Didática no seio das teorias pedagógicas. Tendências Pedagógicas Liberais [Tradicional, Progressivista, Não-Diretiva e Tecnicista]. Tendências Pedagógicas Progressistas [Libertadora, Libertária, Crítico-Social dos Conteúdos, Sociointeracionista]. Planejamento de ensino: perspectiva crítica, estratégias, etapas para elaboração. Saberes, competências e atitudes docentes. Competências didáticas para o trabalho docente. Procedimentos didáticos: elementos para o planejamento de ensino. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. Interdisciplinaridade. Métodos e técnicas de ensino. Utilização adequada dos recursos instrucionais.				
Bibliografia básica: CANDAU, Vera Maria (org.). A didática em questão. Petrópolis, Vozes, 1993. LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo, Loyola, 1993. MIZUKAMI, Maria da Graça. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. VASCONCELOS, Celso. Planejamento. Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10ª ed. São Paulo: Libertad, 2002.				
Bibliografia Complementar: ENGUITA, F.M.. A face oculta da escola. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996. HERNÁNDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Artes Médicas, Porto Alegre, 1998. MENENGOLLA, M; SANT'ANNA, I. M. <i>Por que planejar? Como planejar?</i> Petrópolis, RJ: Vozes, 1991. PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artemed, 1998. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola. Campinas: Papirus, 1996				

ESTRUTURA DE DADOS		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

	18	3º		
Ementa: Representação dos dados, tipos abstratos de dados. Alocação dinâmica de memória. Estrutura de dados lineares: a lista e suas variantes. Pilhas e Filas. Estrutura de dados não-lineares: Árvores.				
Bibliografia básica: FORBELLONE, A. L. V.; EBERSPÄCHER, H. F. Lógica de Programação - A construção de algoritmos e estruturas de dados . 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2000. SOUZA, Marco Antonio Furlan de et al. Algoritmos e Lógica de Programação . São Paulo: Thompson Learning, 2006. VILLAS, M. V.; MIRANDA, C. Estruturas de Dados - Conceitos e Técnicas de Implementação . 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.				
Bibliografia Complementar: PEREIRA, Silvio do Lago. Estrutura de Dados Fundamentais: Conceitos e Aplicações . Érica, 1996. SALIBA, W., L., Caram. Técnicas de Programação: uma Abordagem Estruturada . São Paulo: Makron Books, 1992. HOROWITZ, E.; SAHNI, S. Fundamentos de Estrutura de Dados . 2.ed. Rio Janeiro: Campus, 1986.				

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	30	2
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 54	Período: 3º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Características do ensino a distância. Suporte de redes de computadores para ambientes de EAD: motivações e dificuldades, ambiente de suporte, mecanismos de recuperação de informações on-line e construção do conhecimento. Modelos de EAD: sistemas instrucionais de primeira e segunda geração; modelos teóricos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem em grupo e via rede; multimídia na EAD. Estudo dos processos pedagógicos e tecnológicos envolvidos na elaboração de projetos de EAD.				
Bibliografia Básica: BELLONI, M.L. Educação a distância . Campinas, Editora Autores Associados, 2001. PETERS, O. Didática do Ensino a Distância . São Leopoldo: Unisinos, 2001. SILVA, Marco e SANTOS, Edméa (org). Avaliação da aprendizagem em educação Online . São Paulo, Loyola, 2006. SILVA, Marco. (Org). Educação Online . Editora Loyola. 2003				
Bibliografia Complementar: KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002. MAIA, Carmem, MATTAR NETO, João Augusto. ABC da EAD: a educação a distancia hoje . Editora Prentice Hall. MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarciso; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica . 21. ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2013. 171 p. POCHO, C.L., AGUIAR, M. SAMPAIO, M., LEITE L. Tecnologia Educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula . Petrópolis: Vozes, 2003. LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs.). Educação a distância: o estado da arte . São Paulo : Pearson Education do Brasil, 2009. LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs.). Educação a distância: o estado da arte, volume 2 . 2.ed.São Paulo : Pearson Education do Brasil, 2012.				

4º SEMESTRE

LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS II		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 19	Período: 4º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Facetas da reusabilidade de <i>software</i> ; Padrões de projeto (<i>Design Patterns</i>); Software baseado em componentes; Arquiteturas de componentes; <i>Server Components</i> ; <i>Frameworks</i> ; Técnicas de construção de <i>frameworks</i> ; Metodologia de desenvolvimento de <i>frameworks</i> ; Refactoring.				
Bibliografia básica: FOWLER, M. Padrões de Arquitetura de Aplicações Corporativas . Porto Alegre: Bookman, 2006. BORATTI, I. Camilo. Programação Orientada a Objetos em Java . 1. ed. Florianópolis: Visual Books, 2007. SANTOS, R. Introdução à Programação Orientada a Objetos Usando Java . Rio de Janeiro: Campus, 2003.				
Bibliografia Complementar: PINHEIRO, Francisco A. C. Fundamentos de Computação e Orientação a Objetos Usando Java . Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006. GAMMA, E. <i>et al.</i> Padrões de projeto: soluções reutilizáveis de software orientado a objetos . Porto Alegre: Bookman, 2005. BARNES, David J.; KOLLING, M. Programação Orientada a Objetos com Java . São Paulo: Makron Books, 2004.				

ANÁLISE E PROJETO DE SISTEMAS		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 21	Período: 4º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Processos de desenvolvimento; A concepção de um sistema; A construção de um sistema; Artefatos de desenvolvimento; Fluxos de trabalho; Perfis dos desenvolvedores; Especificação de requisitos; Análise; Artefatos na análise; Projeto; Artefatos no projeto; Implementação; Artefatos na implementação; Testes; Artefatos no teste.				
Bibliografia básica: ILVA, Nelson Peres da. Análise de sistemas de informação: conceitos, modelagem e aplicações . São Paulo: Érica, 2014. 120 p. (Série Eixos Informação e comunicação). ISBN 9788536508054. WAZLAWICK, Raul Sidnei. Análise e design orientados a objetos para sistemas de informação: modelagem com UML, OCL e IFML . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 462 p. ISBN 9788535279849. MEDEIROS, Ernani Sales de. Desenvolvendo software com UML 2.0/ definitivo . São Paulo: Pearson Makron Books, 2004. 264p. ISBN 8534615292.				
Bibliografia Complementar: BOOCH, Grady; JACOBSON, Ivan; RUMBAUGH, James. UML: Guia do Usuário . Editora Campus, 2000. BORATTI, I. Camilo. Programação Orientada a Objetos em Java . 1. ed. Florianópolis: Visual Books, 2007. FLANAGAN, D. Java - O Guia Essencial . 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.				
AVALIAÇÃO DE APRENDIZADO		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	15	1
		TOTAL	30	4

Obrigatória	Código: 22	Período: 4º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Pressupostos epistemológicos, históricos e filosóficos da avaliação do processo ensino aprendizagem. Avaliação formativa e crítica. Metodologia e instrumentos utilizados na avaliação e sua aplicação. A ética do avaliador.				
Bibliografia básica: GANDIN, Danilo. Prática do planejamento participativo . Petrópolis: Vozes, 1994. LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da Aprendizagem Escolar . São Paulo; Cortez, 2003. SANT'ANNA, Flávia M. & ENRIGONE D. Planejamento de ensino e avaliação . 11ª ed. Porto Alegre: S. Ed.. 1995. VASCONCELOS, Celso. A avaliação como prática libertadora .				
Bibliografia Complementar: BRENDAN, Coleman Mac Donald (Org.). Esboços em Avaliação Educacional . Fortaleza, Porto Alegre: Edições UFC, 2003. HOFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade . Porto Alegre: Editora Mediação, 1993. VIANNA, H.M. Avaliação Educacional (teoria, planejamento e modelos). São Paulo: IBRASA, 2000. MORETTO, Vasco Pedro. Prova: momento privilegiado de estudo ou acerto de contas . Rio de Janeiro: DP&A.				

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	30	2
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 23	Período: 4º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Fundamentos da Sociologia e suas relações com a Educação. A educação como fato social, processo social e reprodução de estruturas sociais. Dinâmica do comportamento social. A escola e sua inscrição no contexto da sociedade brasileira. A produção das desigualdades sociais e a desigualdade de oportunidades educacionais. Formas de seleção e organização dos conhecimentos escolares Conexões entre processos culturais e educação. Questões atuais que envolvem a relação educação e sociedade. Educação contemporânea e relações étnico-raciais, culturais e sociais. Educação e estereótipos de gênero, raça e classe social. Estudo sociológico na educação.				
Bibliografia básica: BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas . São Paulo: Perspectiva, 1987. CORCUFF, P. As novas sociologias: construções da realidade social . Bauru: EDUSC, 2001. DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia . São Paulo: Melhoramentos, 1965				
Bibliografia Complementar: CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais . 2ª.ed. Bauru: EDUSC, 2002. DANDURAND, P. OLLIVIER, E. Os paradigmas perdidos: ensaio sobre a sociologia da educação e seu objeto , Teoria e Educação, Porto Alegre, nº 3, 1991, p.120-142 DAYRELL, Juarez (org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura . Belo Horizonte: ed. UFMG, 1996. ENGUITA, F.M.. A face oculta da escola . Porto Alegre, Artes Médicas, 1989. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . GENTILI, P.(Org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em Educação . Petrópolis, Vozes, 1995. GREEN, B. e BIGUM, C. "Alienígenas em sala de aula", In.: Silva, T.T.(org.) Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação , Petrópolis: Vozes, 1995, p. 208-45. OLIVEIRA, D. A. Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza . Petrópolis: Vozes, 2000. TURA, M.L.R.(org.) Sociologia para educadores . Rio de Janeiro: Quartet, 2001.				

BANCO DE DADOS		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2

		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 24	Período: 4º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Modelagem e especificação de requisitos. Importância da modelagem. Comportamento estático e dinâmico de sistemas e o processo de modelagem. Linguagens de modelagem. Diagramas em um modelo. Níveis de modelagem: conceitual, lógica e física. Integração de modelos. Abordagem E-R. Abordagem Orientada a objetos. Ambiente corporativo: abordagem top-down e bottom-up. Organização e compatibilização dos modelos. Prototipação. Padrões de arquitetura e projeto.				
Bibliografia básica: BOOCH, G., RUMBAUGH, J., JACOBSON, I. UML – Guia do Usuário . 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. CRAIG, L. Utilizando UML e Padrões . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. Sistemas de banco de dados . Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002.				
Bibliografia Complementar: BLAHA, M., PREMERLANI, W. Object-Oriented Modeling and Design for Database Applications . Prentice Hall. COUGO, Paulo. Modelagem Conceitual . Rio de Janeiro: Campus, 1997.				

ENGENHARIA DE SOFTWARE		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 55	Período: 4º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Introdução à engenharia de software; Desenvolvimento profissional de software; Ética na engenharia de software; Processos de desenvolvimento; Desenvolvimento ágil de software; Engenharia de requisitos; Análise, projeto e implementação de software; Testes de software.				
Bibliografia Básica: SOMMERVILLE, I. Engenharia de Software . 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. PRESSMAN, R.S. Engenharia de Software . 5ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2002. LARMAN, C. Utilizando UML e padrões: uma introdução a análise e projeto orientados a objetos . Porto Alegre: Bookman, 2004.				
Bibliografia Complementar: WAZLAWICK, Raul Sidnei. Análise e Projeto de Sistemas de Informação Orientados a Objetos . Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, 2ª ed. FOWLER, Martin. UML Essencial: um breve guia para linguagem padrão . Bookman Editora, 2014. SILVA, N. Projeto e Desenvolvimento de sistemas . Editora Érica. BOOCH, Grady; JACOBSON, Ivan; RUMBAUGH, James. UML: Guia do Usuário . Editora Campus, 2000. BLAHA, Michael; RUMBAUGH, James. Modelagem e Projetos Baseados em Objetos com UML 2 . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. TAN, Pang-Ning. Introdução ao data mining: mineração de dados . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009. 900 p.				

5º SEMESTRE

DESENVOLVIMENTO WEB		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 25	Período: 5º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Padrões, protocolos e especificações para Web Services. Frameworks e interfaces para o desenvolvimento de Web Services. Métodos, técnicas e ferramentas para Desenvolvimento Baseado em Componentes. Arquiteturas para Desenvolvimento Baseado em Componentes. Projeto Orientado a Componentes. Reutilização de Componentes em aplicações WEB. Interfaces para processamento de XML. Conceitos e principais aplicações de ExtremingProgramming. Introdução a conceitos de Programação Orientada a Aspectos. Prática de Projeto.				
Bibliografia básica: LEMAY, Laura; COLBURN, Rafe; TYLER, Denise. Aprenda a criar páginas Web com HTML e XHTML em 21 dias. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. 1110 p. ISBN 85-346-1428-8. SILVA, Maurício Samy. Construindo sites com CSS e (X)HTML: sites controlados por folhas de estilo em cascata. São Paulo: Novatec, 2008. 446p. ISBN 9788575221396. SOARES, Bruno Augusto Lobo. Aprendendo a linguagem PHP. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007. ISBN 9788573936584. SILVA, Maurício Samy. Ajax com JQuery: requisições Ajax com a simplicidade de JQuery. São Paulo: Novatec, 2009. 328p. ISBN 9788575221990.				
Bibliografia Complementar: BULGER Brad, GREENSPAN Jay, and WALL David. MySQL/PHP Database Applications. Second Edition. Indianapolis, Indiana: Wiley Publishing , 2004. CONVERSE Tim, PARK Joyce, MORGAN Clark. PHP5 and MySQL Bible. Indianapolis, Indiana: Wiley Publishing , 2004.				

REDES DE COMPUTADORES		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	15	1
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 27	Período: 5º	Pré-Requisito: -	Departamento:
Ementa: Conceitos básicos de rede: modelos, camadas, protocolo, serviços, arquitetura. Tipos de rede, locais, de longa distância e metropolitanas. Funcionalidade específica das camadas do software de redes: modelos OSI e TCP/IP. Principais soluções tecnológicas para a camada física. Principais tecnologias de redes locais (LAN) e de longa distância (WAN). Princípios de roteamento. Principais equipamentos de interconexão de redes. Funcionalidades básicas dos protocolos de aplicação: correio eletrônico, transferência de arquivos, emulação de terminais, serviços de diretório de redes, suporte a aplicações Web e outros.				
Bibliografia básica: COMER, D. E. Redes de Computadores e a Internet. 4a. Edição Porto Alegre: Bookman. 2007. KUROSE, J. ROSS, K. Redes de Computadores e a Internet: Uma nova abordagem. 3ª Edição. São Paulo: Addison-Wesley, 2006. TORRES, Gabriel. Redes de Computadores - Versão Revisada e Atualizada. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2009.				
Bibliografia Complementar: TANENBAUM, A. S. Redes de Computadores. Tradução da quarta edição original. Rio de Janeiro: Campus, 2005. SPURGEON, C. E. Ethernet - O guia definitivo. Rio de janeiro: Campus, 2000.				

METODOLOGIA DE PESQUISA		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	60	4
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 28	Período: 5º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: O conceito de ciência e os pressupostos básicos da abordagem científica. O processo da pesquisa. A pesquisa em Educação. O acesso à informação científica. Normalização e estruturação de projetos científicos. Planejamento e elaboração das etapas de um projeto de pesquisa.				
Bibliografia básica: BECKER, F. MARQUES, Tânia. Ser professor é ser pesquisador . Porto Alegre: Mediações, 2007. SILVA, Ivo Falcão da; ASSIS, Jamille Maria Nascimento de. Manual (prático) de produções acadêmicas . Simões Filho: [s.n.], 2014. 41 p. ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação . 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.				
Bibliografia Complementar: BARROS, Aidil J. da Silveira; LEHFELD, Neide A. de Souza. Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica . 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.				

ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	60	4
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 29	Período: 5º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: A Política Educacional Brasileira: concepções e implicações. A educação e a Constituição Federal Brasileira. Sistema escolar brasileiro. Estrutura administrativa no ensino brasileiro. Níveis e modalidades da educação. Princípios e finalidades do Ensino Fundamental e Médio. Organização formal da escola. O educador e a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Plano Decenal de Educação. Educação brasileira X educação baiana.				
Bibliografia básica: BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais . Brasília: MEC/SEF, 1997. Acessado em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Resolução 2/98. Diretrizes curriculares nacionais do ensino fundamental . Brasília: MEC/SEF, 1998. Acessado em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizes_curriculares_consolidado.pdf BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Resolução 3/98. Diretrizes curriculares nacionais do ensino médio . Brasília: MEC/SEF, 1998. Acessado em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf				
Bibliografia Complementar: BUFFA, E. Nosella & ARROYO, M. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? Curitiba: Cortez, 1996. CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítica compreensiva artigo a artigo . Rio de Janeiro: Vozes, 1998. FERNANDES, A V et alli. Nova LDB: trajetória para a cidadania? São Paulo: Arte & Ciência, 1998. GADOTTI, Moacir. Escola vivida, escola projetada . Campinas: Papirus, 1995.				

METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO EM COMPUTAÇÃO I		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2

		Prática	-	-
		Prática de Ensino	30	2
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 30	Período: 5º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Principais concepções das diversas correntes sobre ensino e aprendizagem de Ciências e sobre a natureza da Ciência. Conteúdos para o ensino da Computação, dimensões conceitual, procedimental e atitudinal do conteúdo, níveis macro, micro e representacional do conhecimento computacional. Ciência, Tecnologia e Sociedade. Concepções alternativas. Competências. Princípios para a organização e seleção conteúdo. Estratégias para o ensino da Computação. Contribuição da pesquisa em ensino da Computação para o ensino fundamental e médio				
Bibliografia básica: MORTIMER, Eduardo F.. Linguagem e formação de conceitos no ensino de ciências . Belo Horizonte: Ed. UFMG. HOFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade . Porto Alegre: Editora Mediação, 1993. DAYRELL, Juarez (org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura . Belo Horizonte: ed. UFMG, 1996.				
Bibliografia Complementar: SAVIANI, Demerval. Política e Educação no Brasil . São Paulo: Cortez, 1987. BUFFA, E. Nosella & ARROYO, M. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? Curitiba: Cortez, 1996. CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítica compreensiva artigo a artigo . Rio de Janeiro: Vozes, 1998.				

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM COMPUTAÇÃO I		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	75	5
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	105	7
Obrigatória	Código: 31	Período: 5º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Prática profissional supervisionada de OBSERVAÇÃO, desenvolvida em campo de estágio Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental, Médio e/ou Técnica e/ou na modalidade de EJA– (públicas ou privadas). Envolvem Propostas pedagógicas e estratégias de ensino da Computação. Análise e pesquisa do currículo, PPP, planos e projetos desenvolvidos dentro da instituição observada. Acompanhamento do conteúdo e metodologia do ensino da computação, bem como dos instrumentos avaliativos utilizados. Pesquisas e acompanhamentos que percorrem a trajetória escolar, aprovação, repetência e evasão. Condições de trabalho dos docentes. Relação da escola com o sistema e com a comunidade. Elaboração de relatórios, artigos e ensaios que descrevam e reflitam sobre as atividades desenvolvidas, bem como a apresentação de seminário interdisciplinar de estudos e práticas integradoras no ensino da computação.				
Bibliografia básica: BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 . Brasília: Ministério da Educação, 1996. BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (Resolução Nº 2, de 1º de Julho de 2015). Brasília: Ministério da Educação, 2015. MEIRIEU, P. O Cotidiano da Escola e da Sala de Aula . Artmed, 2005. SILVA, Ivo Falcão da; ASSIS, Jamille Maria Nascimento de. Manual (prático) de produções acadêmicas . Simões Filho: [s.n.], 2014. CUNHA, M. Isabel. O Bom Professor e sua prática . Campinas/SP. 1995. FAZENDA, Ivani C. Arantes [et al]. A prática de ensino e o estágio supervisionado . Campinas: Papirus, 2005. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia . São Paulo: Paz e Terra, 2002. LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e aprendizagem da formação docente . Brasília: Liberlivro, 2012. PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Docência em Formação. Série Saberes Pedagógicos).				

Bibliografia Complementar:

- CANDAU, Vera Maria (org.). **A didática em questão**. Petrópolis, Vozes, 1993.
- GARRIDO, Elsa. **Sala de aula**: espaço de construção do conhecimento para o aluno e de pesquisa e desenvolvimento profissional para o professor. In: CARVALHO, Anna Maria Pessoa; CASTRO, Amélia Domingues (orgs.). **Ensinar a ensinar: Didática para a escola fundamental e média**. São Paulo: Pioneira, 2001.
- IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e incerteza. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Disciplina e integração curricular**: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- PICONEZ, Stela C.B. [et. al.]. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. D´ÁVILA, Cristina (orgs.). **Profissão docente**: Novos sentidos, novas perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. AMARAL, Ana Lúcia (orgs.). **Formação de professores**: políticas e debates. 5ª Ed. Campinas: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

6º SEMESTRE

OPTATIVA I		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	60	4
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 32	Período: 6º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa:				
Bibliografia básica:				
Bibliografia Complementar:				

MULTIMÍDIA E HIPERMÍDIA		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	15	1
		Prática de Ensino	15	1
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 34	Período: 6º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Teoria e introdução à realidade virtual. Hardware e Software utilizados; Hardware - dispositivos não-convencionais de E/S (entrada e saída). Realidade virtual na Internet e em programas educacionais. Conceitos e aplicações multimídia. Estudos de casos: Ambientes escolares e aplicações multimídia. Hipertexto e hipermídias. A estruturação de hipertextos. Modelagem e Autoria. Plataformas e ferramentas de desenvolvimento. Produção, implementação e avaliação de produtos educacionais. Sistemas cooperativos. Sistemas adaptativos. Projeto e implementação de ambientes de ensino e aprendizagem na WEB. Introdução à realidade virtual.				
Bibliografia básica: ÁVILA, Renato Nogueira Perez. Streaming: Crie sua própria Rádio WEB e TV Digital. Rio de Janeiro: Brasport, 2004. FILHO W. de Padua Paula. Multimídia: Conceitos e Aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2000. LEÃO, Lucia. O labirinto da hipermídia: arquitetura e navegação no ciberespaço. 3ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2005. ISBN 85-7321-093-1. BAIRON, Sérgio. O que é hipermídia. São Paulo: Brasiliense, 2011. 141 p. (Coleção primeiros passos ; v. 342). ISBN 9788511001716.				
Bibliografia Complementar: BAIRON, S. Multimídia. 1.ed. Rio de Janeiro: Global, 1995. PEREIRA, V. A. Multimídia Computacional: Produção, Planejamento & Distribuição. Florianópolis: Visual Books, 2001.				

GERÊNCIA DE PROJETOS		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

	35	6º		
Ementa: Planejamento estratégico de sistemas de informação e planejamento de sistemas. Modelos organizacionais e de gerência. Fundamentos de gerência. Instrumentos de gerência. Pensamento sistêmico com mapeamento de processos. Aprendizado de equipes. Gestão da qualidade.				
Bibliografia básica: PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE ? PMI. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos: (guia PMBOK) . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. xxi, 589 p. ISBN 9788502223721. VIEIRA, Marconi. Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação . Editora Campus, 2003. LACERDA, Samuel Souza; SANTOS NETO, Silvino Alves dos (Xavier, Fábio Warley da Silva (Orient. Uso do guia de gerenciamento de projetos PMBOK na condução do desenvolvimento de um aplicativo escolar . 2014. 110 p.				
Bibliografia Complementar: QUADROS, Márcio. Gerência de Projetos de Software – Técnicas e Ferramentas . Florianópolis: Visual Books. HELDMAN, Kim. Gerência de Projetos: Fundamentos . Rio de Janeiro: Campus, 2005.				

LIBRAS		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	30	2
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 36	Período: 6º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Vocabulário em língua de sinais brasileira. Tópicos sobre a escrita de sinais. Aquisição do sistema de escrita de língua de sinais pela compreensão dos códigos próprios de sinais e trabalho prático com a mesma. Fonologia e morfologia. Morfemas. Uso de expressões faciais gramaticais e afetivas. Estrutura da frase. Semântica e pragmática. Prática de LIBRAS na educação.				
Bibliografia básica: QUADROS, Ronice Muller de. O tradutor e interprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa: Programa Nacional de Apoio e Educação de Surdos. MEC Secretária de Educação Especial. Brasília: 2004. 94p. FERNANDES, Eulália. Surdez e bilingüismo . Porto Alegre: Mediação, 2004. DOLLE, Jean-Marie & BELLANO, Denir. Essas crianças que não aprendem: diagnósticos e terapia cognitiva. Petrópolis: Vozes 1996. GOES, Maria Cecilia Rafael de. Linguagem, surdez e educação . Campinas: Autores Associados, 1996.				
Bibliografia Complementar: CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira . 2. ed. São Paulo: USP, 2001. Brasil. Ministerio da Educacao e do Desporto. Secretaria de Educacao Especial. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental . SEESP. Brasília: 1997. Brasil. Ministerio da Educacao e Cultura. Proposta curricular para deficientes auditivos - manual do professor : didatica especial. MEC. Brasília: 1979. 104p.				

METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO EM COMPUTAÇÃO II		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	30	2
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 37	Período: 6º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa:				

<p>Importância e papel das atividades experimentais no ensino da Computação nas últimas décadas. Tipos de atividades experimentais, suas funções e adequação a diferentes realidades educacionais. Planejamento de atividades experimentais fundamentadas em pressupostos teóricos e metodológicos; planejamento e organização do espaço físico para o desenvolvimento de atividades, considerando aspectos pedagógicos, de segurança e ambientais. Avaliação da aula experimental, interação professor-aluno, conteúdo, competências, atitudes dos alunos. Contribuição da pesquisa em ensino da Computação para o ensino fundamental e médio.</p>
<p align="center">Bibliografia básica:</p> <p>MORTIMER, Eduardo F.. Linguagem e formação de conceitos no ensino de ciências. Belo Horizonte: Ed. UFMG.</p> <p>HOFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 1993.</p> <p>DAYRELL, Juarez (org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1996</p>
<p align="center">Bibliografia Complementar:</p> <p>SAVIANI, Demerval. Política e Educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 1987.</p> <p>BUFFA, E. Nosella& ARROYO, M. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? Curitiba: Cortez, 1996.</p> <p>CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico compreensiva artigo a artigo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.</p>

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM COMPUTAÇÃO II		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	75	5
		Prática de Ensino		
		TOTAL	105	7
Obrigatória	Código: 38	Período: 6º	Pré-Requisito: 31	Departamento:
<p align="center">Ementa:</p> <p>Estágio de CO-PARTICIPAÇÃO a ser desenvolvido com a intenção de investigar a realidade da escola, buscando desenvolver o olhar investigativo enquanto pesquisador e educador desenvolvido em campo de estágio Docência na educação infantil e/ou nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio(escolas públicas ou privadas). Propostas pedagógicas e estratégias de ensino da computação na Educação Infantil e/ou nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Práticas docentes que proponham Inovações tecnológicas fazendo uso da criatividade. A importância do estágio na formação profissional. O professor-pesquisador: formando educadores. O cotidiano da escola. Co-participação de aulas e eventos culturais na escola campo de estágio. Aproximação dos estudantes com o exercício da docência, com práticas de organização e de gestão pedagógica, e a participação em atividades de pesquisas educacionais. Análise dos resultados de todas as pesquisas, documentos oficiais escolares e elaboração do relatório final de estágio e seminário interdisciplinar.</p>				
<p align="center">Bibliografia básica:</p> <p>ANDRÉ, Marli (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001.</p> <p>CUNHA, M. Isabel. O Bom Professor e sua prática. Campinas/SP. 1995.</p> <p>FAZENDA, Ivani C. Arantes (et al). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 2005.</p> <p>FERNANDEZ, C. T. Os métodos de preparação de material didático impresso para EAD. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (Orgs.). Educação a Distância: o estado da arte”. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.</p> <p>FRANCO, Marco. Elaboração de material didático impresso: conceitos e propostas. In: CORREA, Juliane. “Educação a Distância: Orientações Metodológicas”. Porto Alegre; Artmed, 2007.</p> <p>MEIRIEU, P. O Cotidiano da Escola e da Sala de Aula. Artmed, 2005.</p> <p>SILVA, Ivo Falcão da; ASSIS, Jamille Maria Nascimento de. Manual (prático) de produções acadêmicas. Simões Filho: [s.n.], 2014.</p>				
<p align="center">Bibliografia Complementar:</p> <p>MOORE, M; KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Thomson, 2007.</p> <p>PIMENTA, Selma G.; LIMA, M.S.L. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>SANTOS, Marizete; SILVA, Ivanda; SANTANA, Alcina. Estágio Curricular Supervisionado I: material didático. Recife, UFRPE, 2009. (v.1,2,3).</p>				

SILVA, Lazara; MIRANDA, Maria Irene (Orgs.). **Estágio Supervisionado e Prática de Ensino:** desafios e possibilidades. Belo Horizonte, FAMEPIG, 2008.

7º SEMESTRE

INTERAÇÃO HUMANO-COMPUTADOR		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	15	1
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 39	Período: 7º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Aspectos da área de Interface Homem – Computador. Fundamentos de fatores humanos em IHC. Padrões de interface. Métodos e ferramentas de avaliação de interfaces. Usabilidade e acessibilidade de sistemas. Técnicas para implementação de interfaces. Ferramentas de suporte. Projeto de interface de software educacional.				
Bibliografia básica: BENYON, David. Interação humano-computador . 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 442 p. ISBN 9788579361098. NETTO A. A. de Oliveira. IHC: Modelagem e Gerência de Interfaces com o Usuário . São Paulo: Visual Books. ROCHA, Heloisa V.; BARANAUSKAS, M. Cecília C. Design e Avaliação de Interfaces Humano-Computador . Brasília: Brasiliense, 2003.				
Bibliografia Complementar: HICKSON R. Projetos de Sistemas Web Orientados à Interface . 1.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003. LIMA, V. Técnicas para Web Design e HTML . São Paulo: Book Express, 2001.				

MÉTODOS CIENTÍFICOS EM COMPUTAÇÃO		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	60	4
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 40	Período: 7º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Conceitos e técnicas para preparação de projetos de pesquisa: introdução, objetivos, metodologia, justificativa, resultados esperados, estado da arte, desenvolvimento, experimentos, conclusões. Conceitos e técnicas para proceder à revisão bibliográfica e a escrita de artigos científicos.				
Bibliografia básica: Wazlawick, R. S. Metodologia de Pesquisa para Ciência da Computação, Rio de Janeiro, Elsevier, 2009. MORO, M. M. A Arte de Escrever Artigos Científicos. Disponível em: http://homepages.dcc.ufmg.br/~mirella/doku.php?id=escrita . Acesso em 13 de março de 2013. TRAINA, A. J. M.; TRAINA Jr., C. Como Escrever Artigos. 2002. Disponível em: http://gbdi.icmc.sc.usp.br/disciplinas/sce-5845/ComoEscrever/ . Acesso em 5 janeiro 2009.				
Bibliografia Complementar: ALVES, M. B. M.; ARRUDA, S. M. Como fazer Referências: Bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos. Atualizada em fevereiro 2007. Disponível em: < http://www.bu.ufsc.br/design/framesrefer.php >. Acesso em: 6 fevereiro 2009. AREAL, A. C. B. Plágio e Direito Autoral na Internet Brasileira. 1997. Disponível em: < http://www.persocom.com.br/brasil/plagio1.htm >. Acesso em: 2003. ECO, H. Como se faz uma Tese. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1989. 170p. Título original: Como se fa una Tesi di Laurea. GRIDDITHS, R. How to write a dissertation. Disponível em: < http://www.it.bton.ac.uk/staff/rng/papers/writediss.html >. Acesso em: 5 novembro 2008. 10 Passos para Escrever uma tese http://www1.aucegypt.edu/academic/writers/home.htm LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 6a ed. São				

OPTATIVA II	Carga Horária (h)	Créditos
-------------	-------------------	----------

		Teórica	60	4
		Prática	-	-
		Prática de Ensino		
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 41	Período: 7º	Pré-Requisito: -	Departamento:
Ementa:				
Bibliografia básica:				
Bibliografia Complementar:				

SOFTWARE EDUCACIONAL		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	15	1
		Prática de Ensino	15	1
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 42	Período: 7º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa:				
Conceitos gerais de análise e projetos educacionais. Tipos de software educacional. Computador como máquina de ensinar ou como ferramenta. Técnicas de desenvolvimento e gerenciamento de projetos educacionais. Desenvolvimento de projeto educacional aplicado ao ensino.				
Bibliografia básica:				
TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade . 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Érica, 2017. 224 p. ISBN 9788536503905.				
SILVA, Robson Santos da. Moodle para autores e tutores . 3. ed. São Paulo: Novatec, 2013. 168 p. ISBN 9788575223505.				
SILVA, N. Peres da, Projeto e Desenvolvimento de Sistemas . 9.ed. São Paulo: Érica, 2001.				
Bibliografia Complementar:				
PRESSMAN, R. S. Engenharia de Software. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 1995.				
VALENTE, J. A. Computadores e Conhecimento. Repensando a Educação . Campinas, São Paulo: Gráfica Central da UNICAMP, 1993.				

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	15	1
		Prática de Ensino	15	1
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 43	Período: 7º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa:				
Estudo dos processos de conhecimento-aprendizagem dentro do novo contexto advindo dos processos de informatização social. Análise das dimensões técnicas e pedagógicas de experiências educativas apoiadas em tecnologias digitais e de seus efeitos nos processos e operações com o conhecimento. Estudo e experiências de uso de ferramentas digitais na prática docente: interação via internet, vídeo e tele conferência na formação do Licenciado em Computação.				
Bibliografia básica:				
BARBOSA, R. Ambientes virtuais de aprendizagem . Porto Alegre: ArtMed, 2005.				
BELLONI, M.L. Educação a distância . Campinas: Editora Autores Associados, 2001.				
KENSKI, Vani. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação . Campinas: Papirus, 2007.				
KENSKI, Vani. Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância . Campinas: Papirus, 2004.				

Bibliografia Complementar:

CAMPOS, F.; SANTORO, F., BORGES, M. e SANTOS, N. **Cooperação e aprendizagem on-line**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MORAES, M.C. (org). **Educação a Distância: fundamentos e práticas**. Campinas, Nied/Unicamp, 2001. Disponível na Internet: <http://www.nied.unicamp.br/oea/pub/livro3/index.html>

PALOFF, R. e PRATT, K. **Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficientes para a sala de aula on-line**. Porto Alegre, ArtMed, 2002.

POCHO, C.L.; AGUIAR, M.; SAMPAIO, M. e LEITE, L.S. **Tecnologia Educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM COMPUTAÇÃO III		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	75	5
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	105	7
Obrigatória	Código: 44	Período: 7º	Pré-Requisito: 38	Departamento:
Ementa: Prática profissional supervisionada de REGÊNCIA, desenvolvida em campo de estágio Docência no Ensino Médio Técnico e/ou na modalidade PROEJA no IFBA. Investigação, análise e regência de processos educativos no ensino da computação. Levantamento de projetos de aprendizagem colaborativa e problematização da realidade. Desenvolvimento de projetos envolvendo problemas da escola e da comunidade abordando os temas interdisciplinares. Avaliação e uso das práticas tecnológicas educativas inovadoras. Autoavaliação, avaliação da aprendizagem e estratégias metodológicas no ensino da computação e análise crítica do trabalho pedagógico. Relatório final e seminário transdisciplinar sobre a experiência de regência nas práticas pedagógicas de ensino e trabalho docente.				
Bibliografia básica: CAMBRAIA, Adão Caron; Pedrosa, Eliana Fritzen. Construção Identitária do Professor de Computação na Integração Curricular: Dos Documentos à Ação . Revista CONTEXTO & EDUCAÇÃO. Editora Unijuí, Ano 32, nº 103, Set./Dez. 2017, p. 5-28. CUNHA, M. Isabel. O Bom Professor e sua prática . Campinas/SP. 1995. LIBÂNEO, José Carlos. Didática . 2ª ed., São Paulo, ed. Cortez, 2012. LIMA, Maria Socorro Lucena. Reflexões sobre o estágio/ prática de ensino na formação de professores . Revista Diálogo Educacional, vol. 8, núm. 23, enero-abril, 2008, p. 195-205. MEIRIEU, P. O Cotidiano da Escola e da Sala de Aula . Artmed, 2005. SILVA, Ivo Falcão da; ASSIS, Jamille Maria Nascimento de. Manual (prático) de produções acadêmicas . Simões Filho: [s.n.], 2014. PANIZ, Catiane Mazocco; FREITAS, Deisi Sangoi. O uso de diários na formação inicial de professores . Jundiaí: Paco Editorial, 2011. ROSA, Dora Leal; LORDÊLO, José Albertino Carvalho. Famílias Educógenas: como as famílias pobres criam ambientes favoráveis ao sucesso escolar . In: TENÓRIO, R; LORDÊLO, J. A. C. (orgs). Educação básica: contribuições da pós-graduação e da pesquisa. Salvador: EDUFBA, 2009. ZABALA, Antoni. A prática educativa: Como ensinar . Artmed: Porto Alegre, 1998.				
Bibliografia Complementar: LIMA, Luciana de; LOUREIRO, Robson Carlos. Conheça a Tecnodocência e sua importância na formação de docentes . Revista SBC Horizontes, Disponível em: http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/08/conheca-a-tecnodocencia-e-sua-importancia-na-formacao-de-docentes/ Acesso em: 01 nov. 2020. MARTINS, M. C.; BELTAS, S. A. Infância, cidade e escola: itinerários da pesquisa com criança na rede pública de Aracaju . NEVES, P. S. C. (org.). Educação e cidadania: questões contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.				

EDUCAÇÃO INCLUSIVA	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	30	2
	Prática	-	-
	Prática de Ensino	30	2
	TOTAL	60	4

Obrigatória	Código: 56	Período: 7º	Pré-Requisito:	Departamento:
<p align="center">Ementa:</p> <p>Aspectos históricos e conceituais da Educação Especial numa perspectiva inclusiva. Direitos Humanos e Educação Inclusiva. Princípios e Políticas da Educação Inclusiva no contexto educacional e nacional. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Organização curricular e práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva nos diversos níveis e modalidades de ensino. Tecnologia Assistiva. Os alunos com necessidades educacionais específicas: especificidades e práticas pedagógicas.</p>				
<p align="center">Bibliografia Básica</p> <p>SANTOS, Maria Lícia dos (Org.). Educação, Inclusão e o mundo do trabalho: percalços, desafios e possibilidades. Goiânia: Editora da PUC-Goiás, 2017. 198 p. ISBN 9788571039537.</p> <p>CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos 'is'. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. 174 p. ISBN 9788587063885.</p> <p>SILVA, Aida Maria Monteiro; COSTA, Valdelúcia Alves da; CROCHIK, José Leon; PRADO, Rosana. Educação inclusiva e direitos humanos: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2015. 188 p. (Coleção educação em direitos humanos). ISBN 9788524923630.</p>				
<p align="center">Bibliografia Complementar</p> <p>ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi de. Leitura e surdez : um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.</p> <p>Sinais de A a L. In: CAPOVILLA, Fernando César. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. Colaboração de Walkiria Duarte Raphael. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. v.1. ISBN:85-314-0668-4.</p> <p>Sinais de M a Z. In: CAPOVILLA, Fernando César. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. Colaboração de Walkiria Duarte Raphael. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. v.2. ISBN:85-314-0669-2.</p> <p>DOLLE, Jean-Marie & BELLANO, Denir. Essas crianças que não aprendem: diagnósticos e terapia cognitiva. Petrópolis: Vozes 1996.</p> <p>ARAÚJO, V. C. O jogo no contexto da educação psicomotora. São Paulo: Cortez, 1992.</p> <p>AMARAL, Lígia. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Júlio G. (Org.). Diferenças e preconceitos. São Paulo: Summus, 1998.</p> <p>FERNANDES, E. Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro: Agir, 1990.</p> <p>FERREIRA, Julio R. A exclusão da diferença. São Paulo: 1ª ed. Ed. UNIMEP, 1994.</p> <p>FONSECA, V. Introdução às dificuldades de aprendizagem. 2ª ed. rev. e aum. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.</p> <p>FREITAS, Soraia Napoleão. Uma escola para todos: Reflexões sobre a prática educativa. Inclusão Revista da Educação Inclusiva, Brasília, ano 02, nº. 3, p.37-40, dezembro, 2006.</p> <p>GOLDSTEIN, Eduardo; FREITAS, Luiz A. S. Crianças sem problemas: recomendações práticas de dois médicos homeopatas. São Paulo: Gente, 1994.</p> <p>LANG, Jean Louis. A infância inadaptada: problema médico social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.</p> <p>FERNANDES, Eulália. Surdez e bilingüismo. Porto Alegre: Mediação, 2004.</p> <p>GOES, Maria Cecilia Rafael de. Linguagem, surdez e educação. Campinas: Autores Associados, 1996.</p>				

8º SEMESTRE

TCC		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	60	4
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 45	Período: 8º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: O aluno irá desenvolver um projeto de pesquisa em Ensino da Computação sob a orientação de um dos professores do Curso de Licenciatura em Computação.				
Bibliografia básica: Será relacionado à área em que o aluno vai desenvolver o seu projeto de pesquisa no Ensino da Computação.				
Bibliografia Complementar:				

OPTATIVA III		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	60	4
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	6
Obrigatória	Código: 46	Período: 8º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa:				
Bibliografia básica:				
Bibliografia Complementar:				

ECONOMIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	60	4
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 48	Período: 8º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: A perspectiva econômica do processo educacional. A relação entre educação e estrutura social capitalista. Introdução ao estudo das relações entre família, educação, mão-de-obra, mercado de trabalho e renda. A teoria do Capital Humano. O estudo das externalidades geradas pela educação. A relação entre educação e crescimento econômico. Educação e economia solidária. Intersecção entre mundos do trabalho, raça e gênero.				
Bibliografia básica: ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação o trabalho. 6. Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 101 – 118. KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.				

PIRES, Valdemir. Economia da Educação para além do capital humano . São Paulo: Cortez, 2005.
Bibliografia Complementar:
MARQUES, Margarida Fernandes. A Decisão Política em Educação. O Partenaria do Sócio-Educativo como Modelo Decisional. O Caso das Escolas Profissionais . Porto: Edições Afrontamento, 1994.
MARX, Karl e ENGELS, Friederich. Crítica da Educação e do Ensino . Paris: Morais Editores, 1976.

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	15	1
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 49	Período: 8º	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Noções de ética e moral. O papel das novas tecnologias de comunicação e do desenvolvimento científico contemporâneo. O sentido das novas transformações, propiciadas pela globalização, para diferentes grupos e ambientes culturais. Novos valores e conflitos de papéis. Ética profissional. A diversidade religiosa. Função social das várias atividades a serem desenvolvidas pelo futuro graduado; as entidades de classe. Direitos e deveres do profissional. Normas genéricas relativas à profissão.				
Bibliografia básica: GALLO, Silvio (Coord.). Ética e cidadania: caminhos da Filosofia (elementos para o ensino de Filosofia) . Campinas, SP: Papyrus, 1997. 112p. TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Org.). Brasil, violação dos direitos humanos: Tribunal Russell II . João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. 346 p. ISBN 9788523709167. NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. Cidadania para principiantes: a história dos direitos do homem . São Paulo: Ática, 2008. 215 p. (Principiantes). ISBN 9788508085491.				
Bibliografia Complementar: AMARAL, Antônio Carlos R. do. Ética social e governamental: advocacy e lobby: uma proposta para o exercício da cidadania na democracia contemporânea . São Paulo: Hottopos, 1997. 151p.				

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM COMPUTAÇÃO IV		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	75	5
		Prática de Ensino		
		TOTAL	105	7
Obrigatória	Código: 50	Período: 8º	Pré-Requisito: 44	Departamento:
Ementa: Prática profissional supervisionada de REGÊNCIA em extensão e/ ou monitoria, desenvolvida em campo qualquer nível de ensino. Elaboração de projeto de iniciação científica, extensão e/ou monitoria. Oferta de cursos que permitam uma articulação entre as disciplinas de formação específica em computação e as de formação pedagógica. Pesquisa e curso de extensão acerca de problemas que interferem no processo educacional e no ensino da computação. Realização de atividade de pesquisa científica. Integração e articulação de atividades teórico-práticas de aprofundamento em uma das áreas específicas de interesse dos alunos por meio da oferta de curso de extensão e/ou monitoria. Exercício da docência por meio de enfrentamento dos problemas relativos ao ensino da computação na Educação Básica, a partir da valorização das práticas pedagógicas docentes.				
Bibliografia básica: BEHRENS, Marilda Aparecida. Formação continuada dos professores e a prática pedagógica . Curitiba: Champagnat, 1996.				

BURIOLLA, M. A F. **O estágio supervisionado**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1999.
BIANCHI, A. C. M. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. São Paulo: Pioneira, 2001.
CUNHA, M. Isabel. **O Bom Professor e sua prática**. Campinas/SP. 1995.
GATTI, Bernadete. **Formação de professores e carreira**. São Paulo: Autores Associados, 2000.
MEIRIEU, P. **O Cotidiano da Escola e da Sala de Aula**. Artmed, 2005.
PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
SILVA, Ivo Falcão da; ASSIS, Jamille Maria Nascimento de. **Manual (prático) de produções acadêmicas**. Simões Filho: [s.n.], 2014. 41 p.

Bibliografia Complementar:

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Cortez/UNESCO/MEC, 1998.
GATTI, Bernadete. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez: 2000.
PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2001.
PIMENTEL, Maria da Glória. **O professor em construção**. Campinas: Papirus, 1993

OPTATIVAS

SISTEMAS DISTRIBUÍDOS		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Optativa	Código: 100	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Definição de Sistema Distribuído; Arquiteturas Paralelas e Distribuídas; Classificação de arquiteturas e interconexões; Aspectos de Projeto: Transparência, Flexibilidade, Confiabilidade, Performance, Escalabilidade; Sistemas Operacionais em Rede; Organização de Processadores; Escalonamento de Processadores; Comunicação entre Processos; Modelo Cliente-Servidor; Remote Procedure Call (RPC); Memória Compartilhada Distribuída, Threads, Sincronização Distribuída, Deadlock Distribuído; Gerência de Arquivos Distribuídos; Transações Atômicas; Caches, Arquivos Replicados; Sistema Operacional Distribuído e Sistema de banco de dados distribuído. Estudo de caso.				
Bibliografia básica: COULOURIS, G., DOLLIMORE, J., KINBERG, T. Sistemas Distribuídos: Conceitos e Projetos . 4. ed. Porto Alegre: Bookman. 2007. DANTAS, Mário. Computação Distribuída de Alto Desempenho: Redes, Clusters e Grids Computacionais . 1. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2005. TANENBAUM, M. Van. Sistemas Distribuídos - Princípios e Paradigmas . 2. ed. São Paulo: Pearson, 2007.				
Bibliografia Complementar: COULOURIS, G., DOLLIMORE, J., KINBERG, T. "Distributed Systems: Concepts and Design", AddisonWesley, 2007. TANENBAUM, Andrew S. Distributed systems: principles and paradigms . .ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 2002. TEIXEIRA, José Helvécio. et al. Do Mainframe Para a Computação Distribuída - Simplificando a Transição . Rio de Janeiro: Infobook, 1996. VERÍSSIMO P., L. RODRIGUES. Distributed Systems for Systems Architects . Kluwer Academic Publishers, 2001.				

GERÊNCIA DE REDES		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Optativa	Código: 101	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Evolução do Gerenciamento de Redes; Arquitetura OSI de Gerenciamento; Funções de Gerenciamento; Bases de Informação de Gerenciamento; Serviços e Protocolo OSI de Gerenciamento; Introdução à Administração de Sistemas Heterogêneos; Metas e Objetivos da Administração de Sistemas; Modelo de Maturidade em Administração de Sistemas; Lidando com a Heterogeneidade; Serviços Básicos; Serviços de Comunicação e Informação; Serviços de Arquivo Uniformes; Gerenciamento de Pacotes de Software; Configuração e Instalação; Integração com Clientes e PC's.				
Bibliografia básica: FARREL, Adrian. A Internet e seus Protocolos . São Paulo: Elsevier, 2005. BRISA, Gerenciamento de Redes: uma abordagem de sistemas abertos . São Paulo: Makron Books, 1993. VALLE, Odilson Tadeu. Administração de redes com Linux: fundamentos e práticas . Florianópolis: IF-SC, 2010. 302 p. ISBN 9788564426.				
Bibliografia Complementar: Teixeira Jr, J. H. et al. Redes de Computadores: serviços, administração e segurança . São Paulo: Makron books, 1999.				

TEORIA DOS JOGOS		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Optativa	Código: 102	Período: -	Pré-Requisito: -	Departamento:
<p align="center">Ementa:</p> <p>História dos jogos na sociedade contemporânea. Os jogos eletrônicos e sua contextualização como objeto no cenário acadêmico. Os significados dos jogos eletrônicos no cenário pedagógico. Concepção, classificação e características dos jogos eletrônicos. Jogos eletrônicos e educação. Jogos eletrônicos e conteúdos disciplinares. Avaliando e aplicando jogos eletrônicos como recurso pedagógico. Estudo de casos.</p>				
<p align="center">Bibliografia básica:</p> <p>HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. O Jogo como elemento da cultura. São Paulo, Perspectiva, 2005.</p> <p>MOITA, Filomena. Games on: jogos eletrônicos na escola e na vida da geração @. Campinas - SP: Editora Alínea, 2007.</p> <p>SANTAELLA, Lúcia; FEITOZA, Mirna. (orgs.), Mapa do Jogo. São Paulo: Cengage Learning, 2008.</p> <p>MATTAR, João. Games em Educação. São Paulo: Prentice Hall, 2009.</p>				
<p align="center">Bibliografia Complementar:</p> <p>PRETTO, Nelson de Luca. Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia. São Paulo, Papirus, 1996.</p> <p>ALVES, Lynn. Game over: jogos eletrônicos e violência. São Paulo: Futura, 2005.</p> <p>JOHNSON, Steven. Surpreendente!: a televisão e o videogame nos tornam mais inteligentes. Rio de Janeiro: Campus, 2005.</p> <p>TAPSCOTT, Don. Geração Digital: A Crescente e Irreversível Ascensão da Geração Net. São Paulo: Makron Books, 1999.</p>				

CURRÍCULO E NOVAS TECNOLOGIAS		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Optativa	Código: 103	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:
<p>Ementa: Tecnologia e implicações pedagógicas; Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e Tecnologia; Ciências humanas e Tecnologia, Articulações entre áreas de conhecimento e tecnologia.</p>				
<p align="center">Bibliografia básica:</p> <p>APLLE, M. Ideologia e Currículo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.</p> <p>CARVALHO, A. M. P. e GIL PÉRES, D. Formação de professores de ciências: tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>LEVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.</p> <p>SILVA, T. T. . Teorias do currículo. Uma introdução crítica. , 2000. v. 1. 160 p.</p>				
<p align="center">Bibliografia Complementar:</p> <p>AMORIM, A.C.R. Ciência/Tecnologia/Sociedade. <i>Educação e Ensino</i>. nº 02, v. 01, p. 81-98. 1996</p> <p>FIGUEIREDO, V. Produção Social da Tecnologia. São Paulo: EPU, 1989.</p> <p>PRADO, M. E. B. B e VALENTE, J.A. A formação na ação do professor: Uma abordagem na e para uma nova prática pedagógica. In: Formação de Educadores para o uso da informática na escola. Campinas: UNICAMP/NIED, 2003. SILVA, T. T. Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. 1. ed. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 1999. v. 1.</p>				

DESENVOLVIMENTO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	30	2
		Prática	30	2

		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Optativa	Código: 104	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Conceito de mobilidade. Visão geral das tecnologias móveis. Histórico dos dispositivos móveis. Tecnologias e ferramentas para programação de aplicações móveis (nativas e outras). Utilização de uma plataforma de programação para dispositivos móveis. Interface do usuário em dispositivos móveis. Persistência de dados em dispositivos móveis.				
Bibliografia Básica: LEE, V.; SCHENEIDER, H.; SCHELL, R. Aplicações móveis: arquitetura, projeto e desenvolvimento. São Paulo: Pearson Education: Makron Books, 2015. LECHETA, R. R. Google Android: aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com o Android SDK. 3. ed. São Paulo: Novatec, 2013. LECHETA, R. R. Google Android para Tablets. São Paulo: Novatec, 2012.				
Bibliografia Complementar: DEITEL, H. M.; DEITEL, P. J. Java: como programar. 8. ed. São Paulo: Bookman, 2010. BARNES, David J.; KOLLING, M. Programação Orientada a Objetos com Java. São Paulo: Makron Books, 2004. B'FAR, R. Mobile Computing Principles. New York: Cambridge University Press, 2005. GOOGLE. AndroidDeveloper, 2017. Disponível em: < https://developer.android.com >. DARWIN, Ian F. AndroidCookbook - Problemas e Soluções Para Desenvolvedores de Android. São Paulo. Editora Novatec, 2012. ABLESON, W. Frank; SEM, Robi; KING, Chris; ORTIZ, C. Enrique. Android em Ação. Elsevier Campus, 2012. OGLIARI, Ricardo da Silva, BRITO, Robiso Cris. Android, do Básico ao Avançado. 1 ed. Ed. Ciência Moderna, 2014.				

FILOSOFIA DA CIÊNCIA		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	15	1
		TOTAL	60	4
Optativa	Código: 106	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Filosofia e Ciência: a ciência como objeto de reflexão filosófica. A Filosofia da Ciência no século XX. Ciência e Método Científico: empirismo, método indutivo e método hipotético dedutivo. Círculo de Viena e Karl Popper. As filosofias de Kuhn, Lakatos e Feyerabend.				
Bibliografia básica: ALVES, Rubens. Filosofia da Ciência . São Paulo. Brasiliense. 1981 ARAÚJO, Jorge, Manuel. Ciência e Nós . Lisboa. Instituto Piaget. 2001. DUTRA, L.H. Introdução à Teoria da Ciência . Florianópolis. Ed.UFSC.				
Bibliografia Complementar: FOUREZ, G.A. A Construção das Ciências . S. Paulo. Ed. UNESP. 1995. HAMBURGER, Jean (coord.). A Filosofia das Ciências Hoje . Lisboa. Fragmentos. 1988. KOHAN, Walter Omar (Org.). Filosofia: caminhos para seu ensino . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. 191p. (Coleção Sócrates). ALTHUSSER, Louis. Filosofia e Filosofia Espontânea dos Cientistas . Lisboa. Presença. ALVES, Vitorino Mendes de Sousa. Ensaio sobre Filosofia das Ciências . Braga. FFB-UC SANTOS, Boaventura Sousa. A Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência . Porto. Afrontamento. 2000				

SANTOS, Boaventura Sousa. **Um Discurso Sobre as Ciências**. Porto. Afrontamento.1988.
SANTOS, Boaventura Sousa. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Porto. Ed. Afrontamento.1989.

GAMES E EDUCAÇÃO		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	15	1
		TOTAL	60	4
Optativa	Código: 107	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:
<p align="center">Ementa:</p> <p>História dos jogos na sociedade contemporânea. Os jogos eletrônicos e sua contextualização como objeto no cenário acadêmico. Os significados dos jogos eletrônicos no cenário pedagógico. Concepção, classificação e características dos jogos eletrônicos. Design de games. Jogos eletrônicos e educação. Jogos eletrônicos e conteúdos disciplinares. Avaliação e aplicação de jogos eletrônicos como recurso pedagógico. Conceitos e ferramentas de gamificação.</p>				
<p align="center">Bibliografia Básica:</p> <p>ALVES, L. Jogos Digitais e Aprendizagem. Fundamentos Para Uma Prática Baseada em Evidências. 1ª Ed. Editora Papyrus, 2016. 320p.</p> <p>MATTAR, J. Games em Educação - Como os Nativos Digitais Aprendem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.</p> <p>ALVES, F. Gamification. Como criar experiências de aprendizagem engajadoras. Um guia completo do conceito à prática. 2ª Ed. DVS, 2015. 200p.</p>				
<p align="center">Bibliografia Complementar:</p> <p>PRENSKY, M. Aprendizagem baseada em jogos digitais. 1ª Ed. São Paulo: Editora Senac, 2012. 576p.</p> <p>ROGERS, S. Level UP: um Guia Para o Design de Grandes Jogos. 1ª Ed. Blucher, 2013. 494p.</p> <p>SCHUYTEMA, P. Design de games: Uma abordagem prática. 1ª Ed. Cengage Learning, 2008. 472p.</p> <p>BURKE, B. Gamificar. Como a gamificação motiva as pessoas a fazerem coisas extraordinárias. 1ª Ed. DVS, 2015. 192 p.</p> <p>FILATRO, A.; CAVALCANTI, C.C. Metodologias Inov-Ativas na Educação Presencial, a Distância e Corporativa. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 288p.</p> <p>SALEN, K; ZIMMERMAN, E. Regras do Jogo. Fundamentos do Design de Jogos. Volume 1. 1ª Ed. Blucher, 2012. 168p.</p> <p>SALEN, K; ZIMMERMAN, E. Regras do Jogo. Fundamentos do Design de Jogos. Volume 2. 1ª Ed. Blucher, 2012. 229p.</p> <p>SALEN, K; ZIMMERMAN, E. Regras do Jogo. Fundamentos do Design de Jogos. Volume 3. 1ª Ed. Blucher, 2012. 258p.</p> <p>SALEN, K; ZIMMERMAN, E. Regras do Jogo. Fundamentos do Design de Jogos. Volume 4. 1ª Ed. Blucher, 2012. 154p.</p> <p>SCHELDON, L. Desenvolvimento de personagens e narrativas para games. 1ª Ed. Cengage Learning, 2017. 560p.</p> <p>COSTA, L. D. O Que Os Jogos De Entretenimento Tem Que Os Educativos Não Tem. 7 Princípios Para Projetar Jogos. 1ª Ed. Editora 2AB, 2010. 136p.</p>				

INGLÊS II		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	15	1
		TOTAL	60	4
Optativa	Código: 108	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:
<p align="center">Ementa:</p> <p>Leitura e técnicas de tradução de textos. Compreensão e interpretação de textos técnicos de informática. Gramática e verbos. Expressões técnicas na informática. Inglês na Internet. Descrição de textos técnicos.</p>				

<p align="center">Bibliografia básica:</p> <p>BOECKNER, K.; BROWN, P. C. Oxford English for Computing. 2.ed. Oxford University Press, 1997.</p> <p>SAWAYA, Márcia Regina. Dicionário de informática e internet: inglês e português. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1999. ISBN 8521310994.</p> <p>GLENDINNING, Eric H.; MCEWAN, John. Basic english for computing: reviser & update. New York: Oxford University Press, 2012. 136p. ISBN 9780194574709.</p>	
<p align="center">Bibliografia Complementar:</p> <p>AMOS, E.; PRESCHER, E. A. Simplified Grammar Book. São Paulo: Moderna, 1997.</p> <p>GRANT, D.; MCLARTY, R. Business Basics - Student's Book. Oxford University Press.</p> <p>MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. Módulo 1. São Paulo: Textonovo. 2000.</p>	

PESQUISA EM EDUCAÇÃO		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	15	1
		TOTAL	60	4
Optativa	Código: 109	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:
<p>Ementa: O campo científico: concepções de ciência. A importância da pesquisa na produção do conhecimento. Ciência e pesquisa: o conhecimento pedagógico e a produção científica. A organização do trabalho científico: a formação do professor-pesquisador.</p>				
<p align="center">Bibliografia básica:</p> <p>ANDRÉ, M. (org.). O papel da pesquisa na formação e prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001.</p> <p>CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1998</p>				
<p align="center">Bibliografia Complementar:</p> <p>DEMO, P. Pesquisa e construção do conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.</p> <p>_____. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo : Atlas, 1995.</p> <p>_____. Pesquisa. Princípio científico e educativo. São Paulo : Cortez, 1996.</p> <p>FAZENDA, I. C. A.(Org.) Novos Enfoques da Pesquisa em Educação. São Paulo: Cortez, 1992.</p> <p>LUDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986</p> <p>MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.</p> <p>SEVERINO, A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa – ação. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>CONTRADIOPLOULOS, A.P.,CHAMPAGNE, F.,POTVIN, L.BOYLE,P. Saber preparar uma pesquisa. Rio de Janeiro: Abrasco-Hucitec, 1994</p> <p>GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro :Record, 1999.</p> <p>FAZENDA, I. e SEVERINO, A. (Orgs.). Conhecimento, pesquisa e educação. Campinas, SP: Papirus, 2001</p> <p>MINAYO, M. C. S. et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.</p>				

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	15	1
		TOTAL	60	4
Optativa	Código: 110	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:
<p align="center">Ementa:</p> <p>Visão clássica da psicologia organizacional: história e desdobramentos; Temas e questões atuais da psicologia organizacional; A organização como sistema social; Evolução da estrutura das empresas; A relação do Homem com seu trabalho; Qualidade de Vida no Trabalho; Psicopatologia do trabalho; Psicologia do consumidor; Características dos grupos - como se formam, hierarquia, normas, papéis e coesão, liderança e poder; Motivação; Percepção; Atitude e diferenças individuais; Comunicação. Administração de Conflitos.</p>				

<p align="center">Bibliografia Básica:</p> <p>CHANLAT, Jean-François (Coord.); TÔRRES, Ofélia de LannaSette (Org.). O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. Volume 1. 3.ed. São Paulo: Atlas</p> <p>ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, AntonioVirgilio Bitencourt (Org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>	
<p align="center">Bibliografia Complementar:</p> <p>AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. Psicologia aplicada à administração: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2005</p> <p>DEJOURS, C. Loucura do trabalho. São Paulo: Oboré; 1987.</p> <p>GOLEMAN, Daniel. Trabalhando com a Inteligência Emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.</p> <p>MATTA, João Eurico. Dinâmica de grupo e desenvolvimento de organizações. São Paulo: Pioneira, 1975</p> <p>MOSCOVICI, Fela. Renascença organizacional. 6a ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1996</p> <p>SPECTOR, Paul E. Psicologia nas organizações. 3.ed. São Paulo: Saraiva.</p>	

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	15	1
		TOTAL	60	4
Optativa	Código: 111	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:
<p align="center">Ementa:</p> <p>Formação das identidades brasileiras: elementos históricos. Relações sociais e étnico-raciais. África e Brasil, semelhanças e diferenças em suas formações. Interações Brasil-África na contemporaneidade. Preconceito, estereótipo, etnia, interculturalidade. A Educação indígena no Brasil, historicidade e perspectivas teórico-metodológicas. Ensino e aprendizagem na perspectiva da pluralidade cultural. Pluralidade étnica do Nordeste e de Pernambuco: especificidades e situação sócio-educacional. Multiculturalismo e Transculturalismo crítico</p>				
<p align="center">Bibliografia básica:</p> <p>AVALLEIRO, Eliane (org.).- Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001</p> <p>CANDAU, V. M. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In: Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.</p> <p>_____. (Org.). Educação intercultural e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2006.</p> <p>_____. (Org.) Educação Intercultural na América Latina. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2009</p> <p>CARVALHO, Maria do Rosário G. A identidade dos povos do Nordeste. Brasília: Tempo brasileiro, 1984.</p> <p>CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa educação. São Paulo: Selo Negro, 2006.</p> <p>CRUZ, Manoel de Almeida. A pedagogia interétnica na Escola Criativa Olodum e na rede municipal de ensino. In: Gbàlà. Aracaju: Saci, 1996.</p> <p>CUNHA Jr, Henrique. Afrodescendência, pluriculturalismo e educação. In: Educação, Sociedade & Culturas. n. 10, Porto: Afrontamento. out. 98</p> <p>_____. Africanidades brasileiras e pedagogias interétnica. In: Gbàlà. Aracaju: Saci, 1996.</p> <p>Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das relações étnico-raciais. Portal MEC www.portal.mec.gov.br/secad/ (este material deve ser consultado por todos os estudantes).</p> <p>GOMES, Nilma Lino Gomes, SILVA, Petronilha Gonçalves. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2008</p> <p>LOPES DA SILVA, A. & GRUPIONI, L. D. B. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995</p> <p>MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. São Paulo: Cortez, 1997</p> <p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Orientações e ações para a Educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006. “Ensino médio” e “Licenciaturas”.</p> <p>Ministério da Educação. Ações afirmativas e combate ao Racismo nas Américas. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005. Coleção Educação para todos. Introdução, caps 3, 4, 6, 7 e 8.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio, SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). Territórios contestados – o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.</p>				

_____. **Multiculturalismo, currículo e formação de professores.** In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (org.). Currículo: políticas e práticas. Campinas, SP: Papirus, 1999 (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

_____. **Currículos e programas no Brasil.** 3.ed. Campinas, SP: 1997 (Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico).

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Cadernos Penesb, Niterói, Editora da UFF, nº 5, p. 15-34, 2004.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SEPPPIR. **Plano Nacional para a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana.** Brasília: SECAD, 2009. 102 pgs. SEPPPIR. Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003. Brasília, 2008.

Bibliografia Complementar:

MORIN, Edgar. Ensinar a identidade terrena. In: **Sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2001. (63-78)

MOURA, Clovis. **Dialética Racial do Brasil Negro.** São Paulo: Anita. 1994.

MOURA, Glória. **A força dos tambores: a festa nos quilombos contemporâneos.** In: Schwarcz, Lilia MUNANGA, Kabengele. **Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil.** In: Schwarcz, Lilia Moritz, REIS, Letícia de Souza (orgs.). **Negras Imagens.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

_____. **O anti-racismo no Brasil.** In: MUNANGA, Kabengele (org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.

_____. **As facetas de racismo silenciado.** In: Schwarcz, Lilia Moritz, QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). **Raça e diversidade** São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS E EDUCAÇÃO		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	15	1
		TOTAL	60	4
Optativa	Código: 112	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Enfatiza aspectos relativos a Compreensão e o desenvolvimento das relações interpessoais na escola dentro de um enfoque humanístico, ético, crítico e democrático, estudando as relações e inter-relações de/entre pessoas, grupos e instituições. Comunicação, fator fundamental nas relações interpessoais: conteúdo lógico, psicológico, manifesto e latente; tarefa explícita e implícita; comunicação como exercício de convivência.				
Bibliografia básica: CASTILHO, Áurea. A dinâmica do trabalho de grupo. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1998. DEL Prette, Z.A.P. & DEL Prette, A. (Orgs.), Psicologia das relações interpessoais e habilidades sociais: Vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis: Vozes: 2009. DEL Prette, A. e DEL Prette, Z. A. P. (2008). Psicologia das relações interpessoais e habilidades sociais: Vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis: Vozes, 2008. DIAS, Fernando Nogueira. Relações Grupais e Desenvolvimento Humano. Instituto Piaget, 2004. FRITZE, Silvino. J. Relações Humanas Interpessoais. Petrópolis: Vozes, 2001.				
Bibliografia Complementar: MARQUES, Juracy C. Ensinando para o desenvolvimento pessoal - psicologia das relações interpessoais. Petrópolis: Vozes, 1983. (3 ex.) MINICUCCI, A. Dinâmica de grupo - teorias e sistemas. São Paulo: Atlas, 1993. (3 ex.) MINICUCCI, A. Psicologia das relações interpessoais. São Paulo: Atlas, 1989. (5 ex.) MORENO, Jacob. L. Psicodrama. São Paulo: Cultrix, 1975. (1 ex.) MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal. São Paulo: Liv. Téc. Científicos, 1985. PICHÓN-RIVIÈRE, Enrique. Teoria do vínculo. São Paulo: Liv. Martins Fontes, 2000. (1 ex) SALOMÉ, Jacques. Aprendendo a se comunicar - você se revela quando fala. Petrópolis: Vozes, 1994 SANTOS, Áurea dos. A prática da liderança. Petrópolis: Vozes, 2005				

SCHMITT, C. Afonso. **Auto-estima**. São Paulo: Paulinas, 2003.
 WEIL, Pierre. **Organizações e tecnologias para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	45	3
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	15	1
		TOTAL	60	4
Optativa	Código: 114	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:
Ementa: Aspectos Históricos da Segurança do Trabalhador. Caracterização e definição de acidentes de Trabalho. As Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego referentes aos trabalhadores da área de Computação, destacando os aspectos ergonômicos e a Análise Ergonômica do Trabalho. Higiene e Segurança do trabalho. Educação e preservação ambiental.				
Bibliografia Básica: DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental/ princípios e práticas . 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. 550 p. MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS. Segurança e medicina do trabalho . 77 ed. São Paulo: Atlas, 2016. 1060 p. SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Saliba. Legislação de Segurança , Acidente do trabalho e Saúde do trabalhador. 7. ed. São Paulo: LTR, 2010. 752p.				
Bibliografia Complementar: CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes : uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo: Atlas, 2015. 254 p. GROTT, João Manuel. Meio ambiente do trabalho : prevenção - a salvaguarda do trabalhador. Curitiba: Juruá, 2010. 194 p. MELO, Raimundo Simão de. Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador : responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético, indenização pela perda de uma chance, prescrição. 5 ed. São Paulo: LTr, 2013. 598 p. OLIVEIRA, Cláudio Antonio Dias de. Segurança e saúde no trabalho : guia de prevenção de riscos. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2013. 161 p. REIS, Lineu Belico dos. Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável . 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2012. 477 p. ROSSI, Ana Maria; PERREWÉ, Pamela L. (Org.). Stress e qualidade de vida no trabalho : perspectivas atuais da saúde ocupacional. São Paulo: Atlas, 2010. 197 p.				

ANEXO 2 – REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -TCC

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1. O presente Regulamento tem por objetivo normalizar o conjunto de atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão Curso (TCC), requisito indispensável à conclusão do Curso de Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), *Campus* Santo Amaro;

Art. 2. O TCC consiste em pesquisa individual orientada, relatada sob a forma de artigo científico ou monografia, em qualquer área do conhecimento que envolvam temas pertinentes à Licenciatura em Computação.

Parágrafo Único. A seleção do tema e da modalidade de trabalho de TCC deve ser feita, em comum acordo, entre o estudante e o orientador, considerando as especificidades tecnológicas e educacionais do curso.

Art. 3. Serão privilegiadas temáticas relacionadas a relação entre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e a sua inserção nos contextos educativos, assim, com a realização da escrita científica, busca-se a integração da formação docente à pesquisa e prática docente.

Art. 4. O TCC possui os seguintes objetivos gerais:

- I – estimular a pesquisa e a produção científica;
- II – propiciar a difusão dos conhecimentos construídos;
- III – aprofundar o conhecimento sobre o tema escolhido;
- IV – promover a consulta de bibliografia especializada e atualizada;
- V – aprimorar a capacidade de interpretação e crítica na Licenciatura em Computação.

CAPÍTULO II

DOS DOCENTES ORIENTADORES

Art. 5. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será desenvolvido sob a orientação de um docente do Curso de Licenciatura em Computação.

§1º. O TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos docentes à atividade de orientação, na forma prevista nas normas internas do IFBA.

§2º. É facultado ao discente a escolha pelo acompanhamento de um professor coorientador durante a realização do TCC.

Art. 6. Cabe ao discente escolher o docente orientador, devendo, para esse efeito, realizar o convite, observando sempre os prazos estabelecidos neste regulamento.

Parágrafo único. A relação de orientação e de coorientação estabelecida pelo docente junto ao discente deverá ser formalizada por meio de Carta de Aceite (Anexo) que deverá ser entregue à Coordenação do Curso.

Art. 7. Na situação em que o discente não encontre nenhum docente que se disponha a assumir a sua orientação, deve procurar a Coordenação de Curso a fim de que lhe indique um orientador.

Parágrafo único. Na indicação de docentes orientadores, a Coordenação de Curso deve observar o Plano de Atividades da coordenação do curso e considerar, sempre que possível, a distribuição de acordo com as áreas de interesse dos docentes, bem como a distribuição equitativa de orientandos entre eles, não ultrapassando o número máximo de 4 (quatro) orientandos ao mesmo tempo.

Art. 8. A desistência da relação de orientação por parte do orientador ou do orientando será por ele formalizada, mediante documento dirigido ao coordenador do curso especificando as razões.

§1º. A substituição de orientador ocorrerá quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante aquiescência expressa do docente substituído.

§2º. A substituição do orientador por parte do discente deverá ser por ele formalizada, mediante documento dirigido à Coordenação do Curso especificando as razões.

Art. 9. O orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- I - frequentar as reuniões convocadas pela Coordenação de Curso;
- II - atender seus discentes orientandos;
- III- analisar e avaliar os trabalhos parciais que lhes forem entregues pelos orientandos;
- IV - participar das defesas para as quais estiver designado;
- V - assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, as fichas de avaliação dos TCC e as atas finais das sessões de defesa;
- VI - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 10. A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do discente, o que não exime o docente orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

CAPÍTULO III

DOS DISCENTES EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Art. 11. Considera-se discente em fase de realização do Trabalho de Conclusão de Curso, aquele regularmente matriculados na disciplina TCC, pertencente à matriz curricular do curso Superior em Licenciatura em Computação.

Art. 12. O discente em fase de realização do TCC tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- I - frequentar as reuniões convocadas pelo seu orientador;
- II - manter contatos, no mínimo, quinzenais com o docente orientador para discussão e aprimoramento da pesquisa;
- III - cumprir o calendário divulgado pelo orientador de TCC para entrega de projetos, relatórios parciais e versão final do Trabalho de Conclusão do Curso;
- IV - entregar ao orientador os trabalhos parciais sobre as atividades desenvolvidas;
- V - elaborar a versão final do TCC, de acordo com o presente Regulamento e as

instruções de seu orientador;

VI - entregar ao final do semestre cópias de seu TCC, conforme especificado no Art. 20;

VII – comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o TCC;

VIII – cumprir e fazer cumprir este Regulamento;

Art. 13. A matrícula na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso é condicionada ao cumprimento das etapas e pré-requisitos constante na matriz curricular do Curso Superior em Licenciatura em Computação do IFBA Campus Santo Amaro.

CAPÍTULO IV

DO PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Art. 14. O discente deve elaborar o Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de acordo com este Regulamento e com as recomendações do docente orientador.

Parágrafo único. A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas vigentes da ABNT e demais Normas Técnicas, no que forem eles aplicáveis.

Art. 15. A estrutura do projeto de TCC deverá apresentar, no mínimo:

I - título do projeto;

II – introdução;

III - justificativa;

IV – situação problema;

V - objetivos;

VI - referencial teórico;

VII - trabalhos correlatos;

VIII - projeto do software (se existir);

IX - metodologia;

X - cronograma de atividades;

XI – referências;

Art. 16. Os relatórios parciais sobre o desenvolvimento do TCC devem conter informações detalhadas acerca das pesquisas e estudos realizados no período respectivo, na forma definida pelo docente orientador, sendo-lhe entregues em data marcada pelo orientador, quando solicitado.

CAPÍTULO V

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Art. 17. O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser desenvolvido em formato de monografia ou de artigo científico.

Art. 18. O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), deve ser elaborado considerando-se:

I – na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem aplicáveis;

II – no seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no artigo 4º deste Regulamento e a vinculação direta do seu tema nas áreas de conhecimento já então relacionadas.

Art. 19. A estrutura do TCC compõe-se de:

I.1 – Elementos Pré-Textuais (monografia):

a) capa;

b) falsa folha de rosto;

c) errata (opcional);

d) folha de aprovação;

e) folha de dedicatória (opcional);

- f) folha de agradecimento (opcional);
- g) epígrafe (opcional);
- h) resumo;
- i) abstract;
- j) listas de Ilustrações (quadros, tabelas, figuras e outros) – (opcional);
- k) lista de Abreviaturas e Siglas (opcional);
- l) sumário.

I.2 - Elementos Pré-Textuais (artigo):

- a) título, e subtítulo (se houver);
- b) nome(s) do(s) autor(es);
- c) resumo na língua do texto;
- d) resumo em uma língua estrangeira;
- e) palavras-chave na língua do texto;
- f) palavras-chave em uma língua estrangeira.

II - Elementos Textuais ou Corpo do Trabalho:

- a) introdução;
- b) referencial teórico;
- c) estado da arte;
- d) metodologia;
- e) proposta de intervenção ou de software/hardware (opcional);
- f) resultados;
- e) considerações Finais.

III - Elementos Pós-Textuais:

- a) referências
- b) glossário (opcional);
- c) apêndices (opcional);
- d) anexo (opcional);

Art. 20. A monografia deve ser digitada atendendo às normas contidas nesse regulamento. Os seguintes requisitos deverão ser obedecidos quando da entrega dos exemplares à Coordenação de Curso:

I - cópias para defesa: 3 (três) cópias em espiral (uma cópia para cada membro da banca examinadora).

II - cópias definitivas: 2 (duas) cópias em espiral (uma cópia para Coordenação de Curso Superior e outra para Biblioteca). Deverão ser confeccionadas após acatar as sugestões relevantes da banca examinadora, em concordância com o orientador.

III - cópia digital: 1 (uma) cópia da monografia, em *Portable Document Format* (.PDF).

CAPÍTULO VI

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 21. O TCC é defendido pelo discente perante banca examinadora composta pelo docente orientador, que a preside, e por outros 2 (dois) docentes designados pelo orientador.

§1º. Pode fazer parte da banca examinadora um membro escolhido em outras instituições nacionais que exerçam atividades afins com o tema do TCC.

Art. 22. A Banca examinadora somente pode executar seus trabalhos com 3(três) membros presentes.

§1º. Não havendo a participação de algum dos docentes designados para a banca examinadora, deve ser comunicado, por escrito, à Coordenação do Curso.

§2º. Não havendo a participação do número mínimo de membros da banca examinadora fixado neste artigo, deve ser marcada nova data para a defesa, sem prejuízo do cumprimento da determinação presente no parágrafo anterior.

Art. 23. Qualquer dos docentes do Curso Licenciatura em Computação pode ser convocado para participar das bancas examinadoras.

CAPÍTULO VII

DA DEFESA DO TCC

Art. 24. As sessões de defesa dos TCC são públicas.

§1º. É vedado aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos TCC antes de suas defesas.

§2º. É vedado ao público realizar intervenções durante a defesa do TCC.

Art. 25. O Coordenador de Curso deve elaborar calendário semestral fixando prazos para a entrega dos TCC, designação das bancas examinadoras e realização das defesas.

§1º. Quando o TCC for entregue com atraso, a relevância do motivo deve ser avaliada pelas esferas competentes.

§2º. Não é admitido um segundo atraso ou a manutenção da nota por período superior a um semestre.

Art. 26. Até o término da data limite para a entrega das cópias dos TCC, o (a) orientador(a) de TCC divulgará a composição das bancas examinadoras, os horários e as salas destinados às suas defesas junto à Coordenação de Cursos.

Art. 27. Os membros das bancas examinadoras, a contar da data de sua designação, têm o prazo de 30 (trinta) dias para procederem à leitura dos TCC.

Art. 28. Na defesa, o discente tem até 30 (trinta) minutos para apresentar seu trabalho e recomenda-se que cada componente da banca examinadora tenha até 10 (dez) minutos para

fazer sua arguição, dispondo ainda o discente de outros 10 (dez) minutos para responder cada um dos examinadores.

Art. 29. A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

§1º. Utilizam-se, para a atribuição das notas, fichas de avaliação individuais, onde o docente/ avaliador registra suas notas para cada item a ser considerado.

§2º. Para aprovação o discente deve obter nota igual ou superior a 7 (sete) na média das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Art. 30. A banca examinadora, por maioria, após a defesa oral, pode sugerir ao discente que reformule aspectos de seu TCC.

§1º. O prazo para apresentar as alterações sugeridas é de no máximo 30 (trinta) dias.

§2º. Entregues as novas cópias do TCC, já com as alterações realizadas, o orientador deverá proceder às correções, para finalização e entrega de atas junto à Coordenação de Curso.

Art. 31. O discente que não entregar o TCC, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está automaticamente reprovado na disciplina atinente ao TCC.

Art. 32. A avaliação final, assinada pelos membros da banca examinadora e pelo discente, deve ser registrada no livro de atas respectivo, ao final da sessão de defesa e, em caso de aprovação, serão destinadas uma cópia da monografia para a Coordenação de Curso e outra para a Biblioteca do IFBA.

Art. 33. Não há recuperação da nota atribuída ao TCC.

§1º. Se reprovado, fica a critério do discente continuar ou não com o mesmo tema de TCC e com o mesmo orientador.

§2º. Optando por mudança de tema, deve o discente reiniciar todo o processo para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, desde a elaboração de um novo Projeto de Pesquisa de TCC.

CAPÍTULO VIII

DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Art. 34. A versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser encaminhada a Coordenação de Curso em 2 (dois) exemplares. Além dos demais requisitos exigidos neste regulamento, devem também vir encadernados constando o nome do autor e orientador, título, local e data de aprovação.

Art. 35. A entrega da versão definitiva do TCC é requisito para a colação de grau e deve ser efetuada, no mínimo, com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data marcada para a formatura do seu autor.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 36. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação e é aplicável no âmbito do Curso Superior de Licenciatura em Computação.

ANEXO 2.1 - CARTA DE ACEITE DO ORIENTADOR

Eu,, professor(a) do curso de Licenciatura em Computação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, SIAPE n.:, declaro que aceito o compromisso de orientar o(a) acadêmico(a), matrícula n.: na elaboração do TCC, a partir do momento da solicitação até a conclusão do mesmo, bem como participar da Banca Examinadora conforme prevê o Regulamento de TCC do curso.

Santo Amaro-BA, _____ de _____ de 20____.

Prof. Orientador

ANEXO 2.2 - ATA DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Às horas do dia de de, reuniu-se no(a)..... do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Bahia (IFBA), no *Campus* Santo Amaro, a Comissão Julgadora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “.....” do(a) discente, composta pelos membros abaixo indicados, para a sessão de defesa pública do citado trabalho, requisito para a obtenção do título de Licenciado em Computação do IFBA *Campus* Santo Amaro. Abrindo a sessão o (a) orientador(a) e Presidente da Comissão, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho de Conclusão de Curso, passou a palavra ao licenciando para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos membros da Comissão Julgadora e respectiva defesa do licenciando. Nesta ocasião

- ☐ não foram solicitadas correções de texto.
- ☐ foram solicitadas algumas correções no texto escrito, as quais foram acatadas de imediato.

Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença do discente e do público, para julgamento e expedição do resultado final. O discente foi considerado

- ☐ Aprovado por unanimidade
- ☐ Aprovado sem unanimidade
- ☐ Não aprovado

pelos membros da Comissão Julgadora, tendo sido atribuído a nota final(.....) ao seu TCC. O resultado foi então comunicado publicamente ao discente pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Presidente da Comissão Julgadora deu por encerrado o julgamento que tem por conteúdo o teor desta Ata que, após lida e achada conforme, será assinada por todos os membros da Comissão para fins de produção de seus efeitos legais.

Santo Amaro, de de

.....
Nome do(a) orientador e instituição

.....
Nome do(a) avaliador(a) e instituição

.....
Nome do(a) avaliador(a) e instituição

ANEXO 2.3 - FICHA DE AVALIAÇÃO DO TCC

Nome do estudante:

Nº de matrícula:

Orientador:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	AVALIADOR 01	AVALIADOR 02	PROFESSOR ORIENTADOR
IMPRESSÃO GERAL: (1,5 PONTOS)			
a) O trabalho contribui para a área, apresenta uma forma produtiva de conhecimento?			
b) Nota-se, no trabalho, a capacidade/elaboração crítica dos discentes?			
c) Os discentes se envolveram no processo de elaboração do trabalho?			
d) Demonstraram organização e independência intelectual?			
e) O trabalho está bem encadeado?			
NOTA 1			
FORMATAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, REDAÇÃO: (1,5 PONTOS)			
a) Os critérios básicos de formatação foram seguidos?			
b) A redação é clara e organizada, inclusive as citações?			
c) As referências são adequadas e atuais?			
NOTA 2			
CONTEÚDO: (7 PONTOS)			
a) A Introdução apresenta claramente os elementos básicos?			
b) A Fundamentação Teórica é coerente, consistente e atual?			
c) A Metodologia é apropriada? Está bem explicitada e organizada?			
d) A apresentação e discussão dos dados é realizada de forma organizada e articulada com a teoria?			
e) A Conclusão é coerente com os objetivos?			
NOTA 3			
MÉDIA PARCIAL			
MÉDIA FINAL			
Santo Amaro, de de			
<div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 20px;"> <div>..... Avaliador 01</div> <div>..... Avaliador 02</div> <div>..... Orientador(a)</div> </div>			

**ANEXO 2.4 - TERMO DE DESISTÊNCIA DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO REQUERIDA PELO DOCENTE**

Eu,, SIAPE
n.:, docente do Instituto Federal da Bahia, *campus* Jacobina, declaro, para
os devidos fins, desistir da orientação do
estudante

MOTIVOS DA DESISTÊNCIA:

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Santo Amaro, de de

.....

Docente

Parecer do Colegiado: () deferido () indeferido, registrado em ata.

**ANEXO 2.5 - TERMO DE DESISTÊNCIA DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO REQUERIDA PELO ACADÊMICO**

Eu,....., matrícula
n....., acadêmico(a) desta Instituição, declaro, para os devidos fins, desistir
da orientação do docente

MOTIVOS DA DESISTÊNCIA:

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Santo Amaro, de de

.....

Assinatura do(a) estudante

Parecer do Colegiado: () deferido () indeferido, registrado em ata

ATENÇÃO: Esta solicitação somente poderá ser requerida com tempo mínimo de 60 dias antes da seção de defesa e deverá ser entregue junto com o TERMO DE COMPROMISSO DO NOVO PROFESSOR ORIENTADOR DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO com outro professor orientador, pois o discente NÃO PODE DEFENDER O TCC SEM POSSUIR UM PROFESSOR ORIENTADOR. CASO HAJA MUDANÇA DE TEMA O PROJETO DE TCC DEVERÁ SER REELABORADO.

**ANEXO 2.6 - CARTA CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM BANCA
EXAMINADORA**

Prezado (a) professor (a):.....

Temos a imensa satisfação convidar V.Sa. para participar como membro da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado, de autoria do discente, que será apresentado na salado IFBA Santo Amaro, no diaàs.....horas.

Pelas Normas do Trabalho de Conclusão do Curso, o (a) discente (a) terá 30 minutos para fazer a exposição do seu trabalho e cada componente da Banca Examinadora terá até 10 (dez) minutos para fazer sua arguição e apresentar o parecer, que deverá ser entregue por escrito para compor a documentação do discente(a).

Atenciosamente,

Santo Amaro, BA,, de

.....

Acadêmico

.....

Orientador

TERMO DE ACEITE

Declaro ter ciência e aceitar as condições para a participação na Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão do estudante:,

Jacobina,de de

ANEXO 3 – REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

ANEXO 4 – REGIMENTO ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

CAPÍTULO I

DA NATUREZA

Art.1º. As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) são as práticas desenvolvidas pelos estudantes de caráter obrigatório, indispensável à colação de grau. Estas práticas podem ser realizadas na própria Instituição de Ensino ou em outra instituição, durante a vigência do seu curso.

Art. 2º. Este regulamento está amparado pela Resolução CNE/CES n. 5, de 16 de novembro de 2016 que estabelece que as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando e deverão possibilitar o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive as adquiridas fora do ambiente acadêmico, que serão reconhecidas mediante processo de avaliação.

Art.3º. As atividades são gerenciadas pela coordenação do curso. E validadas pelo Colegiado do Curso de acordo com o barema constante no Anexo 1.

Art.4º. As disciplinas curriculares, estágio supervisionado obrigatório e trabalho de conclusão de curso não podem ser consideradas como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC).

Art.5º. As atividades não poderão ser aproveitadas para fins de dispensa de disciplinas que integram o currículo do curso.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 6º. São objetivos das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC):

I - Fomentar uma visão holística e de interdisciplinaridade na abordagem da realidade e fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando participação em atividades de extensão.

II - Enriquecer o processo ensino-aprendizagem;

III - Preparar e integrar o discente na prática profissional;

IV - Comprometer o estudante no desenvolvimento de um processo de autogestão em diferentes setores de atuação, a partir do saber acadêmico adquirido;

V - Ampliar a visão acadêmico-científico-cultural do discente, visando à formação de um profissional atento às transformações da sociedade;

VI - Proporcionar ao estudante espaços diferenciados para a aquisição do saber, estabelecendo relações com a atuação profissional;

VII - Levar o estudante à reflexão, considerando o saber acadêmico e as implicações com os princípios éticos e de cidadania;

VIII - Formar profissionais qualificados para atuar com flexibilidade, adequação e criatividade na prática profissional.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES E CARGAS HORÁRIAS

Art. 7º. As atividades passíveis de validação são:

I - Participação em eventos;

II - Participação em programas ou projetos como bolsista/voluntário;

III - Monitoria;

IV - Participação em cursos de atualização;

V - Estágio extracurricular;

VI - Atividades filantrópicas;

VII - Publicações;

VIII - Participação em comissão organizadora de evento educacional ou científico;

IX - Ministrar curso, palestra na área de formação do discente;

X - Atividades culturais, esportivas e de entretenimento;

XI - Participação em órgãos colegiados, conselhos setoriais E superiores do IFBA ou das esferas municipais, estaduais ou federais;

XII - Participação em órgãos de representação estudantil;

XIII - Aproveitamento disciplinas optativas além do número mínimo exigido pelo curso;

XIV - Disciplinas de cursos superiores reconhecidos e/ou autorizados não aproveitadas na análise de equivalência do curso.

Art.8º. A carga horária mínima para atender o cumprimento das atividades é de 210 horas, sendo, no mínimo, 40% da carga horária desenvolvida no IFBA.

§ 1º. A realização das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) deve ocorrer ao longo do curso, sendo que 50% da carga horária obrigatoriamente precisa ser cumprida entre o primeiro e o quarto semestre.

§ 2º. Os alunos que tiveram suas matrículas anteriores à aprovação deste Regulamento poderão apresentar seus comprovantes somente no último semestre letivo do curso.

CAPÍTULO IV

DO REGISTRO E DA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES

Art. 9º. Somente serão validadas atividades realizadas após o ingresso do estudante no curso de Licenciatura em Computação do IFBA Santo Amaro, ressalvadas os casos de transferência externa ou interna, nos quais será considerada a data de entrada no curso de origem.

Art. 10º. A validação das atividades de cada um dos incisos do Art.7º deverá observar os limites estabelecido no Anexo 1 deste Regulamento.

Art. 11. Quando necessários à comprovação da realização da atividade complementar, a Coordenação de Curso poderá solicitar do estudante documentos adicionais não mencionados no Anexo 1 deste Regulamento.

Art. 12. São procedimentos necessários ao registro e à validação das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC):

I – O estudante deverá preencher e assinar a solicitação de aproveitamento de carga horária de AACC;

II – O estudante deverá encaminhar a solicitação à Coordenação de Curso por meio do setor de protocolo do Campus;

III – A solicitação de aproveitamento de carga horária de AACC deverá ser instruída com cópia dos documentos comprobatórios;

IV – No momento de protocolização da solicitação, o estudante deverá apresentar originais e cópias dos documentos comprobatórios para que seja procedida à autenticação das cópias pelo setor de protocolo;

V – A solicitação de aproveitamento de AACC deverá ocorrer, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de cada semestre letivo, em datas e horários divulgados pela Coordenação de Curso;

VI – Uma Comissão designada pelo Colegiado de Curso deverá avaliar se as solicitações de aproveitamento atendem a este Regulamento e, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, emitir decisão sobre a validação ou não da carga horária de AACC apresentada pelos estudantes;

VII – A Coordenação de Curso deverá publicar no mural do Campus o resultado das solicitações de aproveitamento de carga horária de AACC;

VIII – A Coordenação de Curso informará a carga horária validada à Coordenação de Registros Escolares (CORES) do Campus, a fim de que seja registrada no sistema acadêmico e no histórico escolar do estudante;

IX – Os documentos comprobatórios devem ser arquivados na Coordenação de Curso.

Art. 13. O estudante poderá interpor recurso sobre a decisão da Comissão avaliadora que indeferir ou deferir parcialmente o aproveitamento da carga horária de AACC, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a publicação dos resultados.

Parágrafo Único. Caberá ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação, em última instância, deliberar sobre os recursos interpostos pelos estudantes.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação.

Art.14. Este regulamento entrará em vigor a partir da sua aprovação.

Aprovado pelo Colegiado em 25/07/2018.

ANEXO 4.1 - Barema para aproveitamento de atividades extracurriculares.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	CATEGORIA DE ENQUADRAMENTO	CARGA HORÁRIA		DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
		Por atividade	Máximo aproveitado	
Participação em Congressos/ Simpósios/ Workshops/ Seminários/ Encontros	Como ouvinte	2	6	Certificado de participação
	Apresentação de trabalho	5	20	Certificado de participação
	Minicursos (ouvinte)	2	20	Certificado de participação
	Minicursos (monitoria)	4	20	Declaração do professor orientador ou Certificado expedido pelo IFBA.
	Comissão organizadora	10	40	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Participação em programas ou projetos como bolsista/voluntário	Pesquisa	100	100	Declaração ou certificado emitido pela Coordenação de Extensão.
	Extensão	100	100	
	Ensino	100	100	
Monitoria.	Atividade eletiva	100	100	Declaração do professor orientador ou Certificado expedido pelo colegiado do curso.
Participação em cursos de atualização	Ouvinte	10	80	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Estágio extracurricular	Atividade eletiva	10	50	Declaração da instituição em que se realiza o estágio, acompanhada do programa de estágio, da carga horária cumprida pelo estagiário e da aprovação do orientador.
Atividades filantrópicas	Atividade eletiva	5	10	Declaração da instituição, em papel timbrado, com a carga horária cumprida.
Publicações	Trabalho aceito em concurso de monografias;	40	80	Apresentação da publicação ou declaração da editora ou comissão organizadora do evento.
	Publicação em periódico vinculado a instituição científica ou acadêmica;	20	100	
	Publicação de resumo ou trabalho completo em anais de evento científico.	10	100	
	Capítulo de livro	60	120	
	Obra completa	60	120	

Participação em comissão organizadora de evento educacional ou científico		10	30	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Ministrar curso, palestra na área de formação do discente	Por atividade	5	20	Certificado emitido pela Instituição de ensino que solicitou o curso/palestra
Atividades culturais, esportivas e de entretenimento.	Por evento	2	8	Leitura de livro ou apresentação de ingresso, programa, "folder" etc que comprove a participação no evento, endossado pelo professor proponente da atividade.
	Por livro	5	20	
Participação em órgãos colegiados, conselhos setoriais e superiores do IFBA ou das esferas municipais, estaduais ou federais	Por reunião	2	20	Declaração emitido pela Coordenação ou Ata da reunião.
Participação em órgãos de representação estudantil		2	30	Ata de Reunião, declaração do órgão de representação com a respectiva carga horária.
Aproveitamento disciplinas optativas além do número mínimo exigido pelo curso	Por hora 2h cursadas 1h AACC		60	Histórico escolar com a comprovação da disciplina cursada e aprovação.
Disciplinas de cursos superiores reconhecidos e/ou autorizados não aproveitadas na análise de equivalência do curso		100	100	Histórico escolar